

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA DO BRASIL

**Pacelli Henrique Silva Lopes**

**CONTEXTO, COMPOSIÇÃO E ATUAÇÕES DAS  
ELITES DE MURIAÉ (MG) NA REVOLUÇÃO DE  
1930 (1928-1930)**

NITERÓI-RJ  
2019

PACELLI HENRIQUE SILVA LOPES

LINHA DE PESQUISA  
Política, Movimentos Sociais e Memória

**CONTEXTO, COMPOSIÇÃO E ATUAÇÕES DAS ELITES DE MURIAÉ  
(MG) NA REVOLUÇÃO DE 1930 (1928-1930)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Érica Sarmiento da Silva.

NITERÓI-RJ  
2019

**CIP - Catalogação na Publicação**

L864      Lopes, Pacelli Henrique Silva  
Contexto, composição e atuações das elites de  
Muriaé (MG) na revolução de 1930 (1928-1930) /  
Pacelli Henrique Silva Lopes. -- Niterói, RJ, 2018.  
153p.  
Referências: P. 143-153.

Orientadora: PhD Érica Sarmiento da Silva.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado  
de Oliveira, 2018.

1. Muriaé (MG) – História – 1928-1930. 2. Elite.  
3. Coronelismo. I. TÍTULO.

CDD 981.51

Elaborado pela Biblioteca Rachel de Queiroz, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a  
responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

PACELLI HENRIQUE SILVA LOPES

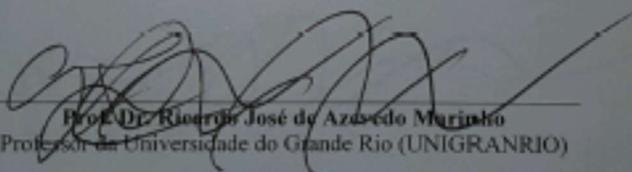
**“CONTEXTO, COMPOSIÇÃO E ATUAÇÕES DAS ELITES DE MURIAÉ (MG)  
NA REVOLUÇÃO DE 1930 (1928-1930)”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 04 de setembro de 2019 pela banca examinadora, composta pelos professores:



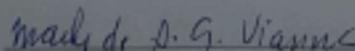
**Prof.ª Dr.ª Érica Sarmiento da Silva**

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



**Prof. Dr. Ricardo José de Azevedo Marinho**

Professor da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO)



**Prof.ª Dr.ª Marly de Almeida Gomes Vianna**

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

*A meus pais  
Marly da Silva Lopes e Edmilson Lopes.*

## **Agradecimentos**

O término desta dissertação significa a finalização de um ciclo e a realização de um sonho. Final de ciclo em decorrência que essa pesquisa nasce nas minhas aventuras pelo arquivo local da prefeitura de Muriaé-MG, sempre agraciado pelo excelente trabalho realizado pelos profissionais João Carlos e Liliane, pois, sem eles, nenhum desenvolvimento da historiografia local seria possível.

A primeira vez que encontrei o jornal Revolução, o sentimento de não saber nada sobre aquele assunto foi a fagulha de uma paixão que, desde 2011, marcou a minha vida. A partir de então, com muita persistência e dedicação, venho superando as dificuldades, que não foram poucas, sejam as de ordem financeira ou fruto de uma formação deficitária de uma escola pública - infelizmente de cunho tradicional e autoritária, e as de ordem emocional, que geravam uma imensa ansiedade, desconfiança que, por vezes, me desanimou.

Não é fácil, em uma país tão desigual como nosso, o filho de uma empregada doméstica e de um operário - vítima fatal de um acidente de trabalho, sendo descendente de negro, índio e morador de periferia dos sertões de Minas Gerais, ser o primeiro da família a ter uma graduação e agora o título de mestre. Porém, a motivação de fazer o mestrado não é para fazer parte de uma elite intelectual, mas para aprender e, através do conhecimento, fazer parte de grupos de oprimidos em busca de uma revolução que possa, de fato, nos tirar da posição de exploração.

Todas as vezes que pensei em desistir tive a sorte de contar com um círculo de amigos. Justamente para não ser injusto com nenhum, agradeço a todos esses companheiros e companheiras pela paciência e assistência dos últimos anos. Agradeço, também, aos meus alunos por serem a minha inspiração na construção de um mundo melhor. A minha família por ser a base e por acreditar em todos os meus sonhos. Em especial a Tia Sandra, Tio Braz e ao Gabriel, que não mediram esforços para me ajudarem nessa caminhada, meu mais sincero obrigado.

A minha companheira Maria Izabel de Souza, minha mais sincera gratidão por suportar firme ao meu lado as minhas ausências, por sua paciência e por acreditar e nunca me deixar desistir.

A minha mãe, Marly Silva Lopes, meu maior exemplo de luta, dedicação e coragem, sempre disposta a lutar pelos que necessitam, é minha fonte de inspiração e se hoje estou a conquistar esse título, é porque essa senhora nunca me deixou desistir dos meus sonhos. O conhecimento que construí nestes últimos anos, vem e continuará sendo essencial para minha

atuação nos movimentos sociais na educação, agindo principalmente no interior na busca de uma revolução social, econômica e política.

## **Resumo**

O presente trabalho pretende analisar as relações políticas das elites de Muriaé-MG durante os anos de 1928 a 1930. Nosso objetivo é compreender as negociações que levaram essas facções políticas a participarem da Revolução de 1930, seja para apoiá-la ou não. Atuavam em Muriaé, na Primeira República, três facções políticas, sendo que, uma era capitaneada pela família Canêdo, outra pelo Cel. Antônio da Silveira Brum e o terceiro grupo pelo Cel. José Pacheco de Medeiros. Estas três facções disputaram durante toda Primeira República o poder municipal. É importante destacar que até 1922 o poder estava nas mãos de Antônio da Silveira Brum, de 1922 a 1930 com Cel. José Pacheco de Medeiros, assim, restava a facção dos Canêdos o papel de opositor. Demonstraremos ao longo da pesquisa o contexto da Primeira República Brasileira, operando uma redução de escalas que nos permitirá analisar as composições e atuações dessas elites no movimento armado de 1930. Desta forma, analisaremos as relações políticas e a cultura política dos coronéis.

**Palavras-chave:** Elites, Poder, Coronelismo.

## **Abstract**

This thesis aims to analyze the political relations of the elites of Muriaé-MG during the years 1928 to 1930. Our objective is to understand the negotiations that led these political factions to participate in the 1930's Revolution, whether to support it or not. There were three political factions in Muriaé in the First Republic: one led by the Canêdo family, the other by the Col. Antônio da Silveira Brum and the third group by Cel. José Pacheco de Medeiros. These three factions disputed the municipal power throughout the First Republic. It's important to highlight that until 1922 this power was in Antonio da Silveira Brum's hands, and from 1922 to 1930 with Cel. José Pacheco de Medeiros. Consequently, the Canêdos' faction got the opponent role. We're going to demonstrate, throughout the research, the context of the First Brazilian Republic, operating a reduction of scales that will allow us to analyze the compositions and performances of these elites in the armed movement of 1930. In this way, we can analyze the political relations and political culture of the colonels.

**Keywords:** Elites, Power, Colonelism.

## Lista de Imagens

<b>Imagem N°1:</b> Cel. Antônio da Silveira Brum .....	75
<b>Imagem N°2:</b> Inauguração da Ponte de Ferro durante o mandato do Cel. Antônio da Silveira Brum .....	76
<b>Imagem N°3:</b> Cel. José Pacheco de Medeiros .....	85
<b>Imagem N°4:</b> Cel. Agenor Augusto da Silva Canêdo .....	93
<b>Imagem N°5:</b> Cel. Affonso Augusto da Silva Canêdo .....	94
<b>Imagem N°6:</b> Arthur Bernardes em Muriaé com Affonso Canêdo e Francisco Alves de Assis Pereira .....	96

## **Lista de Tabelas**

<b>Tabela N° 1:</b> Impostos Municipais.....	75
<b>Tabela N° 2:</b> Quadro de Votação da Cidade e Distritos .....	88
<b>Tabela N° 3:</b> Quadro de votos das eleições municipais de Muriaé .....	91
<b>Tabela N° 4:</b> Preço da carne por quilograma .....	122
<b>Tabela N° 5:</b> Preço de alimentos a varejo na praça comercial de Muriaé .....	123

## **Sumário:**

<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo I - Um balanço historiográfico da Primeira República .....</b>	<b>24</b>
<b>1.1 A Primeira República e o coronelismo .....</b>	<b>24</b>
<b>1.2 As Minas Gerais e o Partido Republicano Mineiro .....</b>	<b>47</b>
<b>Capítulo II - As elites de Muriaé-MG em 1930 .....</b>	<b>64</b>
<b>2.1 A composição das elites de Muriaé-MG na Primeira República .....</b>	<b>64</b>
<b>Capítulo III - A Revolução de 1930 em Muriaé-MG .....</b>	<b>99</b>
<b>3.1 Os reflexos da Revolução de 1930 nas elites de Muriaé .....</b>	<b>99</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>135</b>
<b>Fontes Históricas .....</b>	<b>140</b>
<b>Referências .....</b>	<b>143</b>

## Introdução

“O que faz o Brasil, Brasil?” Com essa indagação, o antropólogo Roberto Damatta<sup>1</sup> nos provoca a pensar o que faz de nós, brasileiros, e da terra que habitamos, o Brasil. Longe de tentarmos responder à sua indagação, buscaremos lançar luz sobre uma das principais características do país: a sua capacidade de gerar e fazer conviver um conjunto de contradições. Sobre as contradições brasileiras as historiadoras Lília M. Schwarcz e Heloísa M. Starling escrevem em seu livro *Brasil uma Biografia*: “No país, o tradicional convive com o cosmopolita; o urbano com o rural; o exótico com o civilizado – e o mais arcaico e o mais moderno coincidem, um persistindo no outro, como uma interrogação<sup>2</sup>.”

Algumas dessas contradições são percebidas nas composições e atuações das elites da cidade de Muriaé, Minas Gerais, localizada na porção leste da Zona da Mata Mineira, durante a Primeira República. Uma das suas principais contradições são as relações políticas e a estrutura coronelística de dominação, com as quais, de forma horizontal, diferentes classes conviviam, ao julgo dos mandões locais.

No período da Primeira República atuavam em Muriaé três facções políticas com fortes laços e pactos políticos em níveis estaduais e nacionais. O primeiro grupo era controlado pelo Cel. José Pacheco de Medeiros e o segundo capitaneado pela família Canêdo. Já o terceiro grupo era chefiado pelo Cel. Antônio da Silveira Brum, que exerceu o poder municipal durante a maior parte da Primeira República.

A pesquisa se insere na história política, abordando a cultura política dos membros das elites de Muriaé-MG. A história política durante alguns séculos significou estritamente descrever as elites, chegando mesmo a se confundir a história política com a exaltação das monarquias. Mesmo após 1789, com a Revolução Francesa, o interesse pelos monarcas foi paulatinamente substituído pelos estudos que focaram nos Estados modernos e as suas formações, revoluções políticas e implantação da democracia.

Em decorrência dessa abordagem, a Escola dos Annales teceu fortes críticas a história política, principalmente, a segunda geração que era liderada por Braudel, que ao manter o foco das pesquisas nas estruturas, deixou em segundo plano as conjunturas políticas. Contudo, as críticas resultaram em uma renovação e inovação dos estudos políticos, que só foi possível por conta das relações pluridisciplinares que a disciplina manteve com a sociologia, antropologia,

---

<sup>1</sup> DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro. Editora: Rocco.

<sup>2</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Editora: Companhia das Letras, 2015, p. 361.

psicologia (Psicanálise), linguística, ciência política e a geografia. As transformações sociais pelas quais passou o mundo na década de 1960 e, especialmente, por conta das dinâmicas internas da historiografia, também influenciaram positivamente esse “renascimento”<sup>3</sup>.

De acordo com Azar, esse “renascer” teve as seguintes características:

“Un renacer” alude a rescatar algo del pasado, darle vida, esto es ponerlo em funcionamiento nuevamente. Éste pareciera ser el caso de la historia política pero para Guerra, aunque la palabra “renacer” sea parte del título de su trabajo, ella existe desde que existe la historia y es, por tanto la historia misma por excelencia. Así mismo la política no deja de estar presente en ningún momento, es la sintaxis de múltiples aspectos de la vida humana en su conjugación pública y, por tanto, nadie puede sustraerse de ella.<sup>4</sup>

Essa crítica, descrita acima, vai de encontro ao que consideramos significar o conceito de política, entendido no seu sentido mais amplo como toda forma de relação humana, com isso, a política nunca deixou de existir, chegando os historiadores políticos a ironizar: “É possível haver uma inteligibilidade da história fora da história política?”<sup>5</sup>

Souza Filho aponta as considerações descritas nas obras de Aristóteles:

Em uma perspectiva panorâmica, é importante recuperar a definição de ser formulado por Aristóteles (384- humano 322 a.C.) como sendo um ser político e dotado de fala. Para o filósofo grego, uma ação humana complementa a outra, e as duas a existência da polis, espaço do diálogo, da fala e da persuasão.<sup>6</sup>

Compreendido dessa forma, o político se intercambia em meio as estruturas e infraestruturas, não chegando a haver uma hierarquia entre os territórios do econômico, cultural, social e político. Para a nova história política, esses campos de análise se relacionam de forma autônomas, não havendo nenhuma forma de supremacia entre eles.<sup>7</sup> Essa nova visão do político e dos seus espaços, nasce na França, com os intelectuais ligados a *Fondation Nationale de Sciences Politiques* e a *Universidade de Paris X - Nanterre*, dentre os principais expoentes, destacamos: René Remond, Serge Berstein, Jean-Pierre Rioux, Philippe Levillain, Michel Winock e Antoine Prost. Esse grupo de intelectuais fez retornar à historiografia o interesse pelos

---

<sup>3</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996, p. 29-30.

<sup>4</sup> AZAR, Claudia Gabriela Curi. *François Guerra e a reavaliação da história política*. Tempo e espaço, Local, nº 20, 2008, p.02.

<sup>5</sup> JULLIARD, Jacques. A política. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 181-193, 1976, p. 184

<sup>6</sup> SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. Considerações sobre a História Política e suas intersecções ao longo do tempo. *Ciência & Desenvolvimento* - Revista Eletrônica da FAINOR, Bahia, v. 3, nº 1, jan./dez., 2010, p. 54-67.

<sup>7</sup> JULLIARD, Jacques. A política. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 181-193, 1976. p. 182-183.

acontecimentos e fatos ligados à curta-duração. Esses fatos históricos passaram a ser analisados como uma sequência de fatos articulados, repletos de intenções, conscientes e inconscientes, nessas miríades de redes de sociabilidade que formam as estruturas e infraestruturas.

A forma de comunicação da nova história política foi narrativa que, segundo Peter Burke citado por Ferreira, deve ser uma “narrativa densa o bastante para lidar não apenas com a sequência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas – instituições, os modos de pensar”.<sup>8</sup> O objetivo do grupo se assemelha ao da micro-história, ou seja, à construção de uma história total, pois pretendiam, com isso, produzir interpretações globais sobre as mudanças e permanências na história.

Essa nova abordagem ampliou o campo do político, pois evidenciou os mil laços que unem a disciplina com as outras áreas do conhecimento, destruindo as fronteiras, impôs aos historiadores políticos a prática da interdisciplinaridade. Com isso, novos problemas surgiram, abrangendo espaços públicos e privados. De acordo com René Remond, o político é a gestão do social e do econômico, entretanto, essa gestão influencia, proporcionalmente, ao que é influenciada por essas estruturas.<sup>9</sup>

O político com sua consistência própria, se evidencia nas rupturas e permanências. O primeiro, natural do tempo curto, evidencia-se nas contingências imprevisíveis, inesperadas e por vezes irreversíveis que certas atitudes e decisões políticas ocasionam. No segundo, vemos nas médias e longas durações as racionalidades criadas e estabelecidas, sendo o lugar de construção e atuação das ideologias e da cultura política. Através de diferentes temporalidades e espaços, o político não trabalha com o tempo linear, pois as *memórias coletivas*, demonstram que sua criação e perpetuação são frutos de diferentes redes de sociabilidade e inteligibilidade através do tempo.

Os conceitos de política e poder não são sinônimos. Apesar de habitarem quase sempre os mesmos campos historiográficos, esses detêm diferenças significativas. A política, de acordo com Lafer, é “o estudo do poder, mas, mais especificamente, o estudo do poder de gestão de uma sociedade qualquer sobre o seu próprio destino”.<sup>10</sup> Já para René Remond<sup>11</sup>, poder é a relação dos homens com a busca, conquista e a prática da dominação, na qual uma decisão individual ou coletiva, pode vir a influenciar grupos que dependem direta ou indiretamente dos

---

<sup>8</sup> FERREIRA, Marieta Morais. “A nova “velha história”: o retorno da história política”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, nº 10, p. 265-271, 1992. p. 270.

<sup>9</sup> RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro; Editora: UFRJ/FGV, 1996, p.01.

<sup>10</sup> LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo; Editora: Perspectiva, 1975, p. 33

<sup>11</sup> RÉMOND, René. Por que a História política? *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 7, nº 13, 1994, p. 7-20.

que estão a exercer a autoridade. A definição de poder do autor Celso Lafer é semelhante à Remond, o que se evidencia na seguinte afirmativa: “Normalmente se diz que uma pessoa ou um grupo tem força e, por tabela, poder, quando tem a possibilidade de, para atingir os seus objetivos, afetar e restringir outras pessoas ou grupos na escolha do seu comportamento.”<sup>12</sup>

A diluição do conceito de poder a partir de 1968, principalmente, por conta da obra de Foucault, que alargou esse conceito, levando para as relações familiares, escolares e interpessoais, contribuiu para que uma nova visão surgisse, a de um poder positivo, o que quebrou uma longa tradição que reduzia o conceito a uma visão estritamente negativa.<sup>13</sup> Sobre essa conceituação de poder, Pierre Clastres, citado por Carneiro, descreve uma relativização radical do conceito de poder na política. De acordo com Clastres, em sociedades nas quais não existem um Estado, o poder é exercido de forma não-coercitiva, o que desmontou as teses que consideravam que o poder só era passível de existir onde houvesse relações assimétricas.<sup>14</sup> De acordo com esse autor,

Nas sociedades primitivas, principalmente nas do cenário americano (privilegiadas em seus estudos etnográficos), a finalidade do poder não é impor a vontade do chefe sobre o grupo, mas sim expressar o “discurso da sociedade sobre ela mesma”, de modo a preservar seu caráter solidário e indiviso.<sup>15</sup>

É em meio à socialização, descrita por Pierre Clastre, como fruto de comportamentos políticos racionais e subjetivos, existindo em espaços como a família, a escola e o trabalho, que é passível de percebermos a “cultura política, portanto, remete a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político.”<sup>16</sup>

Avançando na conceituação e discordando de Remond em alguns pontos, Pierre Rosanvallon conceitua o político como sendo lugar de articulação simbólica do social e do econômico, em decorrência das raízes da experiência social que dão vida ao político. Este destaca que o político não pode ser considerado uma instância ou domínio, muito menos, ser

---

<sup>12</sup> LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 34.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. 1996. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

<sup>14</sup> KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n° 24, p. 227-250, 1999, p. 239.

<sup>15</sup> CLASTRE, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 108-109 Apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n° 24, 1999, p. 227-250.

<sup>16</sup> CLASTRE, Pierre. *Arqueologia da violência*. São Paulo, Brasiliense, 1980. Apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n° 24, 1999, p. 230.

resumido a uma luta por poder. Desta forma, ele considera que o campo político é o “conjunto de princípios que engendra as relações que as pessoas têm entre elas e com o mundo”.<sup>17</sup>

Desta maneira, a afirmação de Aristóteles, que “quando há uma razão para a igualdade e uma razão para a desigualdade, então entramos no reino da dúvida e da filosofia política”.<sup>18</sup> Essa visão aproxima o conceito do político de um processo de construção, tornando esse um delimitador da ordem, associativa ou impositiva, deliberando normas de participação e distribuição. Essa visão de Rosanvallon, representa uma evolução do conceito do político, que perpassou pela transição de uma sociedade corporativa para uma sociedade de indivíduos.

E em meio a essa transição temos o surgimento dos Estados - uma invenção ocidental da antiguidade grega. Este órgão administrativo é responsável por intervir, controlar e acompanhar o desenvolvimento técnico-científico, na sua evolução é inegável que sua principal capacidade é se reinventar, e de ser disputado pelas ideologias, sejam elas: liberais, socialistas, nacionalistas, social-democrata ou neoliberal.

A definição de Estado que adotaremos na dissertação é a descrita por Montesquieu, citado por Lafer, que diz o seguinte: “Disso, aliás, deriva a definição de Montesquieu, do Estado como uma união de forças e vontades, de governantes e governados, no contexto de uma interação recíproca.”<sup>19</sup> Essa interação ocorre por meio do comando e obediência, sendo necessário as classes e facções políticas à frente do Estado, manterem a opinião daqueles que a sustentam. Ao apoiarem, eles estão legitimando o poder e a coerção organizada.

As origens e características teóricas do Estado remontam a três pensadores: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Para Hobbes, fundador da teoria contratualista, os seres humanos criaram o Estado, dando origem a sociedades políticas, em substituição ao estado da natureza, neste estado, considerado por ele como pré-político, reinava a guerra de todos contra todos, não havendo nada injusto ou justo. Já nas sociedades políticas, frutos de uma organização entre os homens, temos a origem dos Estados e de sua principal característica, a centralização - a responsável por conter a liberdade, tida por Hobbes como negativa, daí a necessidade de controle, exercida pelo Estado através do medo e da força.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Edward Cyrill Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 40-41.

<sup>18</sup> ARISTÓTELES. *Política*. [texto, tr.]. Lisboa, Vega, 1998 (Ed. A.C. Amaral & C.C.Gomes) Apud ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Edward Cyrill Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 41.

<sup>19</sup> MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat, *Do espírito das leis*. S/n do tradutor. São Paulo: Victor Civita, 1973, (Os Pensadores, XXI) apud LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 39.

<sup>20</sup> SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. Considerações sobre a História Política e suas intersecções ao longo do tempo. *Ciência & Desenvolvimento - Revista Eletrônica da FAINOR*, Bahia, v. 3, nº 1, p. 54-67, jan./dez., 2010, p. 61-62.

Já para Locke o surgimento do Estado ocorreu pela necessidade de se garantir direitos essenciais, como propriedades e patrimônios, garantindo que não fossem dilapidados pela usurpação, e pela necessidade, de garantir a liberdade, assegurando o direito a preservação da vida. Para Locke, o principal papel do Estado era garantir a liberdade, regulando e garantindo direitos e deveres e exercer a justiça.<sup>21</sup>

Para Rousseau, os indivíduos criaram a ordem política em decorrência da necessidade de garantir a soberania popular, sendo seu principal objetivo garantir a igualdade, considerada um bem supremo, associada na esfera pública aos pilares da liberdade (cidadania) e fraternidade (supremacia popular). Negando que o objetivo do *contrato social* que deu origem ao Estado fosse o individualismo, Rousseau afirma que

... o pacto fundamental, em lugar de destruir a igualdade natural, pelo contrário substitui por uma igualdade moral e legítima aquilo que a natureza poderia trazer de desigualdade física entre os homens, que, podendo ser desiguais na força ou no gênio, todos se tornam iguais por conversão e direito.<sup>22</sup>

A forma de ver e entender a liberdade é a principal diferença entre as três propostas teóricas. Para Locke e Rousseau, ela era vista de forma positiva, porém, para o primeiro ela é um valor absoluto e não pode ser delimitada pelo Estado, enquanto que para o segundo, ela tem que ser regulada com o intuito de garantir o *contrato social*. Divergindo completamente de ambos, Hobbes considera a liberdade de forma negativa, o que ocasiona a necessidade do Estado controlar a liberdade das pessoas.

De acordo com Hannah Arendt apud Souza Filho: “Nenhuma causa subsiste, afóra a mais antiga de todas, aquela que, de fato, desde o início de nossa história, tem determinado a própria existência da política, a causa da liberdade contra a tirania.”<sup>23</sup> A causa da liberdade se liga à própria formação das democracias, que remete às revoluções inglesa, francesa e americana. A principal promessa da democracia foi de construir uma convivência social de liberdade e igualdade perante a lei, o que ocasionaria lentamente a extinção das diferenças impostas pelo estado da natureza. Entretanto, essa promessa não foi cumprida, o que, de acordo com Rosanvallon, causa um desencantamento com as democracias. Esse estado se inicia no

---

<sup>21</sup> SOUZA FILHO, Considerações sobre a História Política e suas intersecções ao longo do tempo... p.61.

<sup>22</sup> ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social ou princípios do direito político. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Victor Civita, 1973, (Os pensadores, XXIV) apud SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. Considerações sobre a História Política e suas intersecções ao longo do tempo. *Ciência & Desenvolvimento-Revista Eletrônica da FAINOR*, Bahia, v. 3, nº 1, p. 54-67, jan./dez., 2010. p. 62

<sup>23</sup> ARENDT, H. O significado da Revolução. In. ARENDT, Hannah. Da Revolução. São Paulo: Ática, 1990. APUD SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. Considerações sobre a História Política e suas intersecções ao longo do tempo. *Ciência & Desenvolvimento - Revista Eletrônica da FAINOR*, Bahia, v. 3, nº 1, p. 54-67, jan./dez., 2010, p. 62

final do século XX, persistindo até o início do XXI. Essas promessas não cumpridas têm gerado sociedades programadas e burocráticas, ocasionando um aumento nos últimos cinquenta anos do século vinte das desigualdades sociais.<sup>24</sup>

Frente a esse estado de desencantamento, Rosanvallon propõe encararmos a democracia como um problema, negando a visão clássica dos sistemas democráticos, que a viam como a solução perfeita de um futuro utópico. Os equívocos dos sistemas democráticos começam na correlação entre indivíduos e sociedade, porque essa relação é cerceada de imperiosos e inapreensíveis possibilidades. Vista dessa forma, é necessário compreendermos as relações entre os vários “eus” (indivíduos), na constituição de um “nós” (sociedade). Dessa relação, Rosanvallon destaca várias tensões e incertezas que surgem na sua visão entre: razão e emoção, ciência e opinião, igualdade política e despersonalização, autonomia dos indivíduos e poder social, liberdade e poder, dentre outros.<sup>25</sup>

Desta forma, buscaremos “compreender uma questão re-situando-a em suas condições efetivas de emergência”.<sup>26</sup> E essa questão é a Revolução de 1930, analisando seus reflexos que influenciaram as elites da cidade interiorana de Muriaé a reagirem a esse momento histórico, fazendo referências ao passado e projetando um futuro. Esse tipo de reconstrução histórica foi nomeado, por Rosanvallon, de *constelações históricas*. Essas buscam reconstruir as racionalidades políticas e sociais de determinados grupos que se formam nas relações e transformações que estes atores mantêm com as instituições através da vida pública.<sup>27</sup>

As análises das racionalidades políticas nos levam a algumas perguntas essenciais: Quais eram suas ações? Como enfrentavam os problemas do presente? Como projetavam o futuro? De mão dessas perguntas, começamos a nos indagar sobre a relação entre as representações e a realidade, pois, ao criá-las, esses sujeitos históricos modificam e copiam conceitos, buscando criar uma inteligibilidade do real em busca de criar um princípio de ativação.

Desta maneira, nossa pesquisa se insere na curta-duração, analisando os conflitos das facções (Canêdos, Brum e Pacheco de Medeiros) das elites locais em torno da Revolução de 1930, enfocando os discursos e atuações dessas elites, evidenciando, em termos municipais, as consequências e influências de um conflito de abrangência nacional. Assim, buscaremos testar

---

<sup>24</sup> PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

<sup>25</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Edward Cyrill Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 19.

<sup>26</sup> ROSANVALLON, *Por uma história do político*.... p. 17.

<sup>27</sup> ROSANVALLON, *Por uma história do político*.... p. 25.

questões teóricas e historiográficas em meio ao recorte micro-analítico construído com foco na cultura política dessas elites locais.

O conceito de cultura política surgiu na década de 1960, principalmente, com a publicação da obra *The civic culture*, em 1963, pelos autores Almond e Verba. Ambos pesquisadores consideravam a política como uma esfera autônoma, passível de ser percebida, analisada e avaliada. Esses estudos se interligam à reconstrução da história política e, principalmente, à interdisciplinaridade com a filosofia, sociologia, psicologia e a antropologia. Da relação com a antropologia, os historiadores importaram o conceito de cultura, que significa uma forma das pessoas orientarem seus padrões de comportamento psicológico em relação aos acontecimentos sociais.<sup>28</sup>

Para Carneiro, “a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”.<sup>29</sup> O objetivo era criar uma abordagem comportamental sobre os aspectos subjetivos da orientação política, permitindo que as análises dos sistemas políticos e sociais evitasse as generalizações, seus objetos eram as elites e o povo.

De acordo com Carneiro,

Almond e Verba deixaram claro, as análises de cultura política são um campo privilegiado para determinar as conexões entre as dimensões micro e macro da política, pois têm como meta justamente compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional.<sup>30</sup>

Com isso, percebemos que nossos objetivos vão ao encontro aos do campo de pesquisa da cultura política. Em decorrência de buscarmos compreender os valores, motivações e atitudes das elites muriaeenses frente aos reflexos da Revolução de 1930. Para realizar uma pesquisa nesta área é necessário avaliar os três sistemas de orientação: o cognitivo, o afetivo e o avaliativo. Por orientação cognitiva compreende-se a análise dos conhecimentos, crenças dos indivíduos sobre o seu papel e dos grupos sociais nos sistemas políticos. A orientação afetiva diz respeito aos sentimentos que o indivíduo nutre pelos sistemas políticos e sociais. Já a

---

<sup>28</sup> KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, p. 227-250, 1999, p. 230.

<sup>29</sup> ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963, p. 30-31 apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, p. 227-250, 1999, p. 227.

<sup>30</sup> ALMOND; VERBA. 1963 apud KUSCHNIR; CARNEIRO, As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política... p. 243.

orientação avaliativa diz respeito aos julgamentos e opiniões, sobre os objetos políticos, e busca orientar as ações individuais, o que a faz combinar as informações, sentimentos e conhecimento sobre o universo político.<sup>31</sup>

Desta forma, para Almond e Verba o objeto político deve ser estudado das seguintes formas:

- (i) o sistema político como uma totalidade;
- (ii) as estruturas de incorporação das demandas individuais e coletivas (input objects);
- (iii) as estruturas executivas e administrativas encarregadas de dar resposta às demandas individuais e coletivas (output objects);
- (iv) a percepção do sujeito como ator político;<sup>32</sup>

Nós abordaremos na pesquisa as estruturas de incorporações das demandas individuais, coletivas e a percepção dos sujeitos sobre seu papel de ator político. Com isso, focaremos nos processos políticos que permitem compreendermos as atitudes, crenças, sentimentos e regras sociais das elites analisadas.

A metodologia utilizada para redução de escalas foi a micro-história que, segundo Giovanni Levi, pode ser definida da seguinte forma:

... essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certos sentidos, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às microdimensões de seus objetos de estudos.<sup>33</sup>

A micro-história surgiu na Itália entre os anos de 1950 e 1980 como resposta a um estado da história social, cujo objetivo foi a busca da valorização da história qualitativa, criando um novo aparato conceitual e metodológico. Seu grupo fundador nasceu dentro da revista *Quaderni Storici*, com raízes marxistas e teve entre os seus principais expoentes os historiadores Carlos Ginzburg, Carlo Poni, Giovanni Levi, dentre outros.

---

<sup>31</sup> KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, p. 227-250, 1999. p. 230.

<sup>32</sup> ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963, p. 30-31 apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, p. 227-250, 1999, p. 230.

<sup>33</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Editora: UNESP, 1992, p. 133.

Segundo Vainfas, o objetivo dos historiadores que compunham esse grupo fundador era contribuir

... para o afinamento teórico de alguns concorrentes e historiadores que, sem abrir mão dos “novos problemas” ou “novos objetivos”, buscaram aprofundar seus quadros teóricos e adensar o aparato conceitual de suas pesquisas concretas. A chamada história cultural e a micro-história, no sentido estrito, pertencem, sem dúvida, a esse movimento.<sup>34</sup>

Os micro-historiadores representaram uma crítica ao relativismo, irracionalismo e buscaram construir uma história que não se limitasse a uma construção retórica, o que transformava o ofício do historiador em mera interpretação dos textos, o que o afastava dos acontecimentos.<sup>35</sup> Em decorrência desse posicionamento, as pesquisas focaram na riqueza dos arquivos italianos, principalmente, os localizados no interior.

Sobre as características do grupo fundador, Revel considera que eles tinham as seguintes características:

O caráter extremamente empírico da abordagem explica que mal existia um texto fundador, um mapa teórico da micro-história. [...] Mas, para além desses hábitos profissionais, podemos reconhecer aí uma opção voluntarista: a micro-história nasceu como uma reação, como uma tomada de posição frente a um certo estado da história social, da qual ela sugere reformular concepções, exigências e procedimentos. Ela pode ter, nesse ponto, valor de sintoma historiográfico.<sup>36</sup>

A micro-história é cerceada pela interdisciplinaridade, fruto dos contatos com as áreas da antropologia, geografia e psicologia, das quais se extraiu métodos, inspirações e conceitos. Desses contatos interdisciplinares vemos a influência dos estudos pós-estruturalistas, como as ideias de um mundo humano, construído de forma parcial, limitado e descentralizado. Uma das suas influências veio do próprio campo da história, em busca da verdade histórica, os micro-historiadores encontraram na *reinvenção do cotidiano*<sup>37</sup> de Certeau um embasamento para a tentativa de se construir uma história do cotidiano.

Com isso, estamos a operacionalizar métodos e teorias cientificamente comprovadas, buscando realizar uma valorização dos estudos locais. Para isso, a variação de escalas que

---

<sup>34</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Campos, 2002.

<sup>35</sup> VAINFAS, *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*.... p. 68.

<sup>36</sup> REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.16.

<sup>37</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66 – 108.

estamos a operar nessa dissertação busca “passar de uma história para outra (e, por que não, para várias outras)”<sup>38</sup>, permitindo-nos, perceber aspectos do objeto analisado que passaria despercebido em outras escalas.

A cidade de Muriaé se localiza no interior mineiro, tipicamente rural, que durante o primeiro período republicano tinha a maior parte da sua população vivendo nas zonas rurais. A compreensão da cultura política, fruto dos reflexos dos anos de 1928 a 1930 nas elites muriaeenses, nos permite indagar se as ações desses *sujeitos reais* sempre foram ao encontro ao estabelecido na historiografia ou será que alguns pontos não correspondem?

Dois problemas norteiam nosso trabalho, o primeiro é: quais os interesses das facções políticas muriaeenses ao se inserirem em determinadas redes políticas durante a década que antecede a Revolução de 1930? E, o segundo, qual o sentido do conceito de revolução para os membros das elites de Muriaé, sejam aqueles que apoiaram o movimento armado em outubro de 1930, ou aqueles que não o apoiaram?

Para alcançar a solução dos problemas citados, temos por objetivo geral realizar uma análise das relações e acordos políticos realizados entre as elites dirigentes do país e as elites muriaeenses em meio ao movimento armado. Com o intuito de percebermos uma aproximação entre as escalas micro e macro-histórica, buscaremos evidenciar certas singularidades regionais que ficam escondidas em meio às generalizações históricas, visto que, parafraseando Maria Yedda Linhares, é da história regional que tem que se nutrir a história geral.<sup>39</sup>

As fontes utilizadas foram jornais<sup>40</sup>, telegramas e atas da câmara municipal. As referidas fontes tratam da composição e negociações realizadas pelas elites muriaeenses em meio ao movimento, contudo, não pretendemos fazer generalizações de uma dada realidade local para a história geral, apenas queremos salientar a importância da disseminação dos estudos com fontes regionais e locais para a construção da história geral. Assim, acreditamos que a disseminação de estudos que busquem evidenciar as motivações e os interesses das elites locais ao realizarem negociações políticas, podem conduzir a novas interpretações.

No primeiro capítulo, através de uma análise historiográfica, pesquisamos o contexto macro-histórico da Primeira República, com destaque para as características econômicas, sociais e políticas. Na segunda parte, reduzimos nosso foco de análise para a situação de

---

<sup>38</sup> REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 38.

<sup>39</sup> LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VANIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. 1997, p. 170.

<sup>40</sup> Trabalharemos com os seguintes jornais municipais no período de 1928 a 1930: A Folha de Muriahé, Actualidade, Muriaé-Jornal, O Muriahé, O Operário, A Notícia, A Revolução, Folha Comercial e O Atheneu.

Minas Gerais na primeira fase republicana, com foco na estrutura e desenvolvimento do Partido Republicano Mineiro, principal espaço de pactos e conflitos políticos entre as elites montanhesas.

No segundo capítulo, iremos descrever as redes de sociabilidade existentes em Muriaé durante a Primeira República, dando maior ênfase ao período de 1905 a 1930. Essa reconstrução terá como foco as elites municipais e suas interações com as elites regionais, estaduais e nacionais. Em meio a essa descrição, vamos apresentar o contexto local e nacional da Primeira República, buscando identificar em nível local as características colocadas pela historiografia deste período.

No terceiro capítulo, pesquisamos os conflitos envolvendo os membros das elites locais no decorrer da Revolução de 1930, em níveis locais e regionais. Ao analisar estes embates, variamos mais uma vez a escala, reduzindo aos acontecimentos de outubro e novembro de 1930, buscando descobrir os significados da Revolução de 1930 para os membros das elites muriaeenses contemporâneos ao fato histórico, comparando com as visões historiográficas.

Assim nossa análise procura observar como as elites locais se comportaram em torno da Revolução de 1930, que inaugurou uma nova fase de transformações no âmbito cultural, social, econômico e político no Brasil do século passado. Com o intuito de percebermos uma aproximação entre a história regional e a história geral, buscamos evidenciar certas singularidades regionais que ficam escondidas em meio às generalizações históricas.

## Capítulo I – Um balanço historiográfico da Primeira República

### 1.1. A primeira república e o coronelismo

O objetivo do primeiro capítulo é analisar a historiografia da Primeira República, com destaque para a atuação das elites políticas no cenário nacional e estadual. Dividido em duas partes, a primeira parte do capítulo destina-se a análise da historiografia da primeira fase republicana no Brasil, e a segunda parte à análise da historiografia do estado de Minas Gerais na Primeira República. Em ambos os contextos, o foco será a atuação das oligarquias.

É crucial para o nosso trabalho compreender a formação da classe senhorial brasileira durante o Império, pois é ela que irá exercer o poder durante a primeira fase republicana. Mattos faz uma análise sobre a classe senhorial:

De outro lado, quando operamos com o conceito de classe senhorial estamos operando com uma categoria histórica, e não com uma mera classificação que leva em consideração o lugar ocupado por um conjunto de indivíduos no mundo da produção e a relação que mantêm com uma outra classe fundamental. Estamos considerando, antes de mais nada, uma trajetória assinalada por inúmeras lutas, trajetória essa a qual não é estranha à direção saquarema. Assim, a natureza da classe e seus elementos de coesão – sua identidade, em suma – aparecem como resultados de experiências comuns vividas por determinados homens, experiências essas que lhes é comum, e desta forma contrapor-se a outros grupos de homens cujos interesses são diferentes e mesmo antagônicos aos seus.<sup>41</sup>

A formação da classe senhorial brasileira ocorreu em paralelo com a formação do Estado Imperial, tendo como inimigo, em um primeiro momento, as cortes portuguesas na época do processo de Independência, mas a partir do momento em que esse inimigo é vencido, outros acabam por surgir, entre eles, os interesses ingleses contrários ao tráfico negreiro intercontinental, colonos, escravos insurretos e, também, a malta urbana.<sup>42</sup>

Em resposta aos inimigos e atrelados à formação do Estado Imperial, onde a classe senhorial era responsável pela construção do Estado, ocorrendo em paralelo a sua constituição enquanto classe, construiu-se uma relação pautada em uma integração diversa, onde os diferentes setores da sociedade estavam em conflitos e negociações. E a maneira de gerir a

---

<sup>41</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 04.

<sup>42</sup> MATTOS, *O tempo saquarema...* p. 04.

sociedade se deu por uma formação social, onde três mundos estavam em contato, o mundo do governo, da casa e da rua.

O governo estava representado pelos dirigentes políticos conservadores e pela Coroa. O uso do Poder Moderador servia como a chave da centralização política que permitia ao Imperador sobrepujar as paixões políticas para fora da administração imperial, ficando as paixões partidárias a cargo do senado e da câmara dos deputados. A crença era a de que existia uma separação entre o poder político e o poder administrativo, sendo o segundo a ser exercido pelo Imperador e seus ministros.

Já o mundo da casa era representado pela liberdade, reinando nele o particular. Esse foi o *habitat* natural dos liberais, um espaço por vezes habitado pelo mundo do governo, ocasionando quase sempre um conflito entre esses dois mundos. A relação entre os mundos da casa e do governo também pode ser caracterizada como a relação entre os espaços público e privado, relação que, segundo Faoro, criou nas elites econômicas brasileiras uma característica de uso indevido do Estado para satisfazer seus interesses particulares.<sup>43</sup>

O mundo da rua era o lugar das classes mais pobres e dos escravos que tanto amedrontavam a classe senhorial, que à considerava o espaço da revolução, um ambiente anárquico, propício à desordem, e, por isso, deveria ser sempre controlado e vigiado. Em meio à classe senhorial e à formação do Estado Imperial, a Coroa foi a responsável por exercer a posição de um partido: “E este papel define a sua modernidade. Por se constituir na expressão e forma mais avançada dos interesses de classe em constituição, a Coroa enquanto um partido político não se reduz à figura do imperador.”<sup>44</sup>

A Coroa, enquanto um Partido, teve que exercer diversas funções, como a de criar e impedir acontecimentos, bem como de conservar a sua singularidade, buscando ser o centro propulsor da nova classe que estava em formação. Assim, ela exerceu o papel de árbitro em meio às fissuras ocorridas no interior do próprio grupo, bem como, teve que lidar com os movimentos opostos que surgiam e, às vezes, também era preciso articular a composição de novos aliados. A ação da Coroa tornou possível um processo de homogeneização dos representantes políticos, transformando-os em uma classe, responsável por exercer a direção e a dominação.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Globo Livros, 2013, p. 99-100.

<sup>44</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 92.

<sup>45</sup> MATTOS, *O tempo saquarema...* p.92.

Na classe senhorial, duas facções se destacaram: os Luzias e os Saquaremas. O primeiro grupo era liberal e o segundo era conservador. Esses dois grupos apresentavam os seguintes objetivos: “o aumento da felicidade, a restauração dos monopólios e a expansão da riqueza”.<sup>46</sup> As divergências entre eles ocorriam principalmente no papel a ser desempenhado pelos dois mundos, o do Estado e o da Casa. Enquanto os Saquaremas defendiam um Estado forte e centralizado, de bases conservadoras que interferissem e ditassem as normas da Casa, os Luzias defendiam que a Casa era o espaço de liberdade, logo, defendiam proposições liberais de bases reformistas.

A construção do Estado Imperial foi realizada sobre bases conservadoras, com um corpo político centralizado que, mesmo após a queda do Império, exerceu influência na maneira de fazer política durante o período republicano. A persistência dessa estrutura do Estado Imperial é consequência da forma como as classes senhoriais foram construindo as bases da sua identidade. A esse respeito Mattos comenta:

Fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construía a sua identidade quanto uma classe social. Fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés na América – eis o segredo da trajetória de individuação de uma classe, e que se revestia da forma de construção de um “Corpo Político” soberano.<sup>47</sup>

A construção desse corpo político homogêneo, oligárquico, afeito de privilégios e que se espelhava na Europa, teve na escravidão o grande ponto de diferença em relação às sociedades europeias, já que durante o século XIX, a escravidão passou a sofrer com as várias pressões internacionais feitas pela Inglaterra que exigia seu fim. De acordo com Mattos, as elites brasileiras, durante o Império, não viam na escravidão um impeditivo que os separava do “mundo civilizado” europeu, como podemos perceber na citação abaixo:

Um jogo que enfatiza as semelhanças. Era preciso que os homens livres do Império tanto se reconhecessem quanto se fizessem reconhecer como membros de uma comunidade – o “mundo civilizado”, o qual era animado, então, pelo ideal de progresso. Um jogo que sublinhava as diferenças, também. Se as instituições civis do Império não corriam ‘parelhas em perfeição com as das nações mais civilizadas da Europa’, distinguiam-se, não obstante, quer pelo modo pacífico como foram erigidas, quer pelo “direito

---

<sup>46</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012, p. 115.

<sup>47</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 125.

sagrado de propriedade”, no curso de uma transformação. Ao mesmo tempo, fazia-se crer a quantos fosse necessário que se o Império ocupava “um tão distinto lugar entre as nações”, tal decorria de sua posição geográfica – “no centro do mundo civilizado”. (A ninguém parecia digno notar que a razão fundamental de uma diferença residia na persistência da escravidão!).<sup>48</sup>

E, o fato, da classe senhorial não perceber a escravidão como o principal ponto de diferença entre a sociedade brasileira e a europeia, ocorreu em decorrência da importância da servidão para as elites nacionais, pois, tanto o Estado Imperial como a classe senhorial, foram erigidas sobre o trabalho escravo, com isso, era inconcebível para esses homens uma formação de trabalho que não contasse com a mão de obra escrava negra.

Como a escravidão era essencial para a elite imperial, a campanha abolicionista intensificada na década de 1880 foi a grande responsável por começar a solapar as estruturas de organização do Estado Imperial. De acordo com a autora Mello,

A campanha abolicionista foi a primeira grande campanha popular da história brasileira. Nas suas hostes labutaram monarquistas de escol, como Joaquim Nabuco e Rebouças, enquanto entre membros do P.R.P e no próprio Manifesto Republicano de 1870 não encontramos um claro posicionamento antiescravista. Entretanto, para a população, em geral, todo republicano era abolicionista, o que, em verdade, grande parte deles o foram. Nem os “republicanos do 14 de maio” conseguiram abalar essa convicção. Isto porque a eles estavam ligadas as chamadas “idéias avançadas”.<sup>49</sup>

Por essas razões, no imaginário popular, a propaganda republicana estava ligada à campanha abolicionista. Porém, na prática, nem todo republicano era de fato abolicionista. A abolição da escravatura em 1888 foi essencial, conforme Oliveira, para o processo de formação da classe senhorial, pois

... ela só se completa como burguesia agrária no momento da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, mudando a forma e o conteúdo da apropriação do excedente do produto social, e no momento em que funda para si um processo de acumulação primitiva, cuja expressão é o campesinato ou quase-campesinato.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 12.

<sup>49</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo* - Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, n. 26, 2009, p. 27.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Francisco. A emergência do modo de produção de mercadorias: Uma interpretação teórica da economia da República velha no Brasil. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. I. Rio de Janeiro: Difel, 1985, p. 407-408.

Estabelecida enquanto classe social, a burguesia agrária foi a principal base de sustentação da República, e aliando-se aos militares, responsáveis direto pelo ato da Proclamação da República, efetivada aos moldes de um golpe militar, em 1889, inauguraram uma nova ordem política no Brasil.

Ambos os segmentos - burguesia agrária e militares - estavam insatisfeitos com a política imperial, agravada pela abolição, responsável por ocasionar a perda da principal base de sustentação do sistema, os cafeicultores.<sup>51</sup> É de salientar que sempre que suas propriedades e privilégios estavam ameaçadas, as elites brasileiras buscaram bater as portas dos quartéis a procura de ajuda para manter o *status quo*, objetivando a manutenção da dominação das classes subalternas.<sup>52</sup>

Com a Proclamação da República não foi diferente, a autora Hebe de Mattos narra o fato da seguinte maneira:

Em novembro, o descontentamento militar tomou ares decididamente golpistas, envolvendo Deodoro e lideranças civis em conspiração republicana, mas ainda assim o desenrolar final dos acontecimentos não seguiu qualquer plano articulado. Apesar das muitas controvérsias interpretativas sobre o episódio, é consenso entre os pesquisadores que boatos de que havia uma ordem de prisão contra ele próprio e Benjamin Constant acabaram por convencer um Deodoro que se encontrava em casa com problemas de saúde a liderar as tropas sublevadas. [...] As tropas legalistas, muito mais numerosas, sob o comando do general Floriano Peixoto, não esboçaram reação. Apesar da conspiração republicana que preparou o ato, naquele primeiro momento Deodoro limitou-se a derrubar o gabinete. Só ficou claro para todos que se tratava de mais do que isso quando, na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, algumas horas depois, uma representação liderada por José do Patrocínio declarou, em nome do povo, consumada a queda da Monarquia e proclamada a República como nova forma de governo do Brasil.<sup>53</sup>

Mesmo havendo uma conspiração republicana, fica perceptível que a Proclamação da República não seguiu um plano articulado, pois, destronado o Imperador, tudo feito no improviso, a construção que se exigia era de uma nova sociedade, de base republicana. Porém, de acordo com a historiadora Margarida de Souza Neves o que de fato ocorreu foi uma

---

<sup>51</sup> FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. VII. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

<sup>52</sup> FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, p. 55.

<sup>53</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012, p. 89.

“transformação sem mudança”, pois os velhos e novos donos do poder continuariam a dirigir o país, impedindo que uma cidadania plena englobasse toda a população nacional.<sup>54</sup>

Além de terem proclamado a república, os dois primeiros presidentes eram militares, o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, entre 1889 e 1891, e Floriano Vieira Peixoto, entre 1891 e 1894. Esse protagonismo militar na política é fruto das insatisfações das corporações com o Estado Imperial, e tiveram origem após a Guerra do Paraguai.<sup>55</sup>

Esses primeiros anos da República foram caracterizados pelos historiadores como a hegemonia militar de 1889 a 1894. Segundo Renato Lessa, os primeiros anos da nova república podem ser caracterizados como um momento de entropia, “[...] entendida como associação entre estado de anarquia e elevado grau de incerteza, se manifesta a partir da ruptura dos canais de integração entre *polis*, *demos* e *governo*, definidos pela ordem imperial”.<sup>56</sup> Os outros períodos foram descritos da seguinte maneira: hegemonia paulista de 1894 a 1906, hegemonia mineira de 1906 a 1918 e a hegemonia partilhada entre mineiros e paulistas entre 1919 e 1929.<sup>57</sup>

Lessa descreve esse momento da seguinte maneira:

Seguem-se os paradoxos: uma aventura política, protagonizada pela ousadia e superficialidade analítica, altera o modo drástico o leque de alternativas políticas dispostas ao futuro; uma coalizão de veto cuja eficácia destrutiva não lhe garante recursos suficientes para, de sua vitória, derivar a direção a ser seguida; uma cristalização de atores, enfim, que não estava à altura dos efeitos que engendrou. Confrontando o legado do Império com aventura republicana de 1889, é difícil evitar a sensação de que o que foi vetado foi mais relevante do que os desígnios de quem vetou. Os primeiros anos republicanos se caracterizaram mais pela ausência de mecanismos institucionais próprios do Império do que pela invenção de novas formas de organização política. O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção positiva de uma nova ordem. O que se seguiu, conforme será visto, foi uma completa desrotinização da política, o mergulho no caos.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, p. 13-44.

<sup>55</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, p. 13-44.

<sup>56</sup> LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 49.

<sup>57</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. C/Arte, 2001.

<sup>58</sup> LESSA, Renato. *A invenção republicana...* p. 43

Esse clima de incerteza e insegurança foi resultado da destruição de uma ordem secular, o Estado Imperial. A dificuldade encontrada pelos atores políticos em construir um ritual político era consequência da falta de autonomia desses grupos, que, ao não terem a Coroa para serem o centro do poder e exercer o seu papel de partido e organizador da direção política, não sabiam como agir.

Diferente de Lessa, a autora Maria Tereza Chaves de Mello considera a entropia dos primeiros anos republicanos natural e não negativa, em decorrência de ser algo típico de novas formas de experiência política. A análise de Mello busca obter uma visão crítica da Proclamação, separando o contexto das propagandas republicanas dos resultados gerados após o fato histórico. A autora faz a seguinte ponderação:

Na década de 1880, reavivou-se a forma de intervenção política direta; intervenção que culminou na Proclamação da República. O que se seguiu foi um ‘tumulto [...] virtualmente avesso à narração sistemática’. Tumulto que, no entanto, com perspicácia, Ângela de C. Gomes distinguiu como o indicativo dos ‘episódios que inauguram novas experiências históricas’. Aos desgostos dessa forma de atuação, Campos Sales soube dar uma sólida satisfação quando, sobre o povo que se agitava nas ruas da capital, conformou um governo dos estados, copiando soluções institucionais do Império, o que Maria Alice R. de Carvalho classificou como um ‘golpe regressivo’. Desqualificar a Proclamação é desqualificar a política feita na rua, é não seguir a advertência de Euclides de não confundir a república ‘com a bela parada comemorativa de 15 de novembro’...<sup>59</sup>

Desta forma, Mello busca demonstrar em seu artigo que a propaganda republicana intensificada na década de 1880, juntamente com a vontade popular que ansiava por mudanças, fez com que a população residente na Corte consentisse com a Proclamação, não ficando simplesmente indiferente. Este cenário fica evidente na análise das propagandas republicanas, que segundo Mello detinham as seguintes características:

Nas décadas finais do Império, o vocábulo república expandiu seu campo semântico incorporando as idéias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado. [...] à monarquia vão se colando termos tais como: tirania, soberania de um, chefe hereditário, sagrado e inimputável, privilégio, súditos, apatia, atraso, centralização, teologia. Em contraposição, à república são associadas as idéias de liberdade, soberania popular, chefe eleito e responsável, talento ou mérito,

---

<sup>59</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo* - Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, n. 26, 2009, p. 30.

cidadania, energia, progresso, federalismo, ciência. Enfim, de um lado, o passado; de outro, o futuro. Frente ao despotismo, a “democracia pura”.<sup>60</sup>

Como demonstrado acima, a propaganda republicana foi a responsável por criar uma dicotomia entre os conceitos de monarquia e república, uma vez que o discurso republicano se encontrava atrelado a uma ideia de modernização e progresso, relegando à monarquia uma posição contrária, atrelada ao atraso. Com isso, Mello considera a Proclamação da República como uma forma de “modernização à brasileira”, pois significou uma maior aproximação das nações europeias, e, conseqüentemente, mais perto do futuro desejado e dos padrões europeus, considerados como exemplo de progresso e civilidade, porém, sem romper com os privilégios das oligarquias nacionais.<sup>61</sup>

A entropia política durou até o início do Governo de Campos Sales em 1898, quando foi implantada a Política dos Governadores, que buscou construir um padrão de governabilidade, inspirando-se na política imperial sem perder a estrutura republicana. O objetivo do governo de Sales foi criar uma rotina para a república. A esse respeito Lessa analisa que:

Minha suposição é a de que o ‘Modelo Campos Sales’ pode ser decomposto em duas dimensões básicas: a *substantiva* e a *procedural*. A primeira contempla o mundo dos valores, definidores das artes do bom governo, sendo necessariamente aparentados da crença, do delírio e da ficção. A dimensão dos procedimentos, já analisada, é obrigatoriamente mais realista, pois implica o reconhecimento do Estado do mundo político tal como ele se apresenta: o oligopólio das oligarquias sobre o *demos* nacional. Sendo assim, os termos do arranjo podem ser formulados do seguinte modo:

O modelo político proposto por Campos Sales tem por finalidade dotar a esfera executiva de um mínimo de governabilidade;

O mínimo de governabilidade implica: a) congelar a incorporação da *demos*, atribuindo plena autonomia às elites estaduais para estabelecer nexos específicos entre *demos* e *polis*; b) envolver a esfera pública em um padrão de política administrativa, para o qual a competição política aparece como inessencial.<sup>62</sup>

O centro político passou a ser o executivo que, assim como no Império, passa a ser visto segundo a “Teoria do Estado Administrador”, de posse de uma política administrativa, visto como um ator acima das paixões partidárias. De acordo com Lessa, a centralização em torno do

---

<sup>60</sup>MELLO, A modernidade republicana... p. 15.

<sup>61</sup>MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo* - Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, n. 26, 2009, p. 15-31.

<sup>62</sup>LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 120.

Executivo pode ser enquadrada “[...] como sendo a busca por um equivalente funcional do Poder Moderador”.<sup>63</sup> No modelo de Campos Sales as oligárquicas estaduais, ao negociarem com o Executivo, conseguiram uma autonomia que permitiu que a facção, à frente dos Estados na época do pacto oligárquico que deu origem à política dos governadores, se perpetuasse no poder. Às elites estaduais, cabiam disciplinar as lutas entre as suas facções internas e manter o povo sob controle. Com isso, as paixões partidárias tiveram que ficar restritas aos espaços estaduais.

De posse dessa autonomia, as oligarquias exerceram, durante a vigência da nova república, uma *hegemonia* no campo político e um *predomínio* no campo econômico, conceitos que, segundo Fausto, podem ser compreendidos da seguinte forma:

Predomínio corresponde à dominação de uma classe ou fração de classe, no campo de economia, como decorrência da relação de classes estreitamente ligadas à estrutura social objetiva, independente da vontade dos homens. Hegemonia corresponde à dominação no nível da política, onde intervém a consciência e a vontade dos atores sociais, para decidir questões em conflito não só em um plano corporativo, como também em um plano universal.<sup>64</sup>

A posição hegemônica das oligarquias era mantida pelas negociações com o poder central, que eram frutos do sistema federalista. Percebemos que o modelo político implantado pela política dos governadores conseguiu recuperar a centralização política perdida nos anos entrópicos. Entretanto, essa recuperação teve seus custos, entre eles estava o reconhecimento da autonomia das elites regionais, o que significava fazer vista grossa aos crimes cometidos por elas e enviar benefícios oriundos do Tesouro, em troca dos coronéis garantirem apoio às bancadas e ao governo estadual nas eleições.<sup>65</sup>

A principal diferença entre a política dos governadores e a centralização política imperial era de que, na república, as elites locais não tiveram um contato direto com o poder central, como ocorria no Império. Na nova república a relação entre as elites locais e o centro do poder era mediada pelas oligarquias, que ganhavam esse direito ao vencer as eleições estaduais.<sup>66</sup> A posição das oligarquias foi possível em decorrência da forma como o federalismo foi implantado no Brasil.

---

<sup>63</sup>LESSA, *A invenção republicana*: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República... p. 111.

<sup>64</sup>FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I, 1985, p.76-99.

<sup>65</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Editora: Companhia das Letras, 2015. Posição 7662. Arquivo Kindle.

<sup>66</sup>RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo*

A Constituição de 1891 concedeu amplos poderes às oligarquias estaduais. Em relação aos estados a carta constitucional tinha as seguintes características:

Pela Constituição, eles detêm a propriedade das minas e das terras devolutas situadas em seus respectivos territórios e podem realizar em si ajustes e convenções, sem caráter político. Podem legislar, também, sobre qualquer assunto que não lhes for negado, expressa ou implicitamente, pelos princípios constitucionais da União (art.63).<sup>67</sup>

A partir dessa proposta de autonomia dos estados na Primeira República, os estados de Minas Gerais e São Paulo se tornaram os mais poderosos dentro da federação brasileira. Eles detinham economias fortes voltadas para a lavoura cafeeira, juntamente com uma bancada numerosa no legislativo. No caso dos paulistas, ainda existia uma certa união entre suas elites; já as elites mineiras estavam sempre envolvidas em conflitos internos durante a Primeira República.

Em decorrência dessa realidade, vigorou por algum tempo na historiografia a tese de uma aliança entre Minas Gerais e São Paulo, que, supostamente, teria perdurado por toda a fase republicana. Esse suposto acordo recebeu o nome de “Política do Café com Leite” ou “Café com Café”. Porém, em contraponto a essa visão, a historiadora Cláudia Viscardi demonstra, através da análise de fontes primárias, que os estados de Minas Gerais e São Paulo se viam como competidores e não como aliados. Assim, a suposta aliança só ocorreu de forma conjuntural durante o mandato de Epitácio Pessoa até o de Washington Luís.<sup>68</sup>

De acordo com Viscardi, o modelo político da Primeira República teve

... sua estabilidade garantida pela instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da Federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de um fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva. Tal instabilidade pôde conter rupturas internas, sem que o modelo político fosse ameaçado, até o limite em que as principais bases de sustentação desse modelo deixaram de existir, ocasionando a sua capitulação.<sup>69</sup>

---

excludente - da Proclamação da República a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, p. 89 -120.

<sup>67</sup>RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, p. 94.

<sup>68</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012, p. 89.

<sup>69</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. C/Arte, 2001, p. 22

Dessa forma, a autora argumenta que as alianças, durante a Primeira República, duravam apenas um mandato, o que possibilitava uma renovação parcial dos quadros durante o processo de escolha dos candidatos que viriam a disputar as eleições. Sobre as práticas, que garantiam a coesão política, podemos destacar

... três procedimentos principais: empenho dos governos estaduais em manter o conflito político confinado à esfera regional; reconhecimento por parte do governo federal da plena soberania dos estados no exercício da política interna; manutenção de um processo eleitoral em que, a despeito dos mecanismos políticos que tentavam controlar as disputas locais, as fraudes continuavam frequentes. Aliás, fraudes aconteciam em todas as fases do processo eleitoral — do alistamento de eleitores até o reconhecimento dos eleitos.<sup>70</sup>

Em nível estadual, eram os partidos estaduais que negociavam com os coronéis os apoios às candidaturas estaduais e federais. As eleições, de acordo com Viscardi, eram resolvidas antes mesmo das votações, pois a renovação e realocação dos pactos políticos começavam meses antes do pleito. Os coronéis detinham o controle dos votantes através do chamado “voto de cabresto”, além de controlarem as atas eleitorais.<sup>71</sup> Desta forma, segundo Viscardi,

... o falseamento das instituições democráticas-eleitorais no contexto do regime oligárquico, fazia com que a verdadeira disputa entre atores pela parcela de poder, no restrito mercado político, se desse, não durante as eleições, mas na fase que lhe antecedia, qual seja, a da indicação do nome para a disputa e de seu posterior acatamento por parte das lideranças dos principais estados da federação. Assim, os mecanismos de escolha escapavam à institucionalidade posta em vigor a partir da carta de 1891, uma vez que as deliberações eram tomadas informalmente por um reduzido e seletivo corpo de atores.<sup>72</sup>

Assim, ambos os estados, Minas Gerais e São Paulo, e os atores envolvidos tiveram que negociar periodicamente dentro do sistema federalista com os demais estados, conhecidos como estados de segunda e terceira grandeza, e também com o executivo, a respeito das sucessões presidenciais e sobre assuntos econômicos, políticos e sociais. As práticas

---

<sup>70</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Editora: Companhia das Letras, 2015, Posição 7669. Arquivo Kindle.

<sup>71</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. C/Arte, 2001.

<sup>72</sup> VISCARDI, *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"...* p.61.

reforçaram os poderes das facções estaduais que, juntamente com o poder político, detinham o poder econômico.

O modelo agroexportador, característico da economia imperial, manteve-se. O café era o principal produto de exportação e a produção agrícola continuou a ser a principal forma de inserção da economia brasileira na divisão internacional capitalista.<sup>73</sup> No cenário econômico interno, temos um importante papel desempenhado pela burguesia do café<sup>74</sup>, responsável por exercer um predomínio no campo econômico. A condição econômica de dominação é fruto de uma construção histórica, assim como a condição política já analisada, remete ao processo de Independência em 1822 e se desenvolve durante todo o período imperial, passando pelo fim do exclusivismo econômico e, principalmente, pela abolição da escravatura.

Com esse papel de destaque, as burguesias agrárias tiveram um sólido cenário de manobra, fruto da acumulação de capital. Todavia, surgiu no seio do próprio grupo uma fração antiburguesa. Esse grupo não concordava que os investimentos fossem realocados no setor industrial, preferiam que continuassem nas lavouras. Se em outros países a acumulação gerou investimentos nos setores industriais, no Brasil, a dinâmica não ocorreu de forma homogênea, visto que tivemos um desenvolvimento industrial marcado por um crescimento lento e intermitente durante a primeira fase republicana.<sup>75</sup>

O processo de industrialização na Primeira República, mesmo que incipiente, serviu para despertar uma consciência de classe, principalmente na última década do regime. De acordo com Queiroz, no Brasil esse processo de tomada de consciência se iniciou pelas elites, que passaram a perceber que o poder podia ser exercido “por de trás dos panos”<sup>76</sup>. Em decorrência desse cenário político e econômico, surgiram organizações patronais como o Patronato Agrícola, a Federação da Indústria Animal, a Cooperativa de Cafeicultores, as Associações Comerciais e a Federação das Indústrias, que representavam organizações de coronéis e tinham o intuito de defender seus interesses comuns sem, necessariamente, ter uma atuação política partidária e eleitoral direta.

---

<sup>73</sup>FRANCO, Gustavo H. B; LAGO, Luiz Aranha Corrêa. O processo econômico / A economia da Primeira República, 1889-1930. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012.

<sup>74</sup>A burguesia do café era representada pelos coronéis ligados à produção cafeeira, esses detinham ligações e descendência no baronato.

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Francisco. A emergência do modo de produção de mercadorias: Uma interpretação teórica da economia da República velha no Brasil. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira: Tomo III. O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 396-397.

<sup>76</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira: Tomo III. O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p.185-186.

Entretanto, esse panorama de dominação das elites nacionais se invertia no cenário internacional. Graças à especulação e ao controle do capital externo, o Brasil ficava em um papel de dependência, perdendo a maior parte da sua acumulação de capital para os setores externos. O que gerou a dependência externa foi o imperialismo exercido pela Inglaterra até a Primeira Guerra Mundial, a chamada *Pax Brittanica* que, posteriormente à guerra, foi substituída pela *Pax Americana*, a qual se estabeleceu principalmente no pós-1930.<sup>77</sup>

Em meio à especulação e ao controle do capital externo, ocorria a ação dos intermediadores comerciais e financeiros que ficavam com a maior parte da renda da exportação do café. Conforme sinaliza Oliveira, as ações imperialistas retiravam da

... economia uma parte ponderável do excedente produzido, que não será reinjetado nela, mas serve à acumulação na economia de países que a realizam; é, em outros termos, uma repetição de fenômeno sempre presente à economia brasileira, desde os dias da Colônia.<sup>78</sup>

Uma das soluções encontradas pelo governo brasileiro foi a frequente busca de empréstimos junto ao capital externo. Os sucessivos empréstimos só aumentavam a sua dependência, agravando a situação econômica do país a longo prazo. Oliveira descreve da seguinte forma as consequências desses financiamentos:

Na exacerbação desse processo, os requerimentos do financiamento externo acabavam por consumir todo o valor da economia agro-exportadora, com o que negavam a própria forma de produção; em última análise, o valor gerado pela economia agro-exportadora acabou por destinar-se substancialmente a pagar os custos da intermediação comercial e financeira externa, operando-se uma redistribuição da mais-valia entre lucros internos e lucros e juros externos completamente desfavorável aos primeiros; [...] <sup>79</sup>

Outra estratégia utilizada foi a retenção do café pelo Estado, que obtinha e retinha o produto com o objetivo de defender seu preço. O Convênio de Taubaté, de 1906, foi o principal exemplo dessa política, pois buscou, por meio de medidas transitórias, implantar

Uma política de aquisição financiada e retenção de estoques excedentes de café, visando a sustentação do preço. Esse plano sofreu variações no decorrer do tempo, de modo a refletir diferentes circunstâncias. A forma exata do

---

<sup>77</sup> OLIVEIRA, Francisco. A emergência do modo de produção de mercadorias: Uma interpretação teórica da economia da República velha no Brasil. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 412-414.

<sup>78</sup> OLIVEIRA In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... p. 398.

<sup>79</sup> OLIVEIRA In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... p. 408.

financiamento, a distribuição de seus recursos, dos riscos e do oferecimento de garantias entre os estados e o governo federal, os compromissos deste com relação ao câmbio, bem como os detalhes de cada operação ...<sup>80</sup>

Outra prática utilizada para superar as sucessivas crises foi um conjunto de tentativas de valorização do café nos anos de 1906 a 1909, 1921 a 1924 e, a última, iniciada em 1927, sendo esta a única que colocou em lados opostos Minas Gerais e São Paulo, visto que o primeiro visava escoar rapidamente a produção e o segundo defendia a retenção por doze meses. A posição paulista se dava pela capacidade econômica dos seus agricultores que estavam em uma situação financeira melhor que a dos mineiros.

De acordo com Fausto, as valorizações do café de 1927 tiveram as seguintes características:

Em 1906-1909, em 1921-1924, banqueiros e importadores haviam assumido o controle dos estoques e assegurado para si as maiores vantagens. Agora, a defesa se apresentava como um mecanismo de garantia da renda dos cafeicultores, sob a proteção do Estado, tratando de vincular-se ao capital financeiro apenas para obter financiamento. Os empréstimos externos foram utilizados no adiantamento de recursos aos fazendeiros, cuja mercadoria se encontrava retida à espera de autorização para ingresso nos portos.<sup>81</sup>

As sucessivas crises do café geravam um elevado lucro aos grupos externos, além de abrirem espaço para o crescimento de banqueiros, comerciantes e industriais de origem estrangeira que atuavam no país, o que levou à decadência dos comissários. Esse grupo, cuja tendência agora era o desaparecimento, atuou durante muito tempo como um elo entre o interior e o centro urbano. A sua relação com os fazendeiros não ficava restrita à atividade econômica, eles eram responsáveis por levar até as fazendas suprimentos urbanos e, por vezes, levavam os filhos dos fazendeiros para estudarem nos centros mais abastados. Os comissários eram, em sua maioria, comerciantes brasileiros e portugueses que obtinham seus lucros através das seguintes ações: retenção de parte da colheita, comissão pela venda, despesas de armazenamento, financiamentos e adiantamentos.<sup>82</sup>

A economia no período republicano foi marcada por um fraco desempenho, resultado de deficiências internas como: mão de obra desqualificada, baixa produtividade, instituições em formação, incipientes ambientes de negócios e uma vulnerabilidade externa. Franco destaca

---

<sup>80</sup> FRANCO, Gustavo H. B; LAGO, Luiz Aranha Corrêa. O processo econômico / A economia da Primeira República, 1889-1930. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012, p. 195.

<sup>81</sup> FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 242.

<sup>82</sup>FAUSTO, In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... p. 210.

que “a experiência macroeconômica da Primeira República não foi muito positiva, especialmente em face do ambiente internacional francamente favorável na maior parte do tempo”.<sup>83</sup>

Foi em meio a esse panorama econômico que as camadas médias urbanas, formadas em grande parte por profissionais liberais, começaram a ganhar mais espaço. Percebe-se, em paralelo, o aumento da burocracia estatal, o que não acarretou, na mesma medida, uma cidadania plena e a devida separação entre os espaços públicos e privados. De acordo com Schwarcz e Starling, há uma autoimagem deturpada no imaginário da nação brasileira, que ocasiona uma imagem errada dos *locus* público e privado no qual, em benefício próprio, vemos questões públicas serem discutidas em âmbito particular.<sup>84</sup> Em razão disso, predominou, durante a Primeira República, práticas patrimonialistas - fator preponderante na conversão dos espaços e bens públicos em benefícios de interesses privados - sendo que o patrimonialismo pode ser descrito como a falta de separação e consciência dos espaços públicos e privados.<sup>85</sup>

As particularidades patrimonialistas reforçaram a nossa característica oligárquica, o que fica claramente exposto na legislação da época, cujo privilégio de voto era de poucos, pois dependia do nível de renda e de escolaridade. Assim, o voto e as candidaturas eram privilégios de uma minoria e estavam sujeitos a práticas coronelísticas. Devido ao fato de o voto não ser secreto e ser censitário, e cabendo aos “mandões” locais formarem as listas eleitorais, a fraude era cotidianamente perpetuada.

De acordo com a Constituição de 1891, só estavam em condições de votar os seguintes cidadãos:

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) os praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup> FRANCO, Gustavo H. B; LAGO, Luiz Aranha Corrêa. O processo econômico / A economia da Primeira República, 1889-1930. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012, p. 220.

<sup>84</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil uma biografia*. Editora: Companhia das Letras, posição 308. Arquivo Kindle, 2015.

<sup>85</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013.

<sup>86</sup> BRASIL, Constituição. *Projeto de Constituição para os Estados Unidos do Brasil elaborado pela Comissão Nomeada pelo Governo Provisório*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 17.

Os mecanismos que permitiam a fraude eleitoral têm sua origem no Império, sendo um deles a criação do cargo de juiz de paz em 1827, controlado pelas oligarquias locais que estenderam seus poderes ao judiciário, o que possibilitou o aumento do poder local. Nas eleições, tanto para se candidatar quanto para ser eleitor, ocorria de acordo com a renda que permitia, em níveis regionais, que a justiça fosse controlada pelas oligarquias que indicavam seus candidatos.<sup>87</sup>

Posteriormente, durante o período Regencial (1831-1940), temos a consolidação desses potentados locais através da criação da Guarda Nacional que, através dos títulos militares de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel - este último constitui a patente mais alta na hierarquia - passaram a ter como objetivos legais defender a Constituição e prevenir revoltas. Contudo, na prática, o que ocorreu foi o aumento do poder das oligarquias que passaram a prover a organização e manutenção da justiça e do policiamento em níveis locais.<sup>88</sup>

Com a Proclamação da República, os títulos foram extintos, mas, na prática, os coronéis continuaram a manter o poder e o prestígio oriundos da posição social que haviam obtido. Sobre a manutenção simbólica dos títulos, “com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de coronel começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado”.<sup>89</sup>

A função de manter a ordem através do policiamento durou até 1842, e depois foi substituída pela criação da polícia como instituição, a qual tinha sua atuação restrita aos municípios. Os delegados, na sua grande maioria bacharéis em direito e de livre nomeação política, tinham como uma de suas funções as nomeações dos subordinados. Assim, a estrutura legal do policiamento não diminuiu o poder dos coronéis, pois a instituição “estava às sombras dos mandões locais”<sup>90</sup> e funcionava como um estabelecimento partidário que serviu como sustentáculo do coronelismo.

Dessa forma, as origens do coronelismo, bem como sua evolução, estão intimamente ligadas aos conceitos de mandonismo e clientelismo. O mandonismo existe desde a colônia. Apesar de ter perdido poder nos últimos anos, ainda existe em cidades do interior, e se caracteriza pelo poder centrado nas mãos de um mandão que controla, de forma quase absoluta,

---

<sup>87</sup>LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora: Companhia das Letras, 2012.

<sup>88</sup>LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil...* p.289

<sup>89</sup>LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil...* p. 289.

<sup>90</sup>LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil...* p. 224.

o poder local. Já o clientelismo é uma via de troca entre um grupo político e os eleitores, no qual os primeiros buscam garantir, através de práticas populistas, o apoio nas urnas.

José Murilo de Carvalho descreve o coronelismo da seguinte forma:

Nessa concepção, o coronelismo é, então, sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é a fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela.<sup>91</sup>

Dentro desse sistema, percebemos a importância das negociações políticas, pois a dependência dos coronéis em relação ao Estado e a necessidade dos grupos da situação em garantir votos faziam com que as barganhas eleitorais fossem extremamente importantes. Geralmente, as negociações eram feitas pelos líderes das facções, mas a estruturação era variável, a autoria das negociações podia mudar de acordo com a região e a forma de poder exercida.

O autor Jean Blondel destaca a existência de três formas possíveis de exercer a liderança: a primeira forma era a do tipo pessoal, pela qual um coronel exercia a liderança sozinho, delegando diretamente aos seus cabos eleitorais e eleitores. A segunda forma era a indireta, na qual, um coronel que exercia o posto de líder da facção, delegava para outros coronéis aliados que eram responsáveis por lidar diretamente com os cabos eleitorais e os eleitores. Já a terceira via era a colegial, em que cada membro de uma família dominava uma zona, não havendo um único líder, o que fazia com que neste modelo de liderança as aristocracias locais, coronéis, médicos, juizes, tabeliões, padres e outros estivessem em frequentes negociações para determinar a posição de liderança.<sup>92</sup>

Segundo Maria Isaura P. Queiroz, em locais onde um único coronel exercia o poder, a probabilidade de haver conflitos era muito pequena, o que não ocorria quando dois grupos lutavam pelo poder municipal. Nesses casos, o uso da violência era mais frequente. Contudo,

---

<sup>91</sup>CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista DADOS*, Rio de Janeiro, Vol. 40, n 2, 1997, p. 230.

<sup>92</sup>BLONDEL, Jean. 1957 apud QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 76-99, p. 157.

onde tinham três ou mais grupos rivais, as ações eram menos brutais em decorrência da necessidade de alianças, o que tornava o diálogo uma estratégia mais eficaz.<sup>93</sup>

Outra característica do coronelismo é a ligação do coronel com as parentelas, que podem ser conceituadas como *famílias extensas*<sup>94</sup>, e que tiveram sua origem no período colonial. A importância dessa forma de organização familiar é descrita da seguinte forma por Eni de Mesquita Samara: “A família sempre foi pensada na história do Brasil como a instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial.”<sup>95</sup>

As parentelas são o principal modelo de formação social da família brasileira desde a colônia até república, e percebemos que é dessa organização familiar que nasce o coronelismo, uma vez que os coronéis são frutos da evolução e atuação das parentelas. As famílias têm suas origens vinculadas aos casamentos e compadrios, ótimas maneiras de se manter e conseguir proteção dos potentados locais, assim como de aumentar as fortunas e o capital político.

Os matrimônios aconteciam entre os membros da própria parentela, tios se casavam com sobrinhas e primos com primas. As alianças entre dois grupos poderosos não eram descartadas, pois também eram uma forma de se elevar na hierarquia social vigente. Cabe destacar que os matrimônios ocorriam mesmo entre indivíduos situados a grandes distâncias geográficas. A extensão territorial não limitava a influência, pelo contrário, possibilitava a expansão do poder para novas regiões. Nesse contexto, por ser cultural no Brasil o reconhecimento do parentesco tanto materno quanto paterno, as uniões familiares se expandiam para vários grupos, o que contribuiu para que as ligações não fossem restritas aos aliados políticos e, quase sempre, se entrecruzassem nos meios dos grupos rivais.

Esse tipo de formação familiar continha uma estrutura complexa. Em alguns casos, era do tipo igualitária, visto que as famílias pertencentes a ela faziam parte de um mesmo nível social, por exemplo, onde todos eram sitiantes. Em outros casos, eram do tipo estratificado, existindo famílias de várias camadas sociais no grupo. Há de se destacar que, em ambos os tipos, uma das características mais relevantes é a solidariedade, tanto econômica quanto social.<sup>96</sup>

---

<sup>93</sup>QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 158.

<sup>94</sup> QUEIROZ, In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... p. 158.

<sup>95</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Revista Psicologia USP*, São Paulo: USP, vol.13, nº 2, p. 27-48, 2002. p. 01.

<sup>96</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 160.

No entanto, esses fortes vínculos de solidariedade não eram suficientes para evitar rupturas internas. A proximidade parental gerava emoções afetivas fortes, como a raiva e ódio, responsáveis por promover um acirramento das competições e rivalidades que desaguava, quase sempre, em conflitos sangrentos. Nesses casos, os rompimentos faziam com que os perdedores se deslocassem para o interior em busca de espaços onde pudessem exercer seu poder de mando.

Em meio às disputas internas pela posição de liderança, algumas pré-condições eram indispensáveis para quem objetivava o posto, entre elas podemos destacar a fortuna, um bom casamento e o carisma, que se resumiam às qualidades naturais de um líder, o qual seria julgado pelo reconhecimento obtido junto a seus pares.<sup>97</sup> A fortuna era um elemento fundamental para se chegar ao posto de comando no interior das parentelas, visto que, o prestígio de um coronel era medido de acordo com sua capacidade de realizar favores. Geralmente, as fortunas eram obtidas por herança ou através de matrimônio, e a principal fonte de riqueza provinha da posse de terras.

Outra forma de ascensão social ocorria através do comércio. O relacionamento de comerciantes com o público de diferentes classes sociais, somado ao fato de que podiam realizar favores, como o de vender fiado, os colocava em uma posição privilegiada. Dessa forma, esse ofício era um dos que permitia uma maior flexibilidade na ascensão social. Era comum que os forasteiros que montassem uma venda em determinada região criassem, aos poucos, influência e laços sociais que os permitiam se tornar cabos eleitorais e, em um espaço médio de tempo, chegar ao posto de coronel.

Mesmo seguindo esses ditames para se tornar um líder, ou ascendendo socialmente a partir do comércio, o processo de transferência de poder interno não era simples. Nos locais de um único chefe, este seria o responsável por escolher seu sucessor, que podia estar entre seus próprios filhos, ser uma outra pessoa da parentela ou até alguém de fora, que mantivesse vínculos com a família. Já em locais onde o poder era exercido através do modelo colegial, uma reunião de coronéis escolhia aquele que detinha as qualidades exigidas para exercer o papel de líder. Em ambos os modelos de escolha, a fortuna era a responsável por abrir todas as portas.<sup>98</sup>

A capacidade de exercer influência se expandia à esfera judicial, principalmente com a formação acadêmica dos novos coronéis, que manteve o judiciário local a serviço dos potentados rurais. Nesse cenário, a justiça era organizada da seguinte forma: “tribunais de

---

<sup>97</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985.

<sup>98</sup> QUEIROZ, In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... p.170.

segunda instância nas capitais; juízes de direito nas comarcas; tribunais do júri; juízes municipais nos termos; juízes de paz, em regra eletivos, nos distritos”.<sup>99</sup>

Sobre a atuação do Juiz de Paz e do delegado, o Deputado Pedro Aleixo relata em 1934 que

Os juízes de paz pertencem a partidos políticos, a facções políticas, e muitos deles viveram preocupados com os interesses facciosos do seu grupo. Ora, entre as funções que, comumente, se atribuem ao juiz de paz, está a de substituir o Juiz Municipal e, às vezes, o próprio Juiz de Direito. Partidárias, muitas vezes, são as autoridades policiais dos Municípios, quando a nomeação delas se faz por indicação dos chefes políticos locais. De conluio o juiz partidário e o delegado faccioso, não haverá adversário que lhe resista.<sup>100</sup>

Não eram somente os juízes de paz que estavam sob o mando das lideranças locais, os juízes da comarca e o ministério público local, formado por promotores e adjuntos, também estavam sob o julgo dos coronéis. A presença de profissionais temporários, e por conta das livres nomeações feitas pelos potentados locais, os profissionais eram influenciáveis, pois sempre estavam sujeitos a demissões e transferências por motivações políticas. A zona de influência se desdobrava até na atuação dos tribunais do júri que serviam como ferramenta para punir os inimigos e absolver os amigos dos coronéis.

Esse contexto começa a se modificar a partir da Lei Federal Nº 3.139 de 02 de agosto de 1916, a qual determinava que o alistamento eleitoral e a apuração das eleições ficariam a cargo do poder judiciário, o que, em longo prazo, diminuiu a atuação dos coronéis. Outro fator que deu maior liberdade de ação ao poder judiciário foi a garantia da inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade aos juízes federais e estaduais, que passa a vigorar a partir de 1926. Com maior livre arbítrio, eles exerceriam o julgo sem tanta influência dos mandões.<sup>101</sup>

Na década de 1920, ocorreram outras mudanças, como a exigência de uma nova característica para alcançar os postos de lideranças das parentelas: a formação em nível superior. A formação acadêmica fez surgir os “novos coronéis”, que tinham estreitos laços com as profissões liberais, com destaque para os cursos de Direito e Medicina, destacando-se como as formações mais comuns.

Os conflitos internos nas parentelas, somados aos fortes comportamentos de solidariedade, geravam, de acordo com Queiroz, um ambiente inóspito e infértil para o

---

<sup>99</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora: Companhia das Letras, 2012, p. 227.

<sup>100</sup> LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil...* p. 391.

<sup>101</sup> LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil...* 2012.

aparecimento da luta de classe. O próprio posicionamento político ficava restrito a uma dicotomia de situação versus oposição, e impedia o surgimento de conflitos entre as camadas socioeconômicas.<sup>102</sup>

Em meio ao contexto da Primeira República e as suas características de mando, percebemos que, neste momento, as composições das parentelas representavam uma parte importante da estrutura social. Queiroz a descreve como uma “pirâmide social truncada”, que tem como característica as suas várias camadas sociais que se encontram sobrepostas, apresentando como dinâmica as ascensões e declínios e, principalmente, a subordinação de camadas, onde o prestígio e a fortuna mantinham as diferenças sociais.<sup>103</sup>

A organização familiar se constituiu na base social do coronelismo, tornando os coronéis senhores quase absolutos em suas regiões, onde agiam como se fossem juízes, delegados ou agiotas. Em sentido amplo, eram protetores responsáveis por trazer para o interior os serviços públicos, bem como indicações para cargos e, por vezes, responsáveis também pelo transporte e alimentação. Tais ações só eram possíveis devido à ausência do Estado e à falta de condições básicas, situação que não permitia aos subordinados terem autonomia frente às lideranças. Sobre o perfil desse eleitorado, podemos caracterizá-lo como sendo a menor parte da população, que, nas cidades interioranas, era representada pelos “sitiantes nas zonas rurais e pelos pequenos funcionários, artífices e vendeiros nos pequenos núcleos e vilarejos, os quais constituíam a camada inferior alfabetizada”.<sup>104</sup>

As ações dos coronéis no interior podem ser conceituadas como uma forma de *paternalismo diplomático*<sup>105</sup> pelo qual, em troca de benefícios, eles esperavam receber votos; assim, em troca do apoio nas urnas, eram exigidas obediência e fidelidade. Compreendido como uma moeda de barganha, o *voto de cabresto* tornava o período eleitoral extremamente tenso e sujeito a um aumento da opressão, da violência e da crueldade. Porém, não só com a violência se ganhava uma eleição. A força era reservada aos inimigos, e os aliados recebiam as bênçãos. Isso fica claramente exposto nas *tournées*, momento em que as comitivas formadas por membros das elites locais levavam presentes e envelopes com cédulas de mil-réis para seu eleitorado.<sup>106</sup>

---

<sup>102</sup> QUEIROZ, In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... 1985.

<sup>103</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 168.

<sup>104</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora: Companhia das Letras, 2012, p. 162.

<sup>105</sup> QUEIROZ, In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... p. 163.

<sup>106</sup> QUEIROZ, In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... 1985.

Na prática, as fraudes relacionadas à eleição ocorriam na formação e atuação das mesas eleitorais. Responsáveis por realizar o alistamento e apuração dos votos, os mesários praticavam o chamado *bico de pena*, pelo qual inventavam nomes, ressuscitavam mortos e pessoas ausentes também votavam. Outra forma de fraude eleitoral foi a *degola*, formada por candidatos da situação que, ao compor as mesas dos eleitos no poder legislativo, decidiam se aprovavam ou reprovavam os escolhidos que, por fim, recebiam um diploma reconhecendo sua eleição. A prática garantia ao grupo vencedor uma posição de privilégio.<sup>107</sup>

As práticas fraudulentas demonstram como os votos representavam para os coronéis uma forma de demonstração de poder na busca de conseguir o apoio da situação política à frente do Estado. Segundo Leal, a relação do Estado com as facções locais se inseria na seguinte reciprocidade: “carta-branca, no município, ao chefe local, em troca do seu apoio eleitoral aos candidatos bafejados pelo governo do Estado”.<sup>108</sup>

A historiadora Hebe Mattos, no entanto, propõe uma reflexão crítica sobre o real significado das eleições:

Qual a importância das eleições no contexto de fraude eleitoral que a política dos estados institucionalizava? E se a grande maioria da população não votava, e os resultados eram decididos pela comissão de verificação, qual a importância do pacto entre os coronéis e o governo?<sup>109</sup>

As indicações de Mattos não levaram em conta outro ator social: o eleitor e as dinâmicas do interior das elites políticas. Neste sentido, as autoras Gomes e Abreu demonstram que

... a realização de eleições cumpria papel chave no sistema político de então. De um lado, porque eram fundamentais para uma relativa, mas estratégica, circulação de elites, introduzindo na cena política um mínimo de competição e renovação. De outro, porque eram responsáveis por uma incipiente, porém pedagógica, mobilização de eleitores, o que ocorria certamente de formas muito diversas, fundamentando um aprendizado político constante pela realização sistemática dos pleitos.<sup>110</sup>

Além das questões do aprendizado político e da circulação das elites no poder, a relação de desigualdade gerava uma dependência entre os diferentes segmentos sociais, fazendo com

---

<sup>107</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil...* p. 162.

<sup>108</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil...* 107.

<sup>109</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012, p. 105-106.

<sup>110</sup> GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. Tempo: Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, n. 26, 2009, p. 07.

que o voto fosse considerado um bem de troca, capaz de angariar benefícios para os eleitores. Discorrendo sobre a questão, Queiroz afirma que

Esta dependência do maior para com os de níveis imediatamente inferior, e destes para com os de nível seguinte, e assim por diante até o sitiante, permitia que o voto se tornasse realmente um bem de troca, e levava os grandes e médios coronéis a todo um comportamento de paternalismo diplomático e de etiquetas refinadas, com relação a seus imediatos.<sup>111</sup>

Se para os coronéis a importância do voto estava na demonstração de poder frente às facções e ao partido estadual, para os eleitores o voto representava a possibilidade de conseguir acesso a algum tipo de benefício. Podiam ser benefícios privados ou, se provenientes dos serviços públicos, podiam possibilitar ao indivíduo acesso a serviços básicos que, na época, não atingiam todo o território nacional. A população vivia em uma situação de extrema carência, o que abria espaço para atuação paternalista dos coronéis.

O poder de barganhar acesso ao serviço público e voto diminuiu com o aumento do processo de urbanização, responsável por gerar o crescimento da burocratização, o avanço demográfico, o fortalecimento do Estado e o aumento dos serviços públicos para a população. A consequência, em longo prazo, tem sido a retirada gradativa do controle de determinados benefícios públicos das mãos dos poderosos locais.<sup>112</sup>

O acesso à cidadania tem gerado, de forma lenta, a diminuição do conflito entre o público e o privado que, junto com o aumento da escolarização, veio enfraquecendo os padrões culturais que por gerações formaram as dinâmicas sociais das parentelas. A principal mudança que ocorreu foi a quebra da solidariedade horizontal, a qual passou a ser vertical, fruto dos novos padrões culturais e sociais que fizeram com que as camadas médias urbanas, que ora apoiavam os coronéis e ora ficavam na oposição, fossem lentamente se distanciando da maneira como se vivia no interior do país, alicerçada em valores patriarcais.

Contudo, a decadência, segundo Queiroz<sup>113</sup>, apesar de ser progressiva, é completamente irregular. A autora chega a considerar a existência de coronéis e do coronelismo no período posterior à Primeira República. Contrário a essa visão, Carvalho<sup>114</sup> afirma que o coronelismo ficou restrito ao espaço-tempo da nossa primeira fase republicana e destaca que,

---

<sup>111</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 163.

<sup>112</sup> QUEIROZ, In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... p. 163

<sup>113</sup> QUEIROZ, In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... 1985.

<sup>114</sup> CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista DADOS*, Rio de Janeiro, Vol. 40, n 2, 1997, p. 229-150.

posteriormente a 1930, há uma coexistência do clientelismo e do mandonismo que ficaram centrados em algumas regiões interioranas do país e, progressivamente, irão desaparecer.

O processo de transformação do país durante a Primeira República não se deu da mesma forma nos grandes centros urbanos e no interior do país, pois enquanto nas capitais a velocidade era a dinâmica, no interior a lentidão do tempo, da natureza e a persistência de estruturas seculares prevaleciam.<sup>115</sup> As diferenças faziam com que não fosse somente pela via oficial ou nos restritos círculos das elites que se fazia política; ela também se realizava nos mais diferentes espaços de sociabilidade, permitindo que, nesse período, surgissem variados movimentos sociais que vieram sacudir a jovem república.

A Primeira República conservou uma série de estruturas e rituais do Império brasileiro, porém, é inegável que neste período novas formas no jeito de fazer política surgiram. Com isso, o jovem projeto republicano estava em plena construção e trazia no seu bojo continuidades e rupturas em relação ao período anterior, o que permitiu que em diferentes meios, por diferentes formas e em diferentes temporalidades, as transformações ocorressem sempre como resultado dos intensos conflitos das classes sociais envolvidas. Em meio a esse cenário, buscaremos no próximo tópico reduzir a escala da análise para o estado de Minas Gerais e priorizar a atuação do Partido Republicano Mineiro (PRM), buscando compreender como a realidade nacional refletiu no universo das elites estaduais.

## **1.2. As Minas Gerais e o Partido Republicano Mineiro**

No período da Primeira República o Estado de Minas Gerais era composto por sete sub-regiões, sendo elas: Centro, Mata, Vertentes, Sul, Oeste, Norte e triângulo. As diferenças políticas, econômicas e culturais entre as regiões popularizaram na historiografia mineira o conceito de que o estado era um grande mosaico. Viscardi destaca as principais características dessas regiões da seguinte forma:

A Zona da Mata e o Sul de Minas eram regiões produtoras de café, de ocupação tardia, em relação às regiões mais antigas do estado. A partir de meados do século XIX, com o desenvolvimento de suas economias cafeicultoras, tornaram-se os principais pólos econômicos de Minas. O Centro do estado, conhecido como Zona Metalúrgica, era marcado pela decadência

---

<sup>115</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, p. 13-44.

econômica. Tivera seu auge no contexto da exploração aurífera, entre os séculos XVIII e parte do XIX. O Triângulo Mineiro tinha uma identidade incerta. Pouco povoado e pouco representativo na política do estado, dedicava-se às atividades agro-pastoris, voltadas também para o mercado interno. Vítima da influência paulista, desejava separar-se do estado de Minas Gerais, unindo-se ao estado vizinho. A região de Campos das Vertentes, cujo auge político e econômico coincidiu com o do Centro, apresentava igualmente, sinais de decadência. As demais regiões do estado viviam da diversificação econômica, de caráter endógeno ou constituíam-se em vazios populacionais<sup>116</sup>.

A grande extensão do território mineiro, somada às diferenças regionais, fez com que as suas regiões tivessem que se relacionar com os estados vizinhos. A região norte, mantinha laços com a Bahia, as regiões do triângulo e sul tiveram uma estreita relação com o estado de São Paulo, já a Zona da Mata Mineira, sofreu forte influência cultura do estado do Rio de Janeiro. Essas ligações interestaduais se consolidavam nos casamentos ocorridos entre as elites dessas regiões, com forte motivação política. As uniões matrimoniais eram muito comuns, como no caso dos casamentos realizados entre as elites da Bahia e as do norte mineiro, de São Paulo e região sul do estado, e os realizados entre Espírito Santo e Goiás com as facções políticas da Zona da Mata Mineira.<sup>117</sup>

Já a economia mineira, durante a primeira fase republicana, representava a segunda maior da federação, com tendência a crescimento cíclico. As principais produções agrícolas do estado nesse período se restringiam às carnes bovinas, laticínios e café, enquanto que a mineração era responsável pela produção de manganês, ferro e ouro e voltada, principalmente, para exportação. A maior parte da população mineira, durante a Primeira República, era tipicamente rural. No Recenseamento Geral do Brasil de 1920, apenas 11% viviam nas sedes dos municípios, e 5% viviam em cidades acima de cinco mil habitantes. Os dados mostram que a maior parte da população habitava nas zonas rurais e residia em pequenas cidades do interior que conformavam o *habitat natural* do coronelismo. Desta forma, o sistema e a cultura das parentelas estavam completamente inseridos na formação da cultura mineira.<sup>118</sup>

A força pública mineira foi inferior à força paulista em termos de contingente, e à gaúcha, em termos de experiência. O efetivo estadual, de 1889 até 1922, nunca foi maior do

---

<sup>116</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas Mineiras na Primeira República Brasileira: Um Levantamento Prosopográfico. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*, Porto Alegre. CD-RON das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada - Países do Mercosul, v. 1, 2000, p.02.

<sup>117</sup> RESENDE, Maria Efigênia de. Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 80.

<sup>118</sup> BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

que o de 3 mil homens, quadro que pouco se alterou após essa data, sendo o efetivo médio de 4 mil homens na década de 1920. Esse número reduzido da força pública ocorria devido à lealdade e à boa relação entre o governo estadual e os coronéis locais, responsáveis por montar suas milícias particulares. A boa afinidade entre os dirigentes estaduais e as elites locais ajudou, segundo Resende, a evitar um *putsch*, ou seja, um golpe dos potentados locais contra a oligarquia dirigente.<sup>119</sup>

A ausência de movimentos contestatórios contra as elites em Minas Gerais na maior parte da Primeira República, demonstra que a lealdade é parte integrante da cultura política mineira, que traz em seu bojo forte patriotismo regional e valores cívicos, características que se apresentam como heranças de uma tradição urbana nascida nas cidades mineradoras durante o apogeu da extração aurífera. A construção desses valores evidencia o caráter tradicionalista e, principalmente, patriarcal da política mineira.

A cultura política mineira se formou habituada a negociações, o que tornou os mineiros conhecidos como “hábeis raposas” pelas suas características de flexibilização nas negociações. O objetivo maior não era governar sozinho, mas se manter o maior tempo possível no poder, mesmo que, para isso, fosse necessário compartilhar a dominação. Por isso, o estado de Minas Gerais, dentro do sistema político analisado, era um excelente cliente do governo central. Em razão disso, ficou conhecido como o *fiel da balança*, em decorrência das suas características que, somadas a sua força política e econômica, permitia desequilibrar uma eleição. A posição estratégica ocorria devido à numerosa bancada no Congresso, com 37 integrantes, frente às 22 cadeiras de São Paulo, 22 da Bahia e 16 do Rio Grande do Sul. Somado a esse quantitativo, a bancada mineira votava em bloco, fato que reforçou o seu apelido de “*a carneirada*”.<sup>120</sup>

Essas negociações com o governo federal eram realizadas pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), que surgiu ainda no século XIX, no ano de 1888, em meio às propagandas republicana e às pressões que levaram à queda do Império Brasileiro. O partido foi fundamental para sustentar a coesão interna e fazer com que Minas Gerais permanecesse no poder durante a maior parte do período republicano.<sup>121</sup> O PRM sempre teve como um dos seus principais desafios controlar os conflitos frequentes entre as elites mineiras que aconteciam dentro da

---

<sup>119</sup> RESENDE, Maria Efigênia de. Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 80.

<sup>120</sup> WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

<sup>121</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O Republicanismo Mineiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. Anais. Natal: Associação Nacional de História, 2013, p. 1-12.

própria cúpula do partido, tornando-se um mecanismo de disputa para se exercer o controle das oligarquias estaduais.

Motta destaca que a característica dos PRs (Partidos Republicanos) era sua atuação provincial, com pouco ou nenhum desempenho em nível partidário nacional. Os contatos entre esses partidos estaduais ficavam extremamente escassos, salvo em momentos de coligações políticas, visando às eleições federais. O executivo centralizado exercia o papel da força, pois tinha o exército e a Constituição a seu favor, com possibilidade de intervenção nos estados. Já as oligarquias detinham o poder legislativo, dominado pelas duas maiores bancadas, a mineira e a paulista.<sup>122</sup>

O historiador Rodrigo Patto de Sá Motta destaca que

Surgiu um sistema de partido único em todos os estados, caracterizado pela ausência quase absoluta de competição partidária. O partido oficial sempre ganhava as eleições, mesmo porque dificilmente apareciam concorrentes dispostos a disputar. A competição real ocorria no interior dos PRs, entre facções disputando o controle da “máquina” partidária. Ser indicado pelo partido como candidato a presidente estadual significava já estar eleito e, portanto, a luta efetiva era travada antes das eleições.<sup>123</sup>

Nos momentos anteriores às eleições, as estruturas dos PRs eram agitadas e se transformavam em arenas, nas quais os projetos políticos para o futuro do país entravam em conflito; as eleições eram decididas antes mesmo das votações, pois ter o apoio dos principais coronéis significava já ter vencido as eleições, com isso, a disputa de fato ocorria no interior das elites. Ao analisar o PRM surgem duas indagações: como podemos conceituar o Partido Republicano Mineiro dentro da teoria dos partidos políticos? Havia ou não um sistema partidário durante a Primeira República?

Ao examinar a teoria dos partidos políticos, concordamos com Cerroni, que a descreve da seguinte forma:

La teoría del partido político es una disciplina sumamente joven, tan joven como lo es la historia del partido político. Pareciera concentrarse en dos órdenes de problemas, referiendo uno al análisis sociológico del partido (su composición, estructura, dirección y gravitación social) y el otro a las consecuencias que acarrea la existencia del partido en el mecanismo de la constitución política moderna. Pero en el centro de los estudios realizados en ambos campos se encuentra una noción común del partido como organización

---

<sup>122</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora: UFMG. 2008, p. 57.

<sup>123</sup> MOTTA, *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros...* p. 53.

permanente de un agrupamiento humano unido por una identidad de opiniones con técnicas más o menos semejantes.<sup>124</sup>

O Partido Republicano Mineiro, à luz da teoria dos partidos políticos, serviu como instituição responsável por organizar e disciplinar as oligarquias mineiras. Em nível estadual, todos os presidentes na primeira fase republicana vieram dessa agremiação. Nos municípios os coronéis lutavam para vencer as eleições e liderarem nas localidades os diretórios do Partido. Outra definição de partido político se encontra na obra do historiador Rodrigo Patto de Sá Motta, que a descreve da seguinte forma:

Os partidos são agrupamentos de pessoas que almejam o poder. Elas se organizam em um partido com o fim de conquistar e conservar o poder, ou seja, o governo de um determinado Estado ou nação. Normalmente, os partidos são formados a partir de uma proposta ou um ideário político, que atrai pessoas dispostas a lutar por sua implantação. Assim, os partidos são produtos tanto de motivação ideológica quanto de ambição pelo poder, as duas coisas se combinam e, na verdade, não são contraditórias.<sup>125</sup>

De acordo com a visão descrita acima, podemos considerar que o objetivo do Partido Republicano Mineiro era, justamente, alcançar e manter o poder sendo que, como representante dos interesses da oligarquia estadual, estava vinculado à produção cafeeira. E por conservar o poder, entende-se deixar as classes mais baixas longe das estruturas partidárias. Sendo na época, o PRM um partido único no estado, o jogo político eleitoral era algo distante da realidade das camadas mais pobres da sociedade.

Sobre o poder econômico dos membros do PRM, Afonso Arinos de Melo Franco destaca que,

Economicamente, o partido Republicano tem a sua origem estreitamente vinculada às novas condições da lavoura do café. O declínio do café imperial se prende a várias causas, sobretudo ao rápido esgotamento das terras da bacia do Paraíba, zona da sua localização, ao espraiamento das culturas, em São Paulo, para as regiões de Campinas e Itú e, depois, rumo ao Nordeste, na direção de Ribeirão Preto; e, em Minas, a ocupação da chamada Zona da Mata, rumo a Muriaé e Carangola, tendo Juiz de Fora como centro de difusão, bem como de alargamento das culturas na zona do Sul.<sup>126</sup>

---

<sup>124</sup> CERRONI, Umberto. “Para uma teoria del partido político”. In: CERRONI, Umberto; MAGRI, Lucio; JOHNSTONE, Monty. *Teoria marxista del partido político*. 14ª Ed., Barcelona: Ediciones Passado y Presente, 1995, p. 01.

<sup>125</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora: UFMG, 2008, p. 10.

<sup>126</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. Editora: Alfa-Omega, 1980, p. 46.

Porém, a vinculação à cafeicultura não significou um corporativismo às cegas, cujo principal e único interesse seria a defesa do café. Assim sendo, as elites mineiras tiveram sua base econômica vinculada a cafeicultura, porém, isso não significou que quando estavam à frente do governo legislassem exclusivamente na defesa do café. Em algumas situações, contrariaram os interesses da sua base econômica, em prol de interesses coletivos.

Desta forma, havia, segundo Viscardi uma

... autonomia relativa das elites políticas em relação aos interesses econômicos em curso. A atuação das elites no seio do Estado não estaria nem totalmente desconectada aos interesses econômicos hegemônicos, e nem condicionada pelos mesmos. Os trabalhos recentes que se relacionam a esta tendência procuram relativizar, não só o caráter monolítico de dominação do eixo Minas-São Paulo, como a atuação de suas próprias elites na defesa dos interesses cafeeiros.<sup>127</sup>

Durante a primeira fase republicana, quem estava à frente do Partido eram os chamados republicanos históricos, os quais se opunham aos chamados “adesistas”, membros do partido monárquico que aderiram, de véspera, à causa republicana. Segundo Viscardi, após a Proclamação da República, as elites mineiras estavam divididas entre 60% de *florianistas* e 40% de *deodoristas*.<sup>128</sup> A divisão ocorreu entre os seguintes grupos e motivados pelos seguintes interesses:

Nos primeiros anos da República Nova, desenvolveram-se duas facções na liderança política do estado: uma sediada na velha capital da província, Ouro Preto, e chefiada por Cesário Alvim; e a outra sediada em Juiz de Fora, o maior centro populacional e industrial do estado, e chefiada por Fernando Lobo. A disputa girava em torno de dois tópicos: a transferência da capital estadual de Ouro Preto para a Serra do Curral, e a adoção de constituições federal e estadual dando a Minas substancial autonomia política dentro do novo sistema.<sup>129</sup>

Em decorrência das desavenças entorno das constituições federal e estadual e, por conta, da disputa para a transferência da capital estadual, em 1890 o partido foi dissolvido. De acordo com Vera, sua dissolução ocorreu em função das divergências entre os republicanos históricos mineiros, liderados por Antônio Olinto, e os governistas “adesistas”. Em 25 de dezembro de

---

<sup>127</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas mineiras na primeira república brasileira*. Anais DO X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH/MG, 1996, p. 231.

<sup>128</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 76.

<sup>129</sup> FLEISCHER, David V. A cúpula política mineira na República Velha. *Revista de Ciência Política*, v. 20, n. 4, 1977, p. 26.

1890, Olinto, juntamente com o grupo que liderava, decidiu não aceitar a chapa governista, o que ocorreu em uma reunião na cidade de Juiz de Fora.<sup>130</sup>

Durante toda a primeira década do regime republicano, o que se viu na bancada mineira foi falta de coesão; somente em 1900 a bancada se uniu e passou a votar em blocos. O partido, reorganizado em 1897, continha a seguinte divisão entre suas facções:

O novo PRM surgido teria sido formado por três grupos: os biistas, chefiados pela força política de Bias Fortes; os salistas, por Francisco Sales e os silvianistas, por Silviano Brandão. O que marca esta abordagem, que igualmente é partilhada pelos autores acima citados, é a personificação das disputas após o período de Silviano, as quais deixam de ser sub-regionais e passam a ser parte das lealdades individuais.<sup>131</sup>

O partido manteve certa estabilidade até a reformulação elaborada por Arthur Bernardes e seu grupo, a partir de 1910. A reorganização foi realizada pelos chamados republicanos da segunda geração. Para a conceituação geracional, adotamos o critério de John Wirth<sup>132</sup> que considera da primeira geração os nascidos até 1869. Se os chamados republicanos históricos, da primeira fase, estavam diretamente ligados à terra, poucos com formação superior, a característica se torna essencial para a segunda geração, que buscou a formação universitária, em sua maioria na área jurídica.<sup>133</sup>

De acordo com Viscardi as elites políticas mineiras tinham as seguintes características relacionadas às profissões:

No que diz respeito à composição política da elite mineira por carreira, os levantamentos previamente realizados apontam para a predominância das profissões jurídicas. [...] Na pesquisa que empreendemos chegamos a um total aproximado de bacharéis, que foi de 74%. Interessante observar que a carreira de professor era a segunda mais ocupada. Em geral, os bacharéis associavam ambas as carreiras. A presença majoritária de bacharéis na política não foi um componente tipicamente mineiro, mas nacional. Tal fato se explica pelo reduzido número de oferta de cursos superiores, que eram, em sua grande maioria, cursos de Direito.<sup>134</sup>

---

<sup>130</sup> CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro (PRM). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015, p. 02.

<sup>131</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas mineiras na primeira república brasileira*. Anais do X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH/MG, 1996, p. 235.

<sup>132</sup> WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

<sup>133</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 333.

<sup>134</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas Mineiras na Primeira República Brasileira: Um Levantamento Prosopográfico. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre. CD-RON das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada - Países do Mercosul, v. 1, 2000, p. 03.

A maior parte era formada de advogados e professores, às vezes, acumulando ambas as profissões, uma vez que umas das profissões públicas presente em todas as cidades interioranas eram os cargos de professor. Outra característica das elites mineiras era sua frequente mobilidade política, o que fazia com que determinados candidatos migrassem da sua região de origem em busca de mais oportunidades em regiões mais atraentes politicamente. Sobre a mobilidade política, Fleischer destaca que:

As mudanças mais interessantes ocorreram nas três regiões mais desenvolvidas e populosas. Uma vez estabelecidas as atividades siderúrgicas e a nova capital (após a 3ª coorte), a Metalúrgica foi uma grande e consistente "importadora" de futuros deputados federais. A Mata ficou menos atraente após a 2ª coorte (quando a capital se mudou de Ouro Preto para Belo Horizonte), e tornou-se uma região 'exportadora' até 1918, quando Arthur Bernardes foi eleito governador. Da 10ª coorte em diante, tornou-se 'importadora' novamente. [...] Finalmente, cabe-nos mencionar que as regiões Sul e Mata foram sempre as mais bem representadas dentro da Comissão Executiva do PRM.<sup>135</sup>

A predominância do Sul e da Mata na Comissão Executiva do PRM ocorreu em decorrência do poder econômico dessas sub-regiões ser proveniente do café. Sobre a origem dos políticos durante a Primeira República, Viscardi constata "que foram três as regiões mineiras mais abastecedoras de quadros para a política, na seguinte proporção: Mata: 36%; Centro: 26%; Sul: 20%; Demais: 18%."<sup>136</sup> Ao contrário do que possa parecer, estas regiões não eram aliadas políticas, mas concorrentes na maior parte do primeiro regime republicano, no qual almejaram e, no caso do Sul e Mata, conquistaram a hegemonia política no estado.

Sobre as diferenças políticas das regiões sul e mata, Viscardi destaca as seguintes rivalidades:

A Zona da Mata foi ativa propagandista da República; foi florianista radical, teve dificuldades em associar-se à hegemonia política paulista capitaneada por Campos Sales e foi civilista, circunstâncias que lhe renderam um decréscimo em sua inserção política regional, principalmente no que tange à ocupação de postos executivos estaduais; por fim, foi bernardista e revolucionária. O Sul de Minas, ao contrário, apesar de republicano, afastou-se do florianismo, aderindo à "política dos estados" e foi hermista em sua totalidade, o que lhe angariou projeção política interna significativa; foi discretamente bernardista e revolucionário em sua maioria. Por fim, o Centro de Minas. Foi adesista e

<sup>135</sup> FLEISCHER, David V. A cúpula política mineira na República Velha. *Revista de Ciência Política*, v. 20, n. 4, 1977, p. 22.

<sup>136</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas Mineiras na Primeira República Brasileira: Um Levantamento Prosopográfico. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre. CD-RON das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada - Países do Mercosul, v. 1, 2000, p. 02.

deodorista, o que lhe garantiu consideráveis ganhos na primeira fase da República; aderiu ao pacto dos estados, mas dividiu-se entre as candidaturas de Hermes e Rui, o que pode ter contribuído para a sua fragilização no período intermediário; por fim, foi bernardista e revolucionário, muito embora reunisse a maior parte dos concentrados mineiros.<sup>137</sup>

Em meio às rivalidades entre as três principais regiões Mata, Sul e Centro, percebemos que estar no controle da comissão executiva do partido era a forma das facções exercerem sua hegemonia política. A comissão executiva do partido ficou conhecida como *Tarasca*, sinônimo de monstro medieval que impunha pavor e agia de forma centralizadora, objetivando manter as elites coesas. A centralização em torno da *Tarasca* e o temor que ela mantinha sobre os atores do jogo partidário permitiram a manutenção da unidade do PRM, sem que quase nenhuma concorrência viesse, de fato, a ameaçar o partido até 1930. Sobre o funcionamento da *Tarasca*, Fleischer a descreve da seguinte forma:

... a sua Comissão Executiva, ou ‘Tarasca’, como era vulgarmente chamada, funcionou como um seletto conselho ou convenção partidária para a escolha de candidatos. Como era confeccionada uma ‘lista oficial’ pela Tarasca, Levindo Coelho descreve o processo: A Executiva reunia-se preliminarmente em Palácio, com o presidente do estado. O chefe do governo, que era sempre do PRM, sugeria o nome ou nomes dos candidatos. O presidente tinha o cuidado de, escolhendo os nomes de influência política no estado, organizar uma lista desses nomes e, na reunião, analisava um por um, levando em consideração não apenas o valor político dos mesmos, mas, principalmente, a idoneidade, o grau de cultura, os predicados morais, os serviços que já houvessem apresentado e as atividades por eles desenvolvidas, estas de real valor público. Nestas condições, os membros da Comissão Diretora do PRM se retiravam para a sede do partido, onde procediam a uma acurada apreciação dos nomes indicados e, quase sempre, por unanimidade, eram escolhidos os candidatos às eleições de presidente do estado, vice-presidente, senadores e deputados. Lavrava-se a ata e os nomes dos candidatos seguiam para a publicação no jornal do PRM, o Diário de Minas.<sup>138</sup>

Após as indicações para as candidaturas realizadas pela *Tarasca*, em comum acordo com Presidente do estado, as disputas eram travadas dentro dos diretórios locais e geralmente aglomeravam duas ou três facções que almejavam o poder no município. Muitas vezes o poder executivo do partido em nível estadual e até o governo federal agiam como mediadores, parceiros; outras vezes como incentivadores das contendas entre as facções locais e regionais.

Em suma, o objetivo era sempre o de manter o controle dos diretórios regionais e locais. Esse jogo político indica que a própria constituição do PRM, com sua característica de

---

<sup>137</sup> VISCARDI, In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada...* p. 07.

<sup>138</sup> FLEISCHER, David V. A cúpula política mineira na República Velha. *Revista de Ciência Política*, v. 20, n. 4, 1977, p. 29.

centralização, é fruto do entendimento das elites oligárquicas sobre como deveria funcionar o sistema político, sempre contando com um executivo forte e centralizado. Sobre esse tema Viscardi relata que:

Gestados no regime monárquico, os oligarcas brasileiros da primeira geração republicana, não abriram mão da hipertrofia do executivo, construída sobre o esvaziamento do congresso. A hipótese do deslocamento dos lócus da soberania do executivo federal para o parlamento constitui-se em ameaça a estabilidade do regime republicano, na ótica de seus principais atores políticos.<sup>139</sup>

A característica de um executivo forte se manteve presente durante toda Primeira República, pois, como colocado por Carvalho, a rede de relações do coronelismo significava que o coronel estava indiretamente interligado ao Presidente da República. A centralização política gerou o surgimento de uma dependência dos potentados locais, que dependiam do governo estadual e federal para realizar favores.<sup>140</sup> Sobre a centralização política e o presidencialismo brasileiro, Chacon relata que em torno do executivo há uma característica não só nacional, como latino-americana. A força política era, por vezes, transformada em personalismo e ficava evidente nas eleições presidenciais, período em que aumentavam as negociações e, conseqüentemente, os conflitos políticos.<sup>141</sup>

As negociações e formações das facções e grupos políticos em Minas Gerais levavam em conta diferentes fatores como os laços pessoais, conflitos interregionais e questões econômicas. Viscardi descreve da seguinte forma a maneira de fazer política no estado:

Sem descartar a idéia da existência do mosaico mineiro, e as dificuldades por ele geradas na composição de uma homogeneidade política no estado, partimos do pressuposto de que se formaram grupos políticos, ligados por relações de lealdade pessoal, que se faziam e se desfaziam em função de interesses específicos. Desta forma, acreditamos que os critérios de composição e decomposição de alianças não eram exclusivamente regionais. Obedeciam a um conjunto de elementos delineadores que variavam desde o compartilhamento de ideais políticos e interesses econômicos até lealdades individuais, e também, mas não prioritariamente, disputas interregionais. Rompemos com a idéia de que predominou em Minas a conciliação dos interesses a partir da criação do novo PRM, o qual teria habilitado Minas à participação política na esfera federal, no âmbito do pacto oligárquico proposto por Campos Salles. Em nosso trabalho, destacamos a permanência de conflitos políticos recorrentes em todo o período cronológico em análise,

<sup>139</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 18.

<sup>140</sup> CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista DADOS*, Rio de Janeiro, Vol. 40, n 2, 1997, p. 229-150.

<sup>141</sup> CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Editora: UnB, 1998, p. 05-104.

os quais interferiram diretamente na atuação política de Minas no cenário federal.<sup>142</sup>

Concordamos com Viscardi quando aponta que, mesmo tendo uma atuação em bloco em nível federal, os conflitos internos nunca foram totalmente extintos durante a Primeira República. A própria ascensão da segunda geração de republicanos mineiros, responsável por operar mudanças significativas no PRM, foi realizada em meio a conflitos no interior das elites montanhesas. A segunda geração de republicanos detinha as seguintes características:

... era composta de políticos que ingressaram na vida pública, por volta da década de dez, e que teria a sua atuação marcada pelas tentativas de reformas do regime republicano. Muito embora tivessem laços de lealdade e de parentesco com a geração anterior, atuaram como elementos renovadores do regime, muitas vezes em contraposições a seus antecessores.<sup>143</sup>

Um dos principais expoentes da segunda geração republicana era o senhor Arthur da Silva Bernardes, líder do PRM de 1918 até sua extinção em 1937. Escolhemos por analisar a carreira política de Bernardes por ele ter sido o principal líder e símbolo do partido após sua renovação, com isso, acreditamos que analisar a carreira política deste oligarca nos permite conhecer as principais características da cultura política mineira. Bernardes nasceu na cidade de Viçosa-MG em 1875 e se formou em advocacia na Faculdade de Direito de São Paulo. Durante os anos de 1900 a 1930, exerceu os seguintes cargos: vereador de Viçosa em 1904, deputado estadual em 1907, secretário de finanças de Minas de 1910 a 1914, deputado estadual em 1918, presidente de Minas Gerais em 1918 e Presidente da República em 1922.<sup>144</sup>

Segundo Carvalho essa nova geração de coronéis, que surgiu a partir do século XX, tinha as seguintes características:

Da imagem simplificada do coronel como grande latifundiário isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas, emerge das novas pesquisas um quadro mais complexo em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres.<sup>145</sup>

---

<sup>142</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Elites políticas mineiras na primeira república brasileira*. Anais do X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH/MG, 1996, p. 235.

<sup>143</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus - Revista de História*, v. 5, n. 2, 1999, p. 97.

<sup>144</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur\\_bernardes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_bernardes)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

<sup>145</sup> CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista DADOS*, Rio de Janeiro, Vol. 40, n 2, 1997, p. 03.

Dentro da nova imagem de coronel emerge Bernardes, que preenchia os pré-requisitos mínimos “para fazer parte da elite mineira que era [...]: ser do gênero masculino, ser branco, ter curso superior, ter laço de parentesco com outros membros da elite política e ser originário de uma das regiões politicamente importantes do estado”.<sup>146</sup> O caminho da ascensão de Bernardes ao poder é característico da cultura política mineira, que pregava que a experiência na vida pública teria que ser alcançada aos poucos, a começar pela base, como vereador, galgando os degraus até a presidência da República. Ao percorrer esse caminho, Bernardes se tornou o principal expoente e líder da segunda geração dos republicanos mineiros que iniciou uma vida pública mais ativa a partir de 1910. O perfil do grupo é justamente a elevação do nível educacional e as consequentes buscas pelo rejuvenescimento do partido.<sup>147</sup>

A partir de 1919, Arthur Bernardes e seu grupo fizeram uma reformulação no PRM que, pouco a pouco, afastou os quadros mais antigos e conservadores. Segundo Viscardi, a ascensão da nova geração representou continuidade e ruptura - continuidade por manter os interesses da classe oligárquica e ruptura por ter afastado os quadros mais conservadores, oxigenando o sistema político através de novas práticas.<sup>148</sup> Entre as reformulações realizadas no partido, Calicchio destaca as seguintes:

Em linhas gerais, o programa do PRM defendia a República federativa presidencial, a verdade eleitoral, a inamovibilidade dos juizes, a autonomia municipal e distrital, e a tributação proporcional aos recursos da lavoura, do comércio e da indústria estaduais. Do ponto de vista organizacional, o partido teria uma comissão executiva, diretórios distritais e diretórios municipais, todos com mandato de três anos. Todas as deliberações referentes à escolha de candidatos à presidência da República e do estado e aos congressos nacional e estadual seriam tomadas através da convenção do partido, que reuniria a comissão executiva e os diretórios municipais. À comissão executiva caberia decidir soberanamente sobre os assuntos partidários internos, e ainda dirigir os pleitos eleitorais, convocar os eleitores municipais para as convenções e elaborar apresentação dos candidatos.<sup>149</sup>

---

<sup>146</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 51.

<sup>147</sup> Fleischer, David V. A cúpula mineira na república velha, In: MONTEIRO, Norma de G. (org). V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. *A republica estudos mineiros: A república Velha em Minas*. BH: UFMG, 1982, p. 26-27.

<sup>148</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 333.

<sup>149</sup> CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro (PRM). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015, p. 02.

Em meio às reformulações do Partido, percebemos que a centralização política em torno da *Tarasca* foi mantida, e entre as novidades estava a defesa da inamovibilidade dos juízes, algo de primeira ordem para os integrantes da segunda geração, sendo que, a grande maioria era composta de bacharéis em direito. A reformulação partidária foi essencial para gerar um momento de coesão, centralização e atuação efetiva do partido na vida política estadual e nacional. O auge dessa transformação é a eleição de Bernardes a presidência do Estado, em 1918, e durou até a Revolução de 1930, início da decadência do PRM e de Bernardes.

O apogeu político de Arthur Bernardes ocorreu durante a campanha para presidente da República em 1922, quando teve o apoio de

Minas e São Paulo e teve que enfrentar o candidato da Reação Republicana, o ex-presidente Nilo Peçanha, que aglutinava o apoio dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Durante a campanha, foi atingido pelo episódio das ‘cartas falsas’, em que foi acusado da autoria de cartas publicadas na imprensa contendo referências ofensivas ao marechal Hermes da Fonseca. Ainda durante a campanha ficou comprovado que as cartas haviam sido forjadas, mas a contestação a seu nome nos meios militares já se tinha tornado irreversível. Apesar de tudo, acabou eleito no pleito realizado em março de 1922.<sup>150</sup>

Porém, antes de tomar posse, Bernardes encontrou os setores militares

Inconformados com sua eleição, e também com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes, ordenados pelo presidente Epitácio Pessoa após conflitos em torno da eleição para o governo pernambucano, jovens militares desencadearam no Rio de Janeiro uma rebelião com o objetivo de depor o governo federal. O movimento, deflagrado em 5 de julho de 1922 e rapidamente debelado, ficou conhecido como o levante dos 18 do Forte.<sup>151</sup>

Com o panorama político conturbado, Bernardes assumiu a presidência, mas no ano de 1924, outro levante tenentista teve início em São Paulo, havendo repercussões em outros estados. Mais uma vez as tropas legalistas conseguiram conter a revolta, porém, ao se juntarem com os revoltosos gaúchos, os paulistas deram origem à Coluna Miguel Costa - Prestes, um exército guerrilheiro que percorreu o país durante dois anos fazendo campanha contra o governo. No ano de 1926, Bernardes apoiou a candidatura do paulista Washington Luís, que saiu vitorioso das urnas e exerceu o mandato até 1930.

---

<sup>150</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur\\_bernardes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_bernardes)> Acesso em: 18 mai. 2011.

<sup>151</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930...*

Os eventos que conturbaram o governo de Bernardes não tiveram reflexos na estabilidade do PRM que conseguiu manter o equilíbrio político no nível estadual. Entretanto, com a campanha da Aliança Liberal em 1930, modificou-se o panorama e se acentuaram as discordâncias internas no partido, ocasionando uma fragmentação das elites mineiras em torno da disputa presidencial em 1930. A autora Calicchio a descreve da seguinte maneira:

A Aliança Liberal não contou, porém com a adesão integral dos mineiros, suscitando a primeira cisão grave do PRM. O vice-presidente da República Melo Viana, discordando dos objetivos aliancistas, rompeu com a direção do partido, gesto em que foi acompanhado por Alfredo Sá, vice-presidente do estado, por cinco deputados federais e vários deputados estaduais. Discordando também da Aliança Liberal, Carvalho Brito, um dos diretores mineiros do Banco do Brasil, retirou seu apoio à candidatura de Vargas e passou a defender Júlio Prestes, sob a legenda da Concentração Conservadora. Carvalho Brito tornou-se o chefe dos dissidentes perremistas, entre os quais figuravam ainda Paulo Pinheiro e Múcio Continentino, ao qual foi atribuído o nome da legenda.<sup>152</sup>

A Concentração Conservadora representou um rompimento na estabilidade conseguida através da centralização das estruturas do PRM e dos interesses do seu principal líder, Arthur Bernardes, que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas em 1930. Com o fracasso nas urnas, com a recorrência às armas na Revolução de 1930, o partido permaneceu dividido. Entretanto, o grupo de Bernardes continuou a ser o principal disseminador da Revolução de 1930 em Minas Gerais. Com a vitória do movimento, o cenário, que parecia favorável ao PRM e a seu líder, modificou.

O que Arthur Bernardes não esperava era que as velhas mágoas e feridas abertas com os tenentes e a centralização em torno da figura de Vargas gerariam uma tentativa de esvaziamento do seu poder em Minas Gerais. Devido a um forte movimento em que os líderes tenentistas que apoiaram a Revolução, juntamente com Vargas, Francisco Campos e Olegário Maciel colocaram em prática uma campanha antibernardista. Como a figura de Bernardes se encontrava atrelada à figura do Partido, em decorrência da sua liderança e carisma, as ações atingiram, também, a imagem do PRM. Aos poucos, com o novo governo, o prestígio do PRM e de Bernardes diminuiu. Os aliados desse grupo, tanto os estaduais como federais, como Carneiro de Resende, Alaor Prata e Cristiano Machado, foram dispensados dos cargos públicos que ocupavam.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro (PRM). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015, p. 05.

<sup>153</sup> CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro (PRM). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015, p. 05

A autora Vera Calicchio destaca que, em 1931, Vargas convida Arthur Bernardes para assumir a embaixada brasileira em Paris. Contudo, temeroso de ver a dissolução do PRM, o ex-presidente recusou o convite. Em fevereiro do mesmo ano, foi criada, em Minas Gerais, a Legião Revolucionária Mineira - uma organização tenentista para propagar os ideais da Revolução de Outubro e fazer frente à política de Bernardes, visando à destruição do “bernardismo”.<sup>154</sup>

O ano de 1931 foi emblemático para o PRM e para Arthur Bernardes, que receberam vários ataques políticos em consequência da tentativa de derrubar Olegário Maciel. O grupo da situação em nível federal colocou toda a culpa do ocorrido no Partido Republicano Mineiro. Porém, Afonso Arinos relata que “a proteção e o reflexo da mudança geral que Vargas e seus colaboradores pretendiam impor ao cenário político nacional, a fim de destruir a hegemonia mineiro-paulista, assegurou pelo maior tempo possível o predomínio do Rio Grande do Sul.”<sup>155</sup>

Mesmo com tais acontecimentos, os bernardistas ainda eram maioria no estado e induziram a situação estadual, intitulada de “Legião Liberal Mineira”, a tentar um acordo, cujo objetivo era constituir um partido único no estado. No entanto, a possibilidade de união foi anulada pelo apoio dado por Arthur Bernardes à Revolução Constitucionalista de 1932.

O apoio à causa paulista cobrou um alto preço ao grupo bernardista, como descrito abaixo:

... Arthur Bernardes tornou-se o maior defensor da causa paulista em Minas. Em 8 de agosto, o chefe do PRM lançou um manifesto de apoio a São Paulo. A reação do governo federal, que conseguiu esmagar o movimento armado, traduziu-se no afastamento de todos os amigos e correligionários de Bernardes dos cargos públicos. Finalmente, o próprio Bernardes, ao lado de outros líderes perremistas, como Djalma Pinheiro Chagas e Mário Brant, foi exilado e teve seus direitos políticos cassados por um período de três anos.<sup>156</sup>

Ainda no exílio, a figura de Arthur Bernardes permaneceu forte dentro das elites mineiras. Durante a preparação para a Assembleia Constituinte, o PRM se organizou e manteve Bernardes como seu presidente de honra. O Partido tinha contato frequente com ele e com os outros líderes expatriados. Entre o tempo no exílio e sua volta em 1935, a figura de Bernardes continuou forte em Minas Gerais e a atuação do PRM caminhou para a oposição em nível

---

<sup>154</sup> CALICCHIO, In: ABREU, *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*... p.07.

<sup>155</sup> ARINOS, Afonso. Apud CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro (PRM). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015, p. 08.

<sup>156</sup> CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro (PRM). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015, p. 09.

federal e estadual. O que contribuiu muito para esse posicionamento foi a indicação de Benedito Valadares para Interventor Estadual em 1933, causando surpresa e indignação por parte da elite mineira, primeiro porque o candidato não era da cúpula do PRM e, segundo, por não reconhecerem na nova liderança características e histórico de atuações políticas relevantes.

Desde sua nomeação como interventor, até as eleições municipais de 1936, Benedito Valadares encontrou opositores ferrenhos no PRM e na figura de Arthur Bernardes. Entretanto, Benedito Valadares percebeu a necessidade de realizar uma aliança com o PRM, uma vez que o partido obteve vitórias eleitorais importantes nas eleições estaduais e, principalmente, nas municipais. Valadares propôs um acordo aos líderes do partido que, no primeiro momento, foi negado pelos seus membros, principalmente por Arthur Bernardes. Contudo, uma parte do Partido, liderada por Djalma Pinheiro Chagas, Cristiano Machado, Bias Fortes, Levindo Coelho, Carneiro de Resende e Magalhães Viotti, entre outros, um total de dez deputados de um montante de quatorze, mudou de ideia e aderiu à conciliação.

A decisão provocou uma divergência no PRM, ocasionando a polarização em torno das opiniões sobre apoiarem ou não o governo de Benedito Valadares. Mais uma vez, as elites estaduais se viram desestruturadas e em conflitos, como os que ocorreram durante a primeira fase republicana. O quadro interno se tornou novamente conflituoso após a Revolução de 1930, e, posteriormente, o PRM não conseguiu recuperar o prestígio e a coesão interna que conquistou durante a década de 1920, o que culminou no seu fechamento durante a instalação do Estado Novo em 1937.

Entendemos que na Primeira República não existiu um sistema partidário nacional capaz de institucionalizar as várias facções políticas em partidos nacionais. O que havia era uma relação desigual via partidos republicanos e, às vezes, por outros canais, entre o Estado e as oligarquias. A ausência de um sistema partidário na Primeira República possibilitou a criação dos Partidos Republicanos que tinham características de partidos internos, ou seja, criados dentro do jogo parlamentar. Duverger destaca que esses são menos centralizados e que seu nascimento está estreitamente ligado ao interesse da cúpula; e o surgimento bem como a existência do partido estão estreitamente ligados à inexistência de um sistema de partidos organizados.<sup>157</sup>

A autora Souza destaca que:

---

<sup>157</sup> DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Apresentação e introdução, 1970, p. 32-33.

Não se pode falar em institucionalização do sistema partidário quando o poder dos agrupamentos partidários é gerado ou exercido exclusivamente na interação com agências burocráticas, sem um locus institucional no qual o partido adquira realidade coletiva mais ampla. Teríamos, nessa hipótese, algo como uma federação de grupos de interesse (a qual, por certo, pode sob certas circunstâncias exercer considerável influência), mas não teríamos um sistema partidário institucionalizado, pois este supõe um centro de gravidade bastante distinto para o processo político como um todo.<sup>158</sup>

Desta forma, propusemo-nos a analisar as consequências da existência do PRM, sem deixar de nos ater as suas formas de filiação, a estrutura do partido e a relação que manteve com a classe à qual seus integrantes pertenciam, bem como a sua relação com o Estado e o restante do sistema partidário. A história de um partido está estritamente ligada à classe que ele representa. A história e a atuação do Partido Republicano Mineiro estão unidas à história da oligarquia mineira durante a Primeira República, tendo entrado em decadência juntamente com a elite a qual representou, que buscou a todo custo manter o *status quo*.<sup>159</sup> Com as mudanças políticas ocorridas no pós-1930, a existência do Partido Republicano Mineiro tornou-se cada vez mais complexa, pois o sistema que ele ajudou a construir não existia mais, e suas práticas e estruturas não conseguiram se adaptar aos novos tempos.

---

<sup>158</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. Alfa-Ômega, 1983, p. 56.

<sup>159</sup> CERRONI, Umberto. “Para uma teoria del partido político”. In: CERRONI, Umberto; MAGRI, Lucio; JOHNSTONE, Monty. *Teoria marxista del partido político*. 14ª Ed. Barcelona: Ediciones Passado y Presente, 1995.

## Capítulo II – As elites de Muriaé-MG em 1930

### 2.1 A composição das elites de Muriaé-MG na Primeira República

As fontes históricas que utilizamos neste capítulo são os livros *Tópicos da história de Muriaé* de Joel Peixoto Manoel,<sup>160</sup> *Muriaé Migrante* de José Torres<sup>161</sup> e as Revistas de Historiografia Muriaeense.<sup>162</sup> Essas obras tratam da história local e se inserem na categoria de histórias municipais<sup>163</sup>. Elas não têm pretensão de ser científicas, disciplinares ou acadêmicas, as suas características são as descrições geográficas e a redução dos fatos históricos a meros acontecimentos que servem para valorizar as elites locais, sendo obras que não se interessam por um aparato crítico.

Para trabalharmos com essas fontes, levando em conta seu grau de subjetividade e seus objetivos, nos inspiramos na descrição e orientação que Ginzburg realiza com as fontes inquisitoriais:

Devem ser lidos como produto de uma inter-relação especial, em que há um desequilíbrio total das partes nela envolvidas. Para decifrar, temos de aprender a captar, para lá da superfície aveludada do texto, a interpretação sutil de ameaças e medos, de ataques e recuos. Temos, por assim dizer de aprender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos.<sup>164</sup>

Seguindo as indicações descritas acima e, levando em conta que nenhuma fonte é totalmente neutra, defendemos que o uso adequado das obras que propomos traz uma contribuição para a história local e regional, até porque, esses livros foram construídos a partir de fontes históricas inéditas, a maior parte delas contidas em arquivos privados. De acordo com o historiador Elmir, “a recuperação da importância do ‘local’, dando a ele dignidade epistemológica, pode representar uma nova atitude frente ao conhecimento, na medida em que

---

<sup>160</sup>MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011.

<sup>161</sup>TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013.

<sup>162</sup> A revista de historiografia muriaeense trata-se do órgão oficial da “Fundação Henrique Hastenreiter”, uma instituição cultural criada no ano de 1975, em Muriaé, destinada à pesquisa e à produção científica e literária sobre a História do Município e à publicação de trabalhos divulgados através da revista historiográfica. A fundação foi criada pelos filhos de Henrique Hastenreiter, o patrono.

<sup>163</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. *O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local*. (Comentários a Núncia Constantino, Regina Weber e Sandra Pesavento). História Unisinos, São Leopoldo, v. 8, n. 10, 2004, p. 198.

<sup>164</sup> GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações. In: GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/ Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 209.

o “individual” não se traduz mais em obstáculo, mas sim em via de acesso”.<sup>165</sup> Por isso, objetivamos a construção de identidades sociais plurais e flexíveis que se entrecruzem em meio às redes de sociabilidade, onde ocorrem os conflitos e as alianças. Dentre as nossas metas, está o preenchimento das lacunas da macro-história, sendo o espaço local o lugar primordial onde o micro se manifesta.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, percebemos poucas transformações em escala de análise local. Em sua descrição Peixoto relata que

Apesar das fartas notícias veiculadas através dos jornais sobre a política nacional e a possível queda do império, a pacata cidade de São Paulo do Muriaé, pelo fato de ter pouquíssimos adeptos à causa republicana, continuou seguindo sem grandes atropelos sua vida administrativa.<sup>166</sup>

Na última década do século XIX, a cidade de Muriaé era iluminada por lampiões e, pelo fato de ter sido construída às margens de um rio, possuía frequentes pontos de alagamento; também era comum a presença de animais soltos pelas ruas, o que tornava a cidade com aspecto de desasseio. Na sede do município ficava o poder institucional, onde eram travadas as lutas entre as facções e parentelas rivais com o objetivo de dominar as instituições públicas, principalmente a Câmara Municipal. A sede do município servia como elemento organizador do meio rural circundante, o centro disciplinava as regiões desertas e era um elemento administrativo e comercial que concentrava e distribuía mercadorias - um legítimo polo de relações políticas e econômicas.<sup>167</sup>

No centro da cidade de Muriaé tínhamos a igreja católica Matriz São Paulo que, através de sua imponência e riqueza, demonstrava o tamanho do poder das parentelas que dominavam a região. Nos largos e adjacentes ficavam as casas, geralmente amplas e confortáveis, de propriedade das famílias mais ricas e, na vizinhança, encontravam-se os prédios públicos. A caminho da periferia, tínhamos as casas mais modestas e, ao passar desse ponto, residiam as famílias mais pobres.

Cidades como a descrita acima constituíam o *habitat natural* do sistema coronelista no qual os fazendeiros, “doutores”<sup>168</sup>, padres, farmacêuticos, comerciantes, meeiros, boias-frias e

---

<sup>165</sup> ELMIR, *O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local...* p. 201.

<sup>166</sup> MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 56.

<sup>167</sup> RESENDE, Maria Efigênia de. Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985.

<sup>168</sup> Durante a Primeira República o título de doutor era a forma que popularmente eram chamadas as pessoas com qualquer formação em nível superior.

trabalhadores em geral seguiam uma lógica social regulada pelas parentelas. A lógica era mantida em decorrência desses povoados, vilas e pequenas cidades terem na figura dos coronéis os seus fundadores e/ou protetores, o que gerava acumulação de capital político e prestígio.<sup>169</sup>

O poder dos coronéis ficava claramente exposto quando analisamos as manifestações linguísticas nas cidades interioranas, como as expressões de apresentação com perguntas do tipo: “quem é você?” vinham seguidas quase sempre de: “sou gente do coronel fulano de tal.” A expressão “gente” significava uma posição inferior na hierarquia social, pois quando havia um parentesco direto com os chefes locais isso ficava claro na resposta.<sup>170</sup> Em decorrência da linguagem expressar como eram as estruturas sociais, usaremos as expressões coronel, tenente e doutor como a encontramos nas fontes. O intuito é permitir aos leitores a visão das hierarquias sociais, ficando perceptível as posições sociais que os sujeitos históricos ocupavam no território antropológicamente construído.

Por território antropológicamente elaborado entendemos que a “região não existe obviamente como espaço pré-estabelecido, ela é construída dentro das coordenadas de uma determinada pesquisa ou de certa análise sociológica ou historiográfica”.<sup>171</sup> Desta forma, o espaço social onde delimitamos que ocorriam as disputas no interior das elites locais, são uma mera construção teórica e prática da análise que se construiu a partir das teias de relações sociais que encontramos.

Nesses territórios se formavam facções políticas de fortes laços familiares que disputavam o controle dos órgãos públicos e, com a força da lei, subjugavam seus inimigos. Ao refletirmos sobre as composições, conflitos e atuações das elites muriaeenses na década de trinta, recorreremos à teoria das elites. Segundo Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, entende-se por elitismo “a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”.<sup>172</sup>

Mosca, citado por Bobbio<sup>173</sup>, afirma que a força da classe política está no seu poder de organização que ocorre através de interesses que levam os membros das elites a coligarem-se

---

<sup>169</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985.

<sup>170</sup> QUEIROZ, In: FAUSTO, *História geral da civilização brasileira*: Tomo III. O Brasil Republicano... 1985.

<sup>171</sup> BARROS, José d' Assunção. *Sobre a feitura da Micro-História*. OPSIS, vol. 7, n° 9, jul-dez 2007, p. 167- 185. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br>>. Acessado em: 04 dez. 2014, p. 168.

<sup>172</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 9° ed. Brasília: UNB – Universidade de Brasília. 1997, p. 385.

<sup>173</sup> MOSCA, Gaetano. *Elementi di scienza política*. Laterza, Bari, 1953. Apud BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 9° ed. Brasília: UNB – Universidade de Brasília, 1997.

para formar um grupo solidário e homogêneo em contraposição à maioria que se encontra desorganizada e dispersa.

Há duas visões dentro da teoria das elites: a monista e a pluralista. A primeira demonstra a existência de um único grupo político, enquanto a segunda reconhece a existência de vários grupos políticos. As visões não se contrapõem, elas apenas ocorrem de acordo com a cultura e o momento histórico vivido por cada comunidade. Percebemos em Muriaé, durante a Primeira República, a existência da teoria pluralista, pois havia três grupos atuantes dentro da elite política municipal entre 1905 a 1930. Em cada uma das facções despontava um líder e, em decorrência de não ter um nome específico, iremos denominar essas facções de acordo com os nomes dos seus líderes.

Uma era liderada pelo Cel. Antônio da Silveira Brum, outra pelo Cel. Pacheco de Medeiros e a terceira pela família Canêdo, liderada pelos irmãos Cel. Afonso Augusto da Silva Canêdo e Cel. Agenor Augusto da Silva Canêdo. O nome será o fio condutor das pesquisas por permitir ver o objeto de diferentes escalas, sendo assim, uma bússola para nós historiadores. De acordo com Ginzburg, as trilhas do nome compõem “uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”.<sup>174</sup>

De acordo com Flávio Madureira Heinz, as elites, em uma versão mais sociológica,

... são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes.<sup>175</sup>

Autores como o citado acima, trabalham na vertente das biografias coletivas, também chamadas de prosopografias - uma metodologia de trabalho que define os universos de vida desses atores, bem como, cria questões padronizadas sobre os seus recortes de pesquisa. A prosopografia tem sua trajetória inicial na década de 1960, vinculada aos estudos de Pareto e Mosca sobre as elites.<sup>176</sup> Seu desenvolvimento está atrelado às ciências sociais, como os estudos de Bourdieu<sup>177</sup>, que fazem das biografias coletivas a análise representativa dos indivíduos que

---

<sup>174</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlos; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991, p. 173.

<sup>175</sup> HEINZ, Flávio Madureira. Apud COSTA, Luiz Domingos; GOUVÊA, Julio Cesar. Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 28, jun., 2007, p. 251-252.

<sup>176</sup> COSTA, Luiz Domingos; GOUVÊA, Julio Cesar. Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 28, jun., 2007. p. 251-252.

<sup>177</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

concentrem todas as características do grupo, não sendo uma biografia individual. Essa prática é extremamente rica no rigor metodológico, porém, não testam teorias de forma empírica.

Entretanto, nos interessamos pela forma com que essas pesquisas analisam questões como local de nascimento e morte, laços familiares (casamentos e parentescos), nível de escolaridade, formação escolar, ocupação profissional, atividades e cargos políticos ocupados, filiação partidária, origens éticas e sociais, posições econômicas herdadas e adquiridas, religiões e mobilidades geográficas.

As lideranças reproduzem a estrutura social na qual estão inseridas, revelando as análises, as estruturas de dominação e as mudanças históricas a partir das seleções e reproduções feitas pelo grupo dirigente. Para conseguirmos elaborar essa análise o autor Peter Burker considera essencial que as seguintes indagações sejam feitas:

Qual a estrutura do grupo (grupos) examinado? Como é feito o recrutamento destes grupos? Quais são as funções políticas mais presentes entre os membros dos grupos? Qual o seu estilo de vida? Quais as atividades e valores mais importantes? Promovem apoio das artes (mecenato)? Como são educados? Como e por que sofrem mudanças no período que se está estudando?<sup>178</sup>

As questões citadas acima nos indicam uma direção a seguir na nossa pesquisa, sendo elas o principal ponto que adaptamos das pesquisas prosopográficas. Outra questão é sobre as relações mantidas entre as elites políticas e a classe economicamente dominante na época. Nos interessa saber se, a partir da nossa escala de análise estudada, conseguiremos compreender quais relações as elites muriaeenses mantinham com a classe dominante ou se esses homens faziam parte dessa classe.

Segundo Gouvêa, contudo, o maior problema é associar os conceitos de classe social e elites políticas, pois “como unificar de maneira correta duas perspectivas tão distintas do ponto de vista de suas matrizes teóricas?”<sup>179</sup> Por isso, ao focarmos nas realidades das elites muriaeenses objetivamos reconhecer as realidades cotidianas, através das trajetórias desses grupos, almejando perceber quais as suas estratégias, limitações e possibilidades nas micro-redes nas quais atuavam.

A definição de estratégia que usaremos é a descrita abaixo por Revel:

---

<sup>178</sup> Burker, Peter apud Ferreira. FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. In: TAVARES, Célia Cristina da Silva (Orgs.). *Anais do X Encontro Regional de História - ANPUH-RJ*, 2002, Rio de Janeiro. História e Biografias. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p.31.

<sup>179</sup> COSTA, Luiz Domingos; GOUVÊA, Julio Cesar. Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n° 28, jun., 2007, p. 254.

O termo ‘estratégia’ não deve, porém, enganar-nos. A ideia não significa aqui entender os atores sociais do passado como capazes de comandar de forma soberana seu destino, o que equivaleria a aplicar ao passado concepções de uma ideologia contemporânea que acredito ser, entretanto, profundamente falaciosa. O problema tampouco é aquele, metafísico, da liberdade humana para o qual os historiadores não têm, receio eu, nenhuma resposta substancial a fornecer. Ele é, mais simples e concretamente, o seguinte: como nós mesmos hoje, os atores do passado dispunham de certo número de recursos, cuja natureza e volume variavam e eram submetidos a pressões igualmente desiguais no seio de uma configuração social dada. A partir destes, eles deviam orientar-se no mundo social, em primeiro lugar para sobreviver, eventualmente para reforçar sua situação, seu estatuto, seus valores, suas crenças etc. Eles eram levados a efetuar escolhas entre um número limitado de possibilidades, em função da posição que ocupavam no mundo social e também a partir da representação do mundo social que lhes era acessível lá onde estavam. Eles não eram, então, ‘livres’ para fazer o que quisessem, mas certamente tinham o sentimento de se verem constantemente confrontados com alternativas: na escolha de uma aliança matrimonial ou na afirmação de uma solidariedade religiosa, num comportamento econômico, nas suas relações com as instituições.<sup>180</sup>

As estratégias eram definidas a partir das possibilidades e limitações que as redes de sociabilidade exigiam dos seus participantes. Conceituaremos as redes, segundo a concepção de Elias, que as descreve da seguinte forma:

A ordem invisível dessa forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferece ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis. Por nascimento, ele está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida; deve conformar-se a ele, moldar-se de acordo com ele e, talvez, desenvolver-se mais, com base nele. Até sua liberdade de escolha entre as funções preexistentes é bastante limitada. Depende largamente do ponto em que ele nasce e cresce nessa teia humana, das funções e da situação de seus pais e, em consonância com isso, da escolarização que recebe. Também isso, esse passado, está diretamente presente em cada uma das pessoas que se movem apressadamente no bulício da cidade. É possível que o indivíduo não conheça ninguém nesse burburinho; mas, em algum lugar, ele tem pessoas a quem conhece, amigos de confiança e inimigos, uma família, um círculo de revelações a que pertence, ou, caso agora esteja só, tem conhecidos perdidos ou mortos que vivem apenas em sua memória.<sup>181</sup>

Compreendendo a sociedade de forma reticular, buscaremos perceber as relações e funções que ocorriam em meio às redes nas quais o nosso objeto, as elites muriaeenses, estavam inseridas e definir quais as relações e funções que esses grupos exerciam, percebendo tanto suas limitações como as suas possibilidades. Assim, não estamos simplesmente analisando um grupo

---

<sup>180</sup> REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista brasileira de educação*, v. 15, n. 45, 2010, p. 440.

<sup>181</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Zahar, 1994, p. 21.

social isolado, mas ao mesmo tempo, as ações desses homens em meio às organizações que vivem, compreendendo que eles eram construtores e construídos por essas redes de sociabilidades.

O primeiro grupo era capitaneado pelo cel. Antônio da Silveira Brum, nascido em 15 de janeiro de 1874 em Carangola (MG) e formado em direito pela Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais, localizada em Ouro Preto-MG. Residiu em Muriaé no início do século XX, onde exerceu o cargo de promotor de justiça e também foi proprietário de um comércio. Seus principais ganhos eram oriundos das suas fazendas e, de acordo com Torres, sua renda média anual era, aproximadamente, de oitenta contos de réis (80:000\$000), sendo que com a firma de compra e venda de café Ribeiro & Brum faturava em média cinquenta contos de réis (50:000\$000) ao ano.<sup>182</sup>

Como percebemos a maior parte das formações das facções analisadas eram compostas por bacharéis em direito. De acordo com Ferreira<sup>183</sup>, o bacharelismo no Brasil tem forte ligação no século XIX e na Primeira República com a escravidão e com a produção cafeeira, apresentando uma função de importância econômica, social e política no seio das elites nacionais. Esses bacharéis eram em grande parte atraídos pela burocracia, por conta dos altos salários.

Queiroz<sup>184</sup> afirma que os bacharéis serviam como extensão do domínio do latifúndio, principalmente, os que migravam para os centros urbanos, como no caso do Cel. Agenor Canêdo, que passou a residir em Juiz de Fora (MG) e a exercer determinados serviços públicos. Não queremos afirmar, de maneira contundente, que todos aqueles formados em direito necessariamente eram uma extensão do coronelismo, isso vai variar conforme a região e a posição social.

Sobre a atuação *estamentalizada na burocracia*, Faoro afirma:

Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada política – social, o conhecido e tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos. Nação, povo, agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania.<sup>185</sup>

---

<sup>182</sup> TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013.

<sup>183</sup> FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. In: TAVARES, Célia Cristina da Silva (Orgs.). *Anais do X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RJ, 2002. História e Biografias*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

<sup>184</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 185-194. Apud FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. In: TAVARES, Célia Cristina da Silva (Orgs.). *Anais do X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RJ, 2002*, Rio de Janeiro. História e Biografias. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 32.

<sup>185</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre. Ed: Globo. 1976, p. 387.

As elites de Muriaé em 1930 e, principalmente, Antônio da Silveira Brum, faziam parte desse estamento. A sua atuação política começou a se intensificar durante o mandato do vereador Júlio Brandão, entre 1901 e 1904. Em 1902, Brum foi convidado pelo então presidente de Minas Gerais, Silviano Brandão, a liderar o PRM na cidade. A oposição local era formada por membros das tradicionais famílias locais como os Canêdo, os Castro e os Pereira, que controlavam a vida política na região desde o século XIX.

Durante a campanha eleitoral de 1900, a oposição formou uma agremiação chamada de “Centro da Lavoura Comércio e Indústria” que lançou a candidatura do Cel. Domiciano Antônio Monteiro de Castro. No dia da eleição, em primeiro de novembro de 1900, as costumeiras fraudes desse período não ficaram ausentes. De acordo com Manoel, muitos dos eleitores não conseguiram votar, pois seus nomes não se encontravam nas listas eleitorais.<sup>186</sup>

Após a contagem dos votos, quando Júlio Brandão se consagrou vitorioso, a oposição liderada por Domiciano Antônio Monteiro de Castro entrou com um processo para a anulação das eleições. O jornal o *Radical*, principal porta-voz da facção, publicou no dia 06 de junho de 1901 parte do processo de acusação:

... que o escrivão do juiz de paz extraía as cópias parciais das listas de eleitores das 8 sessões do distrito da cidade, quando compareceu em seu cartório, Francisco Fernandes de Paula, o 5º Juiz de Paz, acompanhado do Dr. Júlio Brandão, e apresentou-se 8 listas para serem enviadas às mesmas, a fim de, por elas, procede-se a chamada das 8 sessões, para ele subscrevê-las, ao que não anuindo o escrivão, por verificar que nelas não estavam incluídas o nome de mais de 400 eleitores do último alistamento anterior, estando, entretanto, centenas de nomes de indivíduos que nunca foram alistados, foi ele, 15 ou 20 minutos depois, suspenso por 60 dias, por uma portaria escrita pelo Dr. Júlio Brandão e subscrita pelo referido Juiz de Paz e nomeando escrivão interino, Arthur Lino Tavares que logo compareceu e tomou conta do cartório e subscreveu as referidas listas que foram enviadas às mesas eleitorais, sendo a chamada feita por estas listas assim falsificadas.<sup>187</sup>

Os advogados de Júlio Brandão realizaram a defesa e, devido à demora para a conclusão do julgamento, o ex-prefeito não sofreu nenhuma pena condenatória. O acirramento da disputa política alcançou seu ápice no ano de 1903. Desde o pleito eleitoral, a oposição cobrava do Presidente da Câmara a nomeação dos juízes de paz eleitos: capitão Vicente Nunes de Oliveira e major Pedro José de Almeida e Silva, ambos adversários da situação governista.

---

<sup>186</sup> MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 99.

<sup>187</sup> SILVA, Luiz Gonzaga da. Os pais da fraude. O Radical. Muriaé - MG, 06 jun.1901. Apud MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 99.

Com o intuito de exigir a nomeação dos juizes de paz no dia primeiro de junho de 1903, a oposição organizou um movimento na cidade que teve a participação dos líderes dos distritos, líderes da sede, eleitores e correligionários. Segundo Manoel, no dia da manifestação, estimou-se a presença de aproximadamente mil pessoas.<sup>188</sup> O prefeito Júlio Brandão, ciente das manifestações, começou a sessão com duas horas de antecedência e a encerrou rapidamente. Ao saberem da manobra, os manifestantes se dirigiram até sua residência e foram atendidos pelo Presidente da Câmara, que prometeu fazer as nomeações no dia seguinte.

De acordo com Manoel, ao final do ocorrido os manifestantes se dirigiram

... para a residência do Sr. Silveira Brum, ao som da banda de música Lyra Conservadora. Ali houve um discurso proferido pelo Dr. Luiz Gonzaga, apoiando a atitude dos manifestantes. Falou também o Dr. Silveira Brum, e uma de suas falas foi a seguinte: 'Aquele que não defende seus direitos é um suicida moral', oferecendo depois finas bebidas a todos os presentes.<sup>189</sup>

Seis dias depois, no entanto, Júlio Brandão convocou uma reunião na Câmara Municipal, onde anunciou que não realizaria as nomeações. No mesmo dia a oposição havia convidado seus eleitores para assistirem as nomeações dos juizes de paz. Em decorrência do clima de tensão entre as duas facções o

... delegado, por ordem do dr. Cysneiros, separou o pessoal da seguinte maneira: os da banda de cá, ou seja, os amigos do dr. Júlio ficariam nas imediações da prefeitura, e os da banda de lá, ficariam nas imediações da rua Direita ou perto da Igreja Matriz.<sup>190</sup>

A explicação para não realizar as nomeações ocorreu pelo fato de que em determinadas cédulas de votação os nomes estavam escritos de forma diferente. Algumas cédulas vinham com o acréscimo tenente e capitão antes dos nomes, Vicente Nunes de Oliveira e Pedro José de Almeida e Silva e outras sem esses acréscimos, o que fez com que o Presidente da Câmara sugerisse que não se tratavam das mesmas pessoas. Assim, nomearam Antônio José da Silveira Freitas, partidário do seu grupo, para um dos cargos.

O anúncio foi o bastante para intensificar as ofensas entre os grupos localizados nas intermediações da câmara, e em pouco tempo as brigas e os tiros começaram, como pode ser lido no relato abaixo:

---

<sup>188</sup> MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011.

<sup>189</sup> MANOEL, *Tópicos da história de Muriaé...* p.103.

<sup>190</sup> MANOEL, *Tópicos da história de Muriaé...* p.103.

A coluna de manifestantes que estava nos arredores da Matriz São Paulo avançava rapidamente para tomar a prefeitura, sempre atirando, e os que se encontravam entrincheirados defendendo a Câmara, fugiram, outros se esconderam no interior do prédio e de lá começaram a acenar juntamente com os moradores das vizinhanças, com panos brancos, pedindo um cessar fogo e, segundo o repórter de *O Radical*, outros furaram um buraco na parede dos fundos da prefeitura a golpes de coronhadas de carabina e fugiram. Restaram 23 pessoas no interior do prédio que sofreram o vexame de ter que se retirar um a um de mãos para cima. O único dano registrado foi a parede da prefeitura que ficou muito avariada pelos tiros.<sup>191</sup>

Após tais acontecimentos, as nomeações dos juizes de paz Vicente Nunes de Oliveira e Pedro José de Almeida e Silva foram realizadas. E o ex-prefeito Júlio Brandão fugiu de Muriaé e se mudou com a família para o Rio de Janeiro. Desde então, Júlio e os vereadores da sua base aliada não voltaram novamente a nenhuma sessão da Câmara Municipal. Com a ausência desses vereadores, João Batista Gonçalves de Oliveira, que era oposição, tornou-se o Presidente da Câmara em reunião no mês de setembro de 1903, e tendo o dr. Júlio Brandão, em 1905, enviado a prestação de contas do seu mandato, Oliveira nomeou os candidatos suplentes da última eleição e o correligionário do seu grupo para os cargos de Juiz de Paz.

Tais acontecimentos abriram espaço para a ascensão política do cel. Antônio da Silveira Brum que se candidatou ao cargo de vereador do município em 1905, tendo sido eleito, e “logo na constituição da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé, foi escolhido para ser o seu presidente e o chefe do executivo”.<sup>192</sup> Silveira Brum exerceu o cargo de Presidente da Câmara de Muriaé durante o período de 1905 a 1920, cargo que conciliou com a vida na Câmara dos Deputados, tanto na instância estadual quanto na federal. Um ano mais tarde, em 1906, Brum foi “indicado pela Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM), e eleito deputado pela 2ª. Circunscrição, para o período correspondente à 5ª. Legislatura (triênio de 1907 a 1910). Com o início dos trabalhos da 5ª Legislatura estadual, foi eleito vice-presidente da câmara”.<sup>193</sup>

A ascensão do cel. Antônio da Silveira Brum ocorreu em um momento de renovação dos quadros políticos locais, como descrito em seguida:

---

<sup>191</sup> MANOEL, *Tópicos da história de Muriaé...* p.104.

<sup>192</sup> HASTENREITER, José Henrique. Dr. Antônio da Silveira Brum – Um Varão que durante duas décadas engrandeceu a História Política - Administrativa de Muriaé. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 2º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 02, Maio, p.59-89, 1979, p. 67.

<sup>193</sup>HASTENREITER, José Henrique. Dr. Antônio da Silveira Brum – Um Varão que durante duas décadas engrandeceu a História Política - Administrativa de Muriaé. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 2º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 02, Maio, p. 59-89, 1979, p. 67.

Novas lideranças surgiram na cidade e nos distritos mudando completamente a situação política e econômica do município. No distrito de Patrocínio do Muriaé despontaram as lideranças do Capitão Olinto José de Freitas e Major Felício Rosa que se juntaram ao Coronel Telêmaco Pompei e Coronel Manoel Martins Lisboa [...] Essas novas lideranças eram capitalistas que iniciaram suas jornadas vitoriosas no comércio, agropecuária e prestação de serviços especializados [...] Em São Francisco de Paulo de Boa Família o Capitão Antônio Pereira Salles e Capitão Antônio Pereira de Abreu constituíam as lideranças exercendo os cargos de juiz de paz, vereador e conselheiro; em Rosário da Limeira, no alto da serra cafeeira, o Coronel José Guida, grande fazendeiro e comerciante de café despontava como nova liderança [...] em Bom Jesus da Cachoeira Alegre surge a liderança do Capitão Antônio Máximo Ribeiro, fazendeiro, comerciante e capitalista de dinheiro a juros que veio se juntar as famílias Alves Pequeno e Soares da Silva, tornando-se um dos homens mais ricos e corajosos na arte da política e investimento empresarial; Doris de Victória mantinha o nome do Capitão José Felipe dos Santos que aos poucos era substituído pelo filho Dr. José Felipe dos Santos, advogado e fazendeiro; Nossa Senhora do Glória teve no Capitão José Vieira Lopes um dos representantes da nova geração de políticos que se juntou ao Coronel Izalino Romualdo da Silva, Capitão José Figueiredo, Luiz Assis Moreira, José Neves, Professor Lafayette Maciel e Coronel Amaro Acelino de Andrade [...] Capitão Pedro Malafaia da Cunha, antigo ourives e fabricante de aguardente continuava a representar Santo Antônio do Glória ao lado do Dr. Horácio Catta Preta enquanto em Santa Rita do Glória o Coronel Francisco José Pereira Lopes surgia como promessa de renovação.<sup>194</sup>

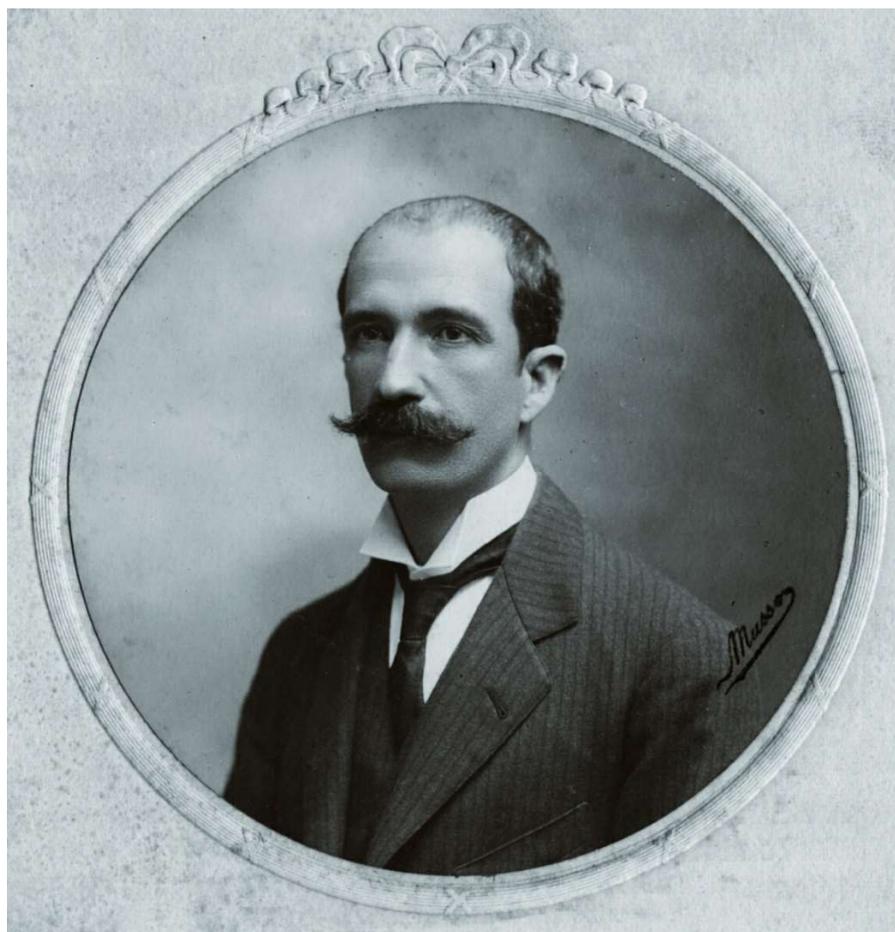
Nessa descrição percebemos a importância do comércio e das profissões liberais para a ascensão de novas elites políticas que, aliando os negócios com o domínio da terra, exerceram em suas localidades uma posição de mando. Foi por esses caminhos que Antônio da Silveira Brum se tornou uma das principais lideranças nos anos de 1905 a 1910 e conseguiu governar, sem grandes pressões, além de aumentar as rendas municipais e, conseqüentemente, realizar grandes investimentos.

### **Imagem N°1: Cel. Antônio Da Silveira Brum<sup>195</sup>**

---

<sup>194</sup> TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013, p. 196-197.

<sup>195</sup> Fonte da imagem: Arquivo Da Câmara Municipal De Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.



Fonte da imagem: Arquivo Da Câmara Municipal De Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

A recuperação das finanças públicas pode ser constatada a partir da análise das rendas da Câmara Municipal que, anteriormente ao primeiro mandato de Silveira Brum, eram de 89:235\$000 (oitenta e nove contos e duzentos e trinta e cinco mil réis); subindo, em 1910, para 162:525\$576 (cento e sessenta e dois contos quinhentos e vinte e cinco mil quinhentos e setenta e seis réis).<sup>196</sup> O aumento nas receitas foi proveniente de alguns empréstimos contraídos junto ao governo estadual e a bancos e, também, pela arrecadação de impostos, sendo esses as principais fontes de recolhimento da câmara. Abaixo, uma lista com os principais impostos locais:

#### **Tabela Nº 1 - Impostos Municipais:<sup>197</sup>**

Diversos	Prédios urbanos
----------	-----------------

<sup>196</sup> TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013, p. 196-197.

<sup>197</sup> Tabela criada a partir de informações retiradas da obra: TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013, p. 196-197.

	Indústrias e profissões
	Veículos terrestres e fluviais
	Ambulantes
	Placas
	Anúncios
Taxas Remuneratórias	Funerária
	Água
	Esgoto
	Iluminação
	Matadouros
	Mercados
Dominicais	
Multas	Infração por postura e regulamento
	Inobservância de contratos
	Indenização
	Reposição e restituições
	Dívidas passivas prescritas

Tabela criada a partir de informações retiradas da obra: TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013, p. 196-197.

Com o aumento das receitas e devido à posição política que ocupava em Minas Gerais, durante o mandato Antônio da Silveira Brum conseguiu realizar várias construções de obras públicas necessárias para o melhoramento da infraestrutura da cidade. Entre as principais obras públicas encontram-se os investimentos no saneamento básico, construção do Colégio Silveira Brum em 1912, construção e concessão da Usina Hidroelétrica Cachoeira da Fumaça em 1908, reforma do cemitério em 1914, construção de linhas telefônicas em 1911 e a construção de um matadouro público em 1914.

## **Imagem Nº2: inauguração da ponte de ferro durante o mandato do Cel. Antônio da Silveira Brum.<sup>198</sup>**

<sup>198</sup> Fonte da imagem: Arquivo da Câmara Municipal de Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.



Fonte da imagem: Arquivo da Câmara Municipal de Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

A construção da usina hidroelétrica permitiu que chegasse luz elétrica na sede do município e nos distritos de Boa Família e Patrocínio do Muriaé. A concessão de vinte e cinco anos foi cedida ao engenheiro Dr. Elpídio Lacerda Werneck. As obras de saneamento básico incluíram o abastecimento de água potável, tratamento de esgoto e limpeza dos córregos. Ficou orçada em 300:000\$000 trezentos contos de réis, financiados junto ao Banco de Crédito Rural de Minas Gerais.

As obras de saneamento básico se justificavam pelas condições insalubres do município. Durante o período analisado, surgiram vários surtos de doenças como a febre amarela, beribéri,

a febre tifoide, a varíola entre 1890 e 1894, além da gripe espanhola que veio assombrar o município na última década do século XIX e na primeira do século XX.<sup>199</sup>

Percebemos que a quantidade de doenças tropicais existentes, somadas à ausência de um saneamento básico, fazia com que os sertões se tornassem um local fértil para a proliferação de doenças. Cabe destacar que o primeiro hospital surgiu em 1927, chamado Casa de Caridade Hospital São Paulo. Tais construções e preocupações com a saúde local estão inseridas no contexto nacional do projeto sanitário brasileiro, que lentamente atingiu o interior.<sup>200</sup> Devido às inúmeras doenças durante a Primeira República, cresceu a quantidade de farmacêuticos, o que deixa evidente a importância e preocupação dos viventes com a saúde, principalmente, quando analisamos os jornais que circularam na Primeira República e constatamos o alto número de propagandas de farmácias e medicamentos.<sup>201</sup>

Dentre os jornais que circularam na cidade, o principal porta-voz da facção do Brum era o *Alto Muriaé*. Este, que era de propriedade de Valeriano Alves Pereira, surgiu no ano de 1890 sendo que, a partir de 1914, após um período inativo, reapareceu no cenário local tendo como diretor o Cel. Antônio da Silveira Brum e como editor Henrique Hastenreiter, proprietário da Casa Hastenreiter - estabelecimento comercial e tipográfica em funcionamento desde de 1909. Neste local era impreso o *Alto Muriaé* e outros periódicos de alcance regional. Fica claro que a imprensa e a vida política se imbricavam, sendo a filiação política do *Alto Muriaé* de fundamental importância para a longevidade de suas publicações, transpondo o século XIX e inserindo nas lutas políticas do século XX.

Em 1909 ocorreu uma nova eleição

... para o triênio 1910/1912 (6ª. Legislatura) dr. Brum, na chapa do PRM, obteve uma estrondosa vitória nas urnas da 2ª. Circunscrição. Ao ansiar a eleição para deputado federal, em 1911, Brum é indicado na chapa do PRM para concorrer a uma vaga pelo 2º. Distrito de Minas Gerais, mais uma vez conseguindo ser eleito para o triênio de 1912-1914.<sup>202</sup>

---

<sup>199</sup> TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013, p. 196-197.

<sup>200</sup> FRAGA, Edilane. *Um estudo sobre as condições sanitárias e saúde pública em muriaé, minas gerais – 1920-1929* (Dissertação de Mestrado (História do Brasil) – Universidade Salgado de Oliveira). Niterói - RJ, 2016, p. 126.

<sup>201</sup> MAGALHÃES, Itamar. Através da Imprensa. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 1º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 01, dez, 1977.

<sup>202</sup> HASTENREITER, José Henrique. Dr. Antônio da Silveira Brum – Um Varão que durante duas décadas engrandeceu a História Política - Administrativa de Muriaé. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 2º. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 02, Maio, 1979, p. 68.

Já para o pleito de 1914, o quadro político interno do PRM, que antes era favorável a Brum, passou a ser desfavorável, pois “ao se aproximar o pleito para a renovação dos Deputados Federais e de um terço do Senado, uma forte investida foi feita na cúpula do PRM, no sentido de afastar o Dr. Brum da sua chapa”.<sup>203</sup> Nesse cenário, Silveira Brum se candidatou a uma vaga na Câmara Federal dos Deputados sem o apoio do partido, conseguindo a eleição com 17.000 votos. O resultado foi contestado por outros políticos, mas o Tribunal Eleitoral reconheceu a vitória eleitoral de Brum.<sup>204</sup>

De acordo com José Henrique Hastenreiter,

... pela terceira vez o Dr. Brum é eleito Deputado Federal, em 1918, à 10ª. Legislatura, já, agora, incluído na chapa do PRM, que fora obrigado a reconhecer o seu prestígio político na zona em que militava, apesar da forte campanha contra ele desencadeada pela ala renovadora do partido.<sup>205</sup>

Segundo Hastenreiter, em 1918, fruto da renovação conduzida por Artur Bernardes e Raul Soares, que procurava afastar os elementos conservadores do partido,

... quase todos os municípios da Zona da Mata Mineira receberam do Governo Bernardes (presidente do Estado) assistência financeira e política. Muriaé, entretanto, parecia voltar ao ano de 1904, e caiu no esquecimento dos dirigentes estaduais.<sup>206</sup>

A concorrência política de Arthur Bernardes com Antônio da Silveira Brum não ocorreu somente pela renovação política proposta pelos bernardistas, mas também em decorrência das suas aspirações políticas. Ambos almejavam a presidência do estado e, com isso, a disputa no

---

<sup>203</sup> HASTENREITER, *Dr. Antônio da Silveira Brum* – Um Varão que durante duas décadas engrandeceu a História Política - Administrativa de Muriaé... p. 71.

<sup>204</sup> HASTENREITER, *Dr. Antônio da Silveira Brum* – Um Varão que durante duas décadas engrandeceu a História Política - Administrativa de Muriaé... p. 72.

<sup>205</sup> HASTENREITER, *Dr. Antônio da Silveira Brum* – Um Varão que durante duas décadas engrandeceu a História Política - Administrativa de Muriaé... p. 72.

<sup>206</sup> HASTENREITER, *Dr. Antônio da Silveira Brum* – Um Varão que durante duas décadas engrandeceu a História Política - Administrativa de Muriaé... p. 86.

interior do partido foi inevitável, ainda mais por militarem na mesma região, a Zona da Mata Mineira.

A renovação do partido fez com que fosse a última eleição na qual participou Antônio da Silveira Brum que, em 1921, com o final da 10ª Legislatura, encerrou sua carreira parlamentar e política, pois de acordo com Hastenreiter, em

Muriaé já se formara um Diretório Municipal do PRM, constituído de elementos ligados ao Presidente Bernardes e de quem recebera instruções no sentido de não mais reelegerem o Dr. Brum para a Câmara de Vereadores e, menos ainda, para Agente Executivo do Município.<sup>207</sup>

Os membros do Diretório Municipal eram o Cel. Agenor Augusto da Silva Canedo (presidente), Cel. José Pacheco de Medeiros (secretário) e demais membros: Cel. Edmundo Germano, Francisco de Oliveira Vermelho, Francisco Theodoro Alves da Silva, Izalino Romualdo da Silva, Dr. Olavo Tostes, Álvaro Teixeira de Melo e Itagyba de Oliveira. Alguns dos nomes citados se destacaram nos anos posteriores, chegando a se elegerem vereadores, Presidentes da Câmara e deputados.

A renovação do partido e o fortalecimento e prestígio que Bernardes acumulou até chegar à presidência do país, em 1922, coincidiram com o período de esvaziamento político de Brum, que pouco a pouco foi perdendo prestígio político e acumulando importantes inimigos em níveis estaduais, entre esses: Francisco de Campos Valadares, Juvenal Coelho de Oliveira, Francisco Soares Peixoto de Moura, Dr. Astolfo Dutra, Ribeiro Junqueira, Carlos Peixoto, Antônio Carlos, João Penido, Martins de Lima e Raul Soares.

Um dos principais embates com esses inimigos ocorreu em decorrência dos interesses do grupo Cataguases – Leopoldina, de propriedade das famílias Junqueira e Peixoto, que almejavam adquirir a Usina Hidroelétrica da Cachoeira da Fumaça. Antônio da Silveira Brum era contrário à venda da principal obra pública do seu mandato. Entretanto, não conseguiu impedir sua venda devido às dívidas que o município tinha com o estado de Minas Gerais e demais credores, que fizeram pressão para que o negócio se concretizasse.

---

<sup>207</sup> HASTENREITER, José Henrique. Dr. Antônio da Silveira Brum – Um Varão que durante duas décadas engrandeceu a História Política - Administrativa de Muriaé. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 2º. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 02, Maio, 1979, p.86.

Antônio da Silveira Brum foi acusado publicamente no âmbito municipal, por seus inimigos, pelo assassinato do jornalista capitão João Martins de Souza, ocorrido no dia 04 de novembro de 1911. De acordo com Magalhães, João Martins realizava, através do jornal *O Muriahé*, um jornalismo

... de combate, sacudia os nervos dos políticos da época, no pano municipal, estadual ou federal, combatividade que, consta, foi a causa de vários atentados ao intrépido jornalista João Martins, um dos quais quebrou sua pena para sempre, atirando-o ao fundo da terra.<sup>208</sup>

O capitão João Martins de Souza era correligionário da facção da família Canêdo, inimigos de Brum. Após sua morte, a viúva Rita Bicalho Martins e seus seis filhos tiveram que se refugiar na cidade de Alto do Rio Doce, no distrito de Dôres do Turvo, e deixaram como procuradores no inventário Augusto Alves Pequeno e Itagyba d' Oliveira.<sup>209</sup> Um outro caso de violência ocorreu contra o jornalista Vinícius da Veiga, escritor do periódico *A Renascença*, jornal de oposição a Silveira Brum. De acordo com Magalhães, “Vinícius da Veiga, diplomata de carreira que aos 19 anos, por volta de 1911, fazia com José Eutrópico *A Renascença*.”<sup>210</sup>

De acordo com Oliveira,

... no adro da Igreja Matriz, à hora de iniciar a missa dominical, foi violentamente agredido pelo Cel. Freitas Lima, prócer situacionista. Vinícius combatia-o pelas colunas da *Renascença*. O agressor julgou-se duramente ofendido pela crítica mordaz, versificada, do agredido. Vinícius reagiu com bengaladas.<sup>211</sup>

*A Renascença* surgiu em 1913 e, de acordo com Magalhães, tinha como colaboradores os senhores José Eutrópico, Valdemar Pequeno, Otávio Lacerda, Orlando de Lima Faria, Dr. Moretzshon, Cel. José Pacheco de Medeiros e a senhora Adolfinha Gusman. Não era comum a presença de uma mulher entre os colaboradores, porém, em Muriaé, no período estudado, percebeu-se significativa aparição do gênero feminino nos corpos editoriais.

Além desse fato, Oliveira destaca que José Eutrópico foi agredido pelo delegado de polícia Matos Barbosa “por motivos idênticos, ou seja, veementes críticas pela *A*

---

<sup>208</sup> MAGALHÃES, Itamar. Através da Imprensa. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 1º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 01, dez., p.71-78, 1977, p. 73

<sup>209</sup> MURIAÉ, Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros. *Inventário Maço 136*. 12 fev. 1912.

<sup>210</sup> MAGALHÃES, Através da Imprensa. *Revista de Historiografia Muriaeense*... p. 73

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Waldemar W. de. Muriaé de Outrora. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 3º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 03, Fev., 1980, p. 114.

*Renascença*.”<sup>212</sup> Os conflitos políticos municipais faziam da imprensa um dos seus espaços de combate, porém, nem sempre os embates ficavam somente no campo das letras.

Com a conjuntura de intensificação das rivalidades políticas, a eleição municipal de 1918 foi acirrada, tendo a chapa de oposição lançado os seguintes candidatos:

Para Vereadores Gerais: Cel. Antônio José Monteiro de Castro e Dr. Olavo Tostes. Cidade: Dr. Itagyba de Oliveira. Boa Família: Luiz da Silva Couto. Glória do Muriaé: Manoel Neves. Limeira: José Janotti. Santo Antônio do Glória: Modesto Quirino de Figueiredo. Bom Jesus da Cachoeira Alegre: Sebastião Cardoso.<sup>213</sup>

Essas pessoas conseguiram pela primeira vez, desde 1905, montar uma oposição capaz de incomodar a situação governista, ainda que derrotados por uma margem considerável de votos em relação a Antônio da Silveira Brum, que conseguiu 1.255 votos; em segundo lugar, elegeu-se o major Antônio José da Silveira Freitas, com 1.244 votos, tendo a oposição conseguido eleger apenas um candidato, o Cel. Antônio José Monteiro de Castro, com 334 votos.

A violência e as ameaças se mantiveram presentes na eleição. Como já analisamos, as práticas de intimidações eram comuns durante o período, feitas por ambos os lados. Porém, ser candidato à reeleição permitia ao grupo usar da máquina pública para a campanha eleitoral. Um exemplo dessa prática pode ser visto abaixo:

O resultado desta eleição, conforme foi publicado no jornal da época ‘O Operário’ foi conseguido mediante um clima de terror e opressão aos eleitores, visto que o candidato da situação havia contratado 40 capangas para intimidar os votantes e garantir a vitória. Vejamos um trecho da reportagem, publicada no referido jornal em 16 de novembro de 1918, na página 3: *Era realmente edificante ver estes homens armados até os dentes dentro do edifício da Câmara, onde funcionavam as mesas eleitorais, ostentando as suas belas parselhas de garruchas, as suas elegantes e tentadoras ‘mousers’, os seus superiores niquelados ‘revólveres cargas duplas’, os seus compridos e modernos ‘parabellos’, enquanto roçavam pelos adversários num modo provocante e malcriado...*<sup>214</sup>

---

<sup>212</sup> OLIVEIRA, Muriaé de Outrora. *Revista de Historiografia Muriaeense...* p. 115.

<sup>213</sup> MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 134.

<sup>214</sup> OLIVEIRA, Itagyba de. O resultado da eleição. *O Operário*. Muriaé - MG, 16 de nov. 1918, p. 03. Apud MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 134

Contudo, a reeleição de Antônio da Silveira Brum em meio a um clima político mais tenso não fez com que o mandatário mudasse seu comportamento em relação aos períodos anteriores, quando se mantinha ausente da cidade por longas temporadas, para se dedicar a sua legislatura de deputado. Na sua ausência a Câmara Municipal era presidida pelo seu homem de confiança, o major Antônio José da Silveira Freitas.

Porém, a conjuntura estadual e federal era outra, a oposição ficava cada vez mais forte e os principais aliados do Cel. Antônio da Silveira Brum haviam perdido espaço para o grupo de Bernardes. Entre seus principais aliados, podemos destacar João Pinheiro Silva<sup>215</sup> e Manoel H. de Carvalho Britto. De acordo com Torres,

Com a venda da Hidrelétrica, a morte prematura do filho aos 21 anos e o covil de futricas, o Dr. Silveira Brum desiluiu-se com a política não comparecendo nem mesmo às sessões da Câmara, tendo perdido seu cargo em virtude de faltar a mais de seis meses nas reuniões, abrindo caminho para o Coronel Agenor Augusto da Silva Canêdo e Dr. Afonso Augusto da Silva Canêdo, que liderariam a política municipal entre 1919 a 1930, tendo como principais opositores os antigos aliados de interesses Dr. Olavo Tostes, Coronel Izalino Romualdo da Silva, Coronel Edmundo Rodrigues Germano.<sup>216</sup>

Assim, em dezembro de 1919, seu principal correligionário no município, o major Antônio José da Silveira Freitas, abdicou do seu cargo de Presidente da Câmara Municipal. O ato abriu espaço para a indicação realizada pelo Cel. José Pacheco de Medeiros, representante do PRM municipal que recomendou para o cargo o único vereador da oposição, o Cel. Antônio José Monteiro de Castro, o qual permaneceu do dia 5 de janeiro a 31 de dezembro de 1920, quando saiu do cargo por implicação de uma doença.

Estando novamente vago o cargo de presidente da câmara, assumiu-o o Cel. Izalino Romualdo da Silva que permaneceu durante o período de primeiro de janeiro de 1921 até 31 de dezembro de 1922. Nesse momento, os vereadores recém empossados tinham um claro objetivo: caçar o mandato do Cel. Antônio da Silveira Brum. O plano para a cassação do mandato começou a ser orquestrado a partir da jurisprudência criada pela câmara municipal no dia 18 de julho de 1921 que

---

<sup>215</sup> Esse foi Presidente do estado de Minas Gerais nas legislaturas de 1890 e entre 1906 a 1908.

<sup>216</sup> TORRES, José. *Muriae Migrante*. Muriae: Sem Editora, Vol. I., 2013, p. 257.

... decretou a perda de mandato de dois vereadores, foram eles: Francisco José Pereira Lopes, de Miradouro, e Manoel Neves de Itamuri. Tal fato se deu em consonância com a lei número 2, de 14 de setembro de 1891, artigo 17 que disciplina a perda de mandato de vereadores que deixassem de comparecer às sessões durante seis meses seguidos, salvo impedimento de moléstia comprovada, e a 3 sessões ordinárias consecutivas.<sup>217</sup>

Alguns meses depois, em outubro de 1921, o vereador Itagyba d' Oliveira apresentou um projeto de lei exigindo a cassação do mandato de Antônio da Silveira Brum. Relatou os seguintes motivos:

Considerando que o Vereador Geral Dr. Antônio da Silveira Brum tem deixado de comparecer às reuniões da Câmara Municipal por mais de seis meses, assim faltando a mais de três sessões ordinárias sem impedimento justo que fosse ao menos alegado; Considerando mais que o referido vereador, também presidente da Câmara, desta forma, tem ligado nenhuma importância ao mandato que foi investido; indico e proponho que seja decretada a perda de seu mandato e declarado vago o seu lugar de vereador geral e, ipso facto, o cargo de presidente da Câmara, fazendo-se-lhe a necessária intimação. Sala de reuniões da Câmara de Muriaé, 28 de outubro de 1921. Itagyba de Oliveira.<sup>218</sup>

A tramitação do projeto ocorreu em pouquíssimo tempo e no mesmo dia conseguiu maioria dos votos. No dia 3 de novembro de 1921 o projeto foi enviado à comissão de redação, sendo sancionado pelo Cel. Izalino em 5 de novembro do mesmo ano. Não foi concedido ao Cel. Antônio da Silveira Brum prazo para realizar nenhum tipo de defesa. Em decorrência da perda do cargo, problemas sérios de saúde e da conjuntura política negativa, tanto municipal quanto estadual, Brum se afastou da política oficial e não se candidatou mais a nenhum cargo público. Voltou a ficar atuante na política municipal somente em 1929, quando participou como orador e principal líder político local no Congresso do Café de Muriaé, evento que serviu como pano de fundo para a atuação da Concentração Conservadora que estava em plena campanha eleitoral para o pleito de 1930.

Outra facção que concorreu no jogo político com a facção citada acima era capitaneada pelo Cel. José Pacheco de Medeiros que chefiou um dos grupos políticos que, com a saída do

---

<sup>217</sup> MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 140.

<sup>218</sup> OLIVEIRA, Itagyba. Projeto de Lei Cassação do Mandato do Dr. Antônio da Silveira Brum. Muriaé: Câmara Municipal. Out, 1921. *apud* MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 140.

Cel. Antônio da Silveira Brum, venceu todos os pleitos políticos durante a década de 1920. De 1921 a 1926, o presidente da Câmara Municipal foi Izalino Romualdo da Silva e de 1927 a 1930, Edmundo Rodrigues Germano, ambos partidários da facção liderada por Medeiros.

**Imagem N°3: Cel. José Pacheco De Medeiros<sup>219</sup>**



Fonte da imagem: Arquivo Da Câmara Municipal De Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

---

<sup>219</sup> Fonte da imagem: Arquivo Da Câmara Municipal De Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

Como era dono de um dos cartórios municipais, Pacheco de Medeiros não podia, segundo a legislação da época, candidatar-se a cargos no Executivo e Legislativo Municipal. Assim sendo, ele indicava seus representantes para se candidatarem e representarem os interesses do seu grupo político. Entre seus aliados em níveis municipais podemos destacar o Cel. Izalino Romualdo da Silva, Cel. Edmundo Rodrigues Germano, Dr. Olavo Tostes, Cel. Acelino de Andrade, Itagyba d' Oliveira e, em nível estadual, seu principal aliado era o influente político Olegário Maciel, deputado federal no período de 1894 a 1911, vice-presidente do Estado de Minas Gerais no período de 1922 a 1924 e Presidente de Minas Gerais em duas oportunidades, em 1924 e de 1930 a 1933.

Já suas posses e rendas não se limitavam ao cartório. Sendo proprietário de terras, máquinas de beneficiar arroz e café, prédios e casas de aluguel, tropas de animais, alambiques e fazenda com armazéns e criação de animais, sua renda anual girava em torno de cinquenta e quatro contos de réis (54:000\$000).<sup>220</sup> A força política de Pacheco de Medeiros ficou claramente notória no processo de esvaziamento político de Antônio da Silveira Brum, pois ele foi um dos principais chefes e articuladores políticos locais responsáveis por afastá-lo dos pleitos políticos. Uma das maneiras encontradas pelo seu grupo para realizar uma oposição pública foi através da imprensa, a partir de 1922, quando Pacheco de Medeiros passou a dirigir o jornal *Operário*, veículo que se tornou o principal porta-voz do grupo político que liderava.

Em 1918 surgiu *O Operário*, um jornal semanal que teve a sua criação motivada a partir de um desentendimento dos correligionários Álvaro Teixeira de Melo e Itagyba de Oliveira com o presidente da Câmara na época, Antônio da Silveira Brum. De acordo com Daniela Carvalho, a origem do nome *O Operário*

... a princípio sugere uma ligação com a classe operária ou movimentos sindicais, que não ocorre de fato. O *Operário* é, assim como o *Jornal de Viçosa*, um “orgam em defesa dos interesses do povo”, que neste caso são as pessoas vinculadas ao Partido Republicano Mineiro.<sup>221</sup>

O senhor Itagyba de Oliveira foi diretor do *O Operário* entre 1918 a 1922, posteriormente, o diretor passou a ser o Cel. José Pacheco de Medeiros, ambos os diretores do jornal foram filiados ao PRM local. De acordo com Magalhães, entre os colaboradores do *O*

---

<sup>220</sup> TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013.

<sup>221</sup> CARVALHO, Daniela Corrêa e Castro de. *Ordem e Progresso: A imprensa da Zona da Mata Mineira na década de 1920*. 2007.170 f. (Dissertação Mestrado em História Social das Relações Políticas - Universidade Federal do Espírito Santo / Faculdade de História), p. 70.

*Operário* temos “Dr. Teixeira de Melo, Mme. Izabele Martin de Melo, Dr. Geminiano Alves Pereira, Jorge Gonzaga, Lianírio Cerqueira, Marius Dornelas Pereira, Dr. Miguel Timponio”.<sup>222</sup> Sob o comando do Cel. Pacheco de Medeiros os redatores do jornal passaram ser F. Nelson de Castro e Orlando de Lima Faria, provavelmente a partir de 1923.<sup>223</sup>

De acordo com Manoel, o *Operário* tinha as seguintes características:

Em 31 de outubro de 1918 a população de Muriaé assistiu o nascimento do jornal ‘O Operário’, que naquela data distribuiu pela cidade seu exemplar nº1. O referido hebdomadário era dirigido pelos Senhores Dr. Itagyba de Oliveira, advogado e pelo Diretor Gerente Lianírio Cerqueira de Castro. Surgiu com a finalidade específica de combater o “Brunismo”, ou seja, o sistema político implantado nesta cidade desde 1905 pelo advogado e antigo promotor da Justiça, que naquele ano havia sido eleito Presidente da Câmara Municipal, Dr. Antônio da Silveira Brum e ainda naquele ano permanecia no poder. “O Operário” em sua primeira edição trazia estampado em sua primeira página e em artigos de fundo o inconformismo da população Muriaeense ante a política autoritária do Dr. Brum que, exercendo a presidência da Câmara, acumulava suas funções também com o cargo de Deputado Federal, deixando por vários anos os destinos políticos e administrativos em mãos do Vice-Presidente Antônio José da Silveira Freitas, ficando desta maneira a cidade prejudicada.<sup>224</sup>

Para Carvalho, *O Operário* não trazia em suas matérias apenas informações, este na “maioria traz um posicionamento crítico da realidade, defendendo os valores que consideram corretos e julgando as ações - com elogios ou críticas, dependendo da posição política – ou ausência delas, normalmente de políticos.”<sup>225</sup> Desta forma, *O Operário* era o porta-voz de um grupo que estava fora do poder em 1918, data de sua fundação. Porém, “a situação muda em 1922. O embate político entre O Operário e O Muriahé, representantes respectivamente do Cel. José Pacheco de Medeiros e Cel. Agenor Canêdo, pretende recriar a disputa política existente na cidade”.<sup>226</sup>

E essa disputa entre as facções Canêdo e Pacheco de Medeiros, acirrou-se com a aproximação das eleições em 1922, tornando o clima tenso no município, pois foi a primeira

---

<sup>222</sup> MAGALHÃES, Itamar. Através da Imprensa. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 1º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 01, dez, 1977, p. 73.

<sup>223</sup> MAGALHÃES, Itamar. Através da Imprensa. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 1º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 01, dez., 1977. p. 74.

<sup>224</sup> MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 133.

<sup>225</sup> CARVALHO, Daniela Corrêa e Castro de. *Ordem e Progresso: A imprensa da Zona da Mata Mineira na década de 1920*. 2007.170 f. (Dissertação Mestrado em História Social das Relações Políticas- Universidade Federal do Espírito Santo/Faculdade de História), p. 72.

<sup>226</sup> CARVALHO, *Ordem e Progresso: A imprensa da Zona da Mata Mineira na década de 1920...* p. 85

eleição, em dezessete anos, da qual Antônio da Silveira Brum não participaria. A eleição foi polarizada por duas facções, os correligionários de Pacheco de Medeiros e pelo grupo liderado pela família Canêdo.

De acordo com Manoel, mesmo residindo em Petrópolis, Antônio da Silveira Brum orientou seu grupo político a votar e apoiar a facção dos Canêdo, o que demonstrou que a necessidade de ganhar as eleições era mais forte do que as antigas rivalidades. No dia 23 de novembro de 1922 ocorreram as eleições. Diferentemente das anteriores, esse pleito foi muito parelho, demonstrando um equilíbrio de poder entres os grupos envolvidos.<sup>227</sup> A facção de Pacheco de Medeiros saiu vitoriosa para os cargos de vereadores gerais e elegeu cinco candidatos. Já a facção dos Canêdo saiu vitoriosa para vereadores especiais/distritais ao eleger seis representantes. Abaixo, a tabela com o quantitativo de votos para vereadores gerais:

**Tabela Nº 2: quadro de votação da cidade e distritos<sup>228</sup>**

<b>DISTRITOS</b>	<b>Coronel Edmundo Germano e Coronel Izalino Romualdo da Silva</b>	<b>Antônio José Monteiro de Castro e Coronel Agenor Canêdo</b>
Cidade	703	925
Miradouro	548	02
Itamury	323	144
Limeira	457	104
Patrocínio	200	362
Bom Jesus	39	182
Boa Família	41	228

<sup>227</sup> MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011.

<sup>228</sup> Quadro de votação da cidade e distritos *apud* MANOEL, *Tópicos da história de Muriaé...* p. 143.

Dôres da Vitória	105	176
Santo Antônio do Glória	04	100
<b>T O T A I S</b>	<b>2.420 Votos</b>	<b>2.223 Votos</b>

Quadro de votação da cidade e distritos *apud* MANOEL, *Tópicos da história de Muriaé...* p. 143.

Após as eleições, a facção da família Canêdo contestou a vitória da oposição e relatou na imprensa que “as eleições do distrito de Miradouro teriam que ser anuladas, local onde os vereadores gerais contrários ao cel. Izalino, num universo de 552 votos, obtiveram somente dois.”<sup>229</sup> De acordo com Torres,

A rivalidade entre Canêdos e Goulart inicia-se nas eleições de 1922 quando, Ruy Canêdo, em nome do Coronel Agenor Augusto da Silva Canedo, apresentou protesto contra o resultado da 2ª secção por manifestações de hostilidade no dia anterior às eleições por parte da política dominante (José Schettino) contra o Coronel Canêdo, tendo um grupo de pessoas dado vivas ao Coronel Izalino Romualdo da Silva e vaias aos Canêdos; além disso, pedras e latas foram arremessadas no hotel onde se hospedavam políticos da corrente canedista e, também, na casa do correligionário canedista Júlio Augusto Amaral por Cândido Carlos Soares que deixara a cadeia (condenado por crime) apenas para praticar esses atos e, o fiscal da Nossa Senhora do Glória, Severino Dias Carvalho, nada fizera para impedir, sendo omissos e até mesmo coniventes.<sup>230</sup>

Em meio a esse clima de rivalidade, em janeiro de 1923, os vereadores realizaram uma nova eleição interna com o objetivo de escolher o Presidente da Câmara, para a qual somente os eleitos para vereadores gerais podiam concorrer. Nessa eleição o coronel Izalino Romualdo da Silva recebeu dez votos contra dois do coronel Edmundo Germano, tornando-se presidente da casa. Assumiu como vice-presidente o coronel Francisco Alves de Assis Pereira, correligionário da facção dos Canêdo e filho do Barão do Monte Alto.

A autora Heredia e o autor Palmeira<sup>231</sup> afirmam que existe no interior do Brasil, principalmente em áreas rurais, o *tempo da política* - esse tempo seria recortado, principalmente, pelas prévias e durante as eleições, são momentos nos quais a população percebe a política e a compreende como parte da sua vida social. Essa percepção não é

<sup>229</sup> Quadro de votação da Cidade e distrito *apud* MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p.143.

<sup>230</sup> TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013, p. 337.

<sup>231</sup> PALMEIRA, Moacir ;HEREDIA, Beatriz, M. A. "Le temps de la, politique": Etudes Rurales. 131·132, juillet-décembre, p. 73·87. *Apud* KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, p. 227-250, 1999, p. 236.

corriqueira nos momentos não eleitorais. Nestes espaços, os valores de união e estabilidade são as marcas características, tendo como base o modelo familiar patriarcal, e suas bases horizontais. Os valores familiares patriarcais são rompidos temporariamente durante as eleições, o que torna a vida política um fenômeno sazonal, responsável por ocasionar divisões e conflitos no interior das parentelas. Nesse panorama a constituição da nova Câmara, completamente dividida entre as duas facções rivais, possibilitou o surgimento de diálogos entre os dois grupos.

As negociações foram articuladas pela cúpula do PRM, e foram realizadas várias reuniões em Belo Horizonte com os líderes envolvidos. O acordo firmado consistiu em os Canêdo darem total apoio à administração do presidente da câmara Izalino Romualdo da Silva que, em troca, comprometeu-se a apoiar a candidatura para deputado estadual de Agenor Canêdo. Firmado o acordo, em 1922 os grupos políticos enviaram o seguinte telegrama ao presidente do Estado de Minas Gerais, Raul Soares de Moura:

Para bem correspondermos os desejos do prezado amigo, fizemos hoje um acordo político ‘Ad referendum’ seu, entre partidos que representamos. Em virtude do mesmo ficará a direção ao novo cargo sendo árbitro para as possíveis divergências o ilustre amigo... A resposta do presidente do Estado veio rápida e com as seguintes palavras. ... aprovo o acordo realizado e tudo farei para que seja respeitado e duradouro. Apelo aos amigos afim de que o aceitem e executem lealmente. Saudações cordiais. Raul Soares.<sup>232</sup>

O acordo realizado em dezessete de abril de 1922 perdurou durante um mandato. A eleição posterior a ele foi marcada pelo desequilíbrio entre as facções, expresso nos resultados. O grupo comandado por Pacheco de Medeiros venceu o pleito elegendo a maioria dos vereadores, como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela Nº 3 – Quadro de votos das eleições municipais de Muriaé<sup>233</sup>**

<b>Candidatos do PRM Liderados pelo Cel. Pacheco de Medeiros:</b>		<b>Candidatos do PRM Liderados pelo Deputado Agenor Canêdo:</b>	
Cidade	781	Cidade	730

<sup>232</sup> MEDEIROS, José Pacheco de. [Telegrama]. Muriaé [para] MOURA, Raul Soares. Belo Horizonte. 1f. Acordo político entre as facções do Cel. José Pacheco de Medeiros e a família Canêdo. Muriaé. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. 1922. Apud MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 146.

<sup>233</sup> Quadro de votos das eleições municipais de Muriaé apud MANOEL, *Tópicos da história de Muriaé...* p. 157.

Bom Jesus	184	Bom Jesus	140
Pirapanema	129	Pirapanema	015
Santa Rita	716	Santa Rita	039
Santo Antônio	053	Santo Antônio	104
Limeira	202	Limeira	098
Boa Família	156	Boa Família	067
Patrocínio	110	Patrocínio	274
Glória	254	Glória	103
Total	2580	Total	1570

Quadro de votos das eleições municipais de Muriaé *apud* MANOEL, *Tópicos da história de Muriaé...* p. 157

A década de 1920 foi marcada, em nível político local, pelo predomínio da facção de Pacheco de Medeiros que, durante esse período, teve seus sectários à frente do poder legislativo no município. Porém, com a Revolução de 1930, as forças políticas no município voltaram a se equilibrar com uma forte atuação da facção da família Canêdo. A facção representada pela família Canêdo tinha como liderança as figuras de Affonso Augusto Canêdo e Agenor Augusto da Silva Canêdo, ambos filhos do desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo que “chegou à vila de São Paulo do Muriaé em 1862, como primeiro juiz de direito nomeado para recém-criada comarca. Aí residiu durante dezesseis anos.”<sup>234</sup>

De acordo com Letícia Bicalho Canêdo,

A vida política de Antônio Augusto da Silva Canêdo teve início em 1853, quando foi eleito deputado à Assembléia Provincial de Minas Gerais, pelo Partido Conservador. Nessa Casa Legislativa exerceu a Secretaria e a Presidência da Mesa. Em 1868 ele ingressou na Assembléia Geral como deputado, tornando-se, assim, membro do Poder Legislativo, o mais importante do Império.<sup>235</sup>

Além da vida política e do cargo de desembargador, Antônio Augusto da Silva Canêdo foi proprietário da fazenda da Barra Alegre em Muriaé como um dos principais produtores de café da região. Casou-se em primeiras núpcias com Antônia Severina Augusta, com quem teve três filhas

<sup>234</sup> CANÊDO, Letícia Bicalho. Desembargador Antonio Augusto da Silva Canêdo. *Revista de Historiografia Muriaense*. Número 5º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. N° 05, Nov., p. 19-44, 1983, p. 25

<sup>235</sup> CANÊDO, Desembargador Antonio Augusto da Silva Canêdo. *Revista de Historiografia Muriaense...* p. 26.

... que depois de casadas, passaram a se chamar: Augusta da Silva Canêdo Alves Pequeno, Antonina da Silva Canêdo Moreira Penna e Christina Canêdo de Almeida Magalhães. Com sua segunda esposa, o desembargador Antônio Canêdo teve seis filhos. Dois deles eram Antônio Augusto, que seguiu a profissão de agricultor, e Affonso Augusto Canêdo, comerciante e prefeito de Muriaé em 1931.<sup>236</sup>

No período de recorte da pesquisa, a família Canêdo tinha como um dos seus líderes o Cel. Agenor Augusto da Silva Canêdo que, de acordo com Maria Auxiliadora de Faria, foi

Vereador à Câmara Municipal de Juiz de Fora. Filiado ao Partido Republicano Mineiro-P. R.M. - ocupou em 1922 a vaga de Deputado Estadual deixada pelo Dr. João Baeta Neves. Elegeu-se Deputado Estadual- 9ª Legislatura – 1923 a 1926 e reeleito para 10ª Legislatura – 1927 a 1930.<sup>237</sup>

Agenor Canêdo, além de político, foi diretor do *O Muriahé* e fundou, em Juiz de Fora, o *Diário do Povo* que, segundo Faria, circulou durante nove anos. Foi também funcionário público e exerceu a função de fiscal de renda da Secretária de Fazenda do Estado de Minas Gerais.<sup>238</sup> *O Muriahé* foi o primeiro periódico a circular na cidade em 1887. Seus redatores, na primeira fase, foram Estevam José d'Oliveira e Moreira da Silva & C., com edições semanais; durante a primeira década do século XX, o redator do jornal foi João Martins Moreira.<sup>239</sup> Anos mais tarde, depois de um tempo sem circular, *O Muriahé* reapareceu na imprensa local em 1920, neste momento sobre a direção do Dr. Afonso Canêdo, tendo como gerente Apparicio Felisberto. Nos anos vinte o jornal representava, por meio da imprensa, a facção política dos Canêdos.<sup>240</sup>

Ainda em 1929, começou a circular a *Folha de Muriahé* sob a direção do Deputado Agenor Canêdo, e tinha como redator o Dr. Agripino Veado que era advogado e tabelião do 1º Ofício de notas. Tal periódico trazia em suas edições, localizado abaixo do título, a frase: “Orgam do Partido Republicano Mineiro”. A frase é encontrada na maioria dos jornais locais,

---

<sup>236</sup> CANÊDO, Leticia Bicalho. Desembargador Antonio Augusto da Silva Canêdo. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 5º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 05, Nov., p. 19-44, 1983, p. 22.

<sup>237</sup> FARIA, Maria Auxiliadora de. Representantes de Muriaé no Legislativo Federal e Estadual. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 7º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 07, Nov., p. 39-66, 1987, p. 44.

<sup>238</sup> FARIA, Representantes de Muriaé no Legislativo Federal e Estadual. *Revista de Historiografia Muriaeense...* p.44.

<sup>239</sup> MAGALHÃES, Itamar. Através da Imprensa. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 1º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 01, dez., 1977, p. 73.

<sup>240</sup> CANÊDO, Leticia Bicalho. Desembargador Antonio Augusto da Silva Canêdo. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 5º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 05, Nov., 1983, p. 26.

especialmente nos de cunho político, ligados a uma das facções do município. A luta por poder local se dava na intenção de conseguir para uma das facções locais o apoio do PRM.

**Imagem N°4: Cel. Agenor Augusto da Silva Canêdo<sup>241</sup>**



Coronel Agenor Canêdo

Fonte: Arquivo Da Câmara Municipal De Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

Diferindo da grande maioria dos coronéis com bacharelado em direito, o Cel. Affonso Augusto da Silva Canêdo, principal chefe político da família em Muriaé, era comerciante. Foi casado com Antônia Theodora da Silva Canêdo, descendente da baronesa Regina Theodora da Silva. Era proprietário de um armazém de café e ficava a cargo da limpeza, preparo, ensacamento e exportação do produto. Tais empreendimentos, juntamente com a produção das suas propriedades, rendiam aproximadamente cinquenta contos de réis 50:000\$000 mensais.<sup>242</sup>

De acordo com Manoel, Affonso Augusto da Silva Canêdo

... aos 7 anos foi levado para Barbacena para estudar, lá ficava sempre aos cuidados de seu tio Feliciano, freqüentou diversos estabelecimentos de ensino, em várias localidades: – Em 1885, 1886 e 1887, estudou no Colégio Nossa Senhora da Piedade, em Barbacena; – Nos anos de 1888, 1889 e 1890,

<sup>241</sup> Fonte: Arquivo Da Câmara Municipal De Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

<sup>242</sup> TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013.

freqüentou o famoso Colégio do Caraça; – Em 1891 e 1892, estudou em regime de internato no Ginásio Mineiro na cidade de Ouro Preto, na época era esta escola dirigida pelo Dr. José Januário Carneiro; - Finalmente, em 1895 e 1896, freqüentou a Academia de Comércio de Juiz de Fora-MG.<sup>243</sup>

**Imagem N°5: Cel. Affonso Augusto Da Silva Canêdo<sup>244</sup>**



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal De Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

No âmbito municipal o principal aliado da família Canêdo era o Cel. Antônio José Monteiro de Castro; já na esfera estadual, eram Arthur Bernardes e Raul Soares de Moura, com quem Agenor Canêdo estudou no Colégio do Caraça. As ligações políticas com esses dois nomes, ligados à renovação realizada a partir de 1917 no interior do PRM, serviram para gerar um acirramento das contendas locais com o grupo liderado pelo Cel. Antônio da Silveira Brum. Abaixo vemos um registro fotográfico da visita de Arthur Bernardes à cidade de Muriaé, estando ao seu entorno a facção dos Canêdos:

---

<sup>243</sup> MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 140.

<sup>244</sup> Fonte: Arquivo da Câmara Municipal De Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

**Imagem N°6: Arthur Bernardes Em Muriaé – Com Affonso Canêdo e Franscisco Alves de Assis Pereira<sup>245</sup>**



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

Ao abordar o cenário político local da Primeira República, Daniela Corrêa e Castro de Carvalho destaca que

Durante a década de 1920, como era comum em outras cidades, existiam duas facções do PRM no município. Em Muriaé, no início da década, a disputa era entre José Pacheco de Medeiros e Silveira Brum. Após 1922, as facções locais são representadas por Agenor Canêdo, antigo presidente do PRM local, e José Pacheco, que a partir de 1922 ocupa o cargo de presidente.<sup>246</sup>

<sup>245</sup> Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Muriaé. Acervo de fotografias digitalizadas.

<sup>246</sup> CARVALHO, Daniela Corrêa e Castro de. *Ordem e Progresso: A imprensa da Zona da Mata Mineira na década de 1920*. 2007.170 f. (Dissertação Mestrado em História Social das Relações Políticas - Universidade Federal do Espírito Santo/Faculdade de História) p. 88.

A caracterização da autora de dois polos contrários de poder no município é questionável em decorrência da família Canêdo figurar, desde o século XIX, como uma parentela com participação frequente na política local, quase sempre na oposição das outras duas facções. E mesmo sem concorrer a cargos eleitorais na década de 1920, Antônio da Silveira Brum continuou a atuar no município, como podemos perceber na sua participação no Congresso do Café de Muriaé, em 1929, fato que analisaremos no terceiro capítulo.

Como analisado acima, percebemos que uma das principais formas de manter o prestígio político dos coronéis ocorreu através da imprensa. Segundo John Wirth, os periódicos mineiros na Primeira República tinham as seguintes características:

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político do local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o combate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor, sem tiroteios ou assassinatos.<sup>247</sup>

Percebemos que a realidade descrita acima por Wirth se repetia em Muriaé na Primeira República, uma vez que a maioria dos periódicos tinham perfis políticos e procuravam defender os interesses das facções a que eram filiados. A imprensa era um dos espaços no qual se dava os combates verbais entre os atores da política local. Entre os anos de 1887 a 1930, a cidade contou com a circulação de aproximadamente vinte e seis jornais, sendo que sete eram de cunho humorístico e dezesseis de cunho político. Seus redatores foram homens envolvidos com a vida política local, e conjugavam suas profissões com a vida de redator.

De acordo com Carvalho, a imprensa de Muriaé na Primeira República era “deficiente e simples, mas sempre atuante”.<sup>248</sup> Ao evidenciarmos as formas de divulgação dos jornais, aparência física, conteúdo, relações políticas e partidárias, publicidade e seu público, buscamos perceber não só a história dos jornais, mas a história através dos jornais.<sup>249</sup>

---

<sup>247</sup> CARVALHO, Daniela Corrêa e Castro de. *Ordem e Progresso: A imprensa da Zona da Mata Mineira na década de 1920*. 2007.170f. (Dissertação Mestrado em História Social das Relações Políticas - Universidade Federal do Espírito Santo/Faculdade de História), p. 72.

<sup>248</sup> CARVALHO, Daniela Corrêa e Castro de. *Ordem e Progresso: A imprensa da Zona da Mata Mineira na década de 1920...* p. 11.

<sup>249</sup> LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. Fontes Históricas. Pinsky, Carla Bassanzi (org.). São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

Dessa maneira, os jornais municipais podem ser caracterizados como pequenos jornais que, segundo Maria Helena R. Capelato,

... expressam reivindicações específicas de determinados grupos sócio-políticos são muito importantes para os estudos históricos. Eles existiram desde o Brasil Colônia e proliferaram na segunda metade do século XIX. Os títulos dos periódicos exprimem o grupo do qual eram porta-voz ou os seus propósitos de luta.<sup>250</sup>

Os jornais muriaeenses que circularam entre 1887 a 1930, encontravam-se no seguinte estágio exposto por Nelson Werneck Sodré, quando relatava a situação da imprensa nos estados brasileiros, com exceção do estado de São Paulo:

Nos outros Estados, a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais de províncias com estrutura de empresa. Mas a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar<sup>251</sup>

Os jornais municipais giravam em torno da vida política das facções das elites que os financiavam e controlavam. Os seus redatores e diretores geralmente acumulavam suas profissões com a vida de jornalista, o que demonstra que a vida na imprensa era mais importante pelo capital social que ela gerava do que pelos lucros obtidos. Assim, podemos caracterizar a imprensa muriaeense como tipicamente elitista, subserviente aos interesses das facções locais. Esses eram locais de explanações e defesas dos interesses dos grupos que estavam ligadas ao poder municipal ou almejavam alcançá-lo; nessa busca, a imprensa é um dos principais espaços de embates políticos.

As motivações das ações políticas<sup>252</sup> se ligam aos desvelamentos dos interesses pessoais e de grupo, bem como, às filiações partidárias, econômicas e sociais a determinadas facções. Essa contestação permite percebermos o funcionamento de uma máquina política, e quem a controla ou manipula. No caso de Muriaé, as elites locais, em meio as suas lutas por poder.

Compreendemos que as três facções disputavam o poder político, principalmente a partir de 1905 - data que marca o início da ascensão política do Cel. Silveira Brum, gerando conflitos em vários tipos de arenas, como nas urnas e na imprensa que resultavam, algumas vezes, em

---

<sup>250</sup> CAPELATO, Maria Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 1ª ed., São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 33.

<sup>251</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. [atualizada], Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 324.

<sup>252</sup> MONTEIRO, L. M. *Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa?* - Pensamento Plural, Rio Grande do Sul, nº 14, jan./jun. 2014, p. 11-21.

agressões físicas. Contudo, a existência de três grupos rivais fez com que o diálogo e as alianças fossem realizados, em determinada conjuntura, diminuindo a necessidade do uso da força e da violência.

## Capítulo III – A Revolução de 1930 em Muriaé-MG

### 3.1. Os reflexos da Revolução de 1930 nas elites de Muriaé

Inserindo-se na fase final do coronelismo, o presente capítulo tem como objetivo analisar os reflexos da Revolução de 1930 nas elites políticas muriaeenses, buscando perceber as dinâmicas das relações, acordos e a cultura política manifestada em meio ao movimento armado. Desta forma, buscaremos testar, nesse universo microanalítico, questões historiográficas e teóricas da história política, analisando as influências e distorções em meio ao que Guerra, citado por Azar, chama de identificar “actores colectivos reais”.<sup>253</sup>

No dia três de outubro de 1930, começou a deflagração da Revolução de 1930 que é caracterizada como o marco inicial da Segunda República no Brasil. A conceituação de revolução ganha força pelas mudanças ocorridas no país no pós-1930 - mudanças em níveis culturais, econômicos, políticos e sociais. Ao descrever a conjuntura da Revolução de 1930, as autoras Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde de Sá Pinto<sup>254</sup> salientam que este evento combina vários acontecimentos históricos e transformações que antecedem e sucedem o fato em si, pois a própria heterogeneidade de seus participantes demonstra o quão difícil é analisar e compreender o movimento.

A partir dessa constatação, percebemos que a Revolução de 1930 se tornou um “marco decisivo para os historiadores – menos pelo movimento em si e mais pelos resultados que produziu nos anos seguintes, na economia, na política, na sociedade e na cultura, os quais transformaram radicalmente a história do país”.<sup>255</sup> Se as transformações que ocorreram no pós-1930 tornaram marcante esse fato histórico, interpretado como o ponto inicial de uma ruptura, as suas causas e motivações só podem ser compreendidas quando observamos a escala mais geral, principalmente, o período que o antecede, a chamada Primeira República.

As origens do movimento gravitam em torno das regras políticas da própria oligarquia que “em torno da disputa presidencial obedece a uma inequívoca racionalidade política e se

---

<sup>253</sup> GUERRA, François apud AZAR, Claudia Gabriela Curi. François Guerra e a reavaliação da história política. *Tempo e espaço*, Local, nº 20, 2008, p. 04

<sup>254</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde de Sá. *A Crise dos anos vinte e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.26f.

<sup>255</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Editora: Companhia das Letras, 2015, posição 8620.

revela segundo as regras e procedimentos clássicos que presidem o jogo oligárquico. ”<sup>256</sup>  
Segundo Aspásia Camargo a “arrancada do processo revolucionário gravita em torno da sucessão presidencial de 1930, definindo aí suas motivações mais arraigadas e mais visíveis.”<sup>257</sup>

A sucessão presidencial foi a causa imediata que gerou a desagregação do sistema político. Em decorrência, que o presidente da República em final de mandato em 1929, Washington Luís, membro do Partido Republicano Paulista, quebrou o acordo de apoiar a candidatura de um mineiro, passando a apoiar o paulista governador de São Paulo Júlio Prestes, que na visão dele e do partido daria continuidade à sua política econômico-financeira.

Com o rompimento entre os dois principais estados da federação, Minas Gerais e São Paulo, o que gerou um ganho notório de força no plano político aos estados secundários, entre esses, estava o Rio Grande do Sul que ganhou o apoio de Minas Gerais para lançar a candidatura de Getúlio Vargas, então presidente do estado, tendo como vice, João Pessoa, presidente da Paraíba. A impossibilidade de Minas em lançar um candidato próprio, fez com que os mineiros apoiassem o candidato do Rio Grande do Sul.

De acordo com Viscardi, a Revolução de 1930 foi

... provocado como reação à tentativa paulista de intervenção sobre a autonomia dos estados vencidos, que se configurou na quebra das regras de distribuição proporcional de poder entre as unidades federadas. A escalada hegemônica de São Paulo não se limitou à obtenção da vitória eleitoral. Tão logo assumiu o controle sobre o regime, os novos vencedores procuraram eliminar, sem levar em consideração o potencial de cada um. Assim, São Paulo rompia com as regras que fundamentavam a alocação de hegemonia no contexto do “Federalismo Desigual”. A reação armada, conduzida pelos estados que seriam mais vitimados pela ruptura dessas mesmas regras- Minas e Rio Grande do Sul- não se deu com o objetivo de romper com o pacto oligárquico, conforme se afirma; mas ao contrário, se deu com o fim de resgatá-lo.<sup>258</sup>

Assim, a Revolução de 1930 caracteriza-se como um movimento das elites, sendo que, os que lutavam a favor estavam fora do poder e buscavam uma maior participação política, não almejando *a priori* transformações profundas, as modificações ocorreram pelas necessidades

---

<sup>256</sup> CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: **Revolução de 1930: Seminário Internacional do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas**. 1980, Rio de Janeiro. Revolução de 1930: Seminário Internacional. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983. P.22.

<sup>257</sup> CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: **Revolução de 1930: Seminário Internacional do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas**. 1980, Rio de Janeiro. Revolução de 1930: Seminário Internacional. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983. P. 18.

<sup>258</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: Uma revisão da política do “café com leite”**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.: 318.

que as contingências culturais, econômicas, políticas e sociais posteriores a 1930, forçaram o país rumo um projeto de modernização.

Segundo Camargo a Revolução de 1930, não foi

uma revolução no sentido clássico, sobretudo porque não mobiliza de maneira autônoma classes subalternas, nem por isso deixam de ser relevantes e significativas as transformações que se desencadeiam no bojo desta revolução das elites. Ela recompõe pactos sociais e pautas de convivência, na medida que se beneficia dos espaços vazios deixados pelo alijamento dos antigos quadros, de mentalidade mais rígida. Ao mesmo tempo enquadra, temporariamente isola, expurga, manipula os diversos segmentos da elite e da contra-elite que permanecerão em cena até os nossos dias.<sup>259</sup>

Foi criado em Muriaé no período revolucionário a Interventoria Militar Revolucionária Muriahé-Mirahy, que era chefiada pelo interventor Adherbal Moreira Ramos e localizada na Câmara Municipal que foi ocupada pelos revolucionários no dia dez de outubro de 1930, no mesmo dia, ocuparam a Agência dos Correios, a Coletoria Federal e a Repartição dos Telégrafos. A filiação da Interventoria era com a facção política dos Canêdos, que era vista pelos interventores como chefes da política municipal e os seus inimigos foram considerados contrarrevolucionários.

O fato das facções do Cel. Antônio da Silveira Brum e do Cel. Pacheco de Medeiros terem sido consideradas contrárias à revolução não é uma acusação aleatória dos seus opositores, os Canêdos, ela se justifica por causa do apoio que ambas as facções deram ao candidato paulista nas eleições presidenciais de 1930. No caso da facção liderada por Silveira Brum, temos como comprovação da sua rejeição a Vargas, sua atuação como um dos principais protagonistas do Congresso do Café realizado em Muriaé no dia doze de outubro de 1929, evento realizado em meio à campanha da Concentração Conservadora, principal apoiadora em Minas Gerais do candidato paulista nas eleições de 1930.

O apoio de Brum fica evidente na elaboração do convite do evento, assinado por ele e publicado no jornal *O Paiz* nos dias 14 e 15 de outubro de 1929:

Cuidando da política economica que é a mais lúdima e benefica das políticas a Concentração Conservadora, por seu eminente e ilustre chefe Dr. Carvalho Britto, actual director do Banco do Brasil, e antigo secretario do fecundo e proficuo governo de um dos maiores estadistas da Republica, o saudosissimo

---

<sup>259</sup> CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In.: **A Revolução de 30**. Textos e Documentos, Brasília, Editora: UNB, tomos I, 7-45, 1981. P.16.

Dr. João Pinheiro, de immarcessível memoria, em cuja administração se revelou naquella estadista notavel, realizará nesta cidade, no dia 12 de outubro, o Congresso do Café, convidando os productores e demais no commercio desse principal ramo de nossa produção agricola.<sup>260</sup>

O Congresso do café reuniu cerca de oitocentos a novecentos participantes - os repórteres do *O Paiz* chegaram afirmar que três mil pessoas passaram pela cidade. A chegada do líder do movimento, Carvalho Britto, “a praça da Estação, comportando alguns milhares de pessoas, vivava incessantemente o ilustre hospede, bem como os nomes dos eminentes brasileiros Drs. Washington Luís e Júlio Prestes”.<sup>261</sup> No município, a facção liderada por Brum foi a responsável pela organização, realizada através do “directorio da Concentração Conservadora local, composto pelos Srs. Coronel Gabriel de Oliveira e Drs. Olavo Tostes, Guilherme de Abreu Lima e Waldemar de Oliveira”.<sup>262</sup>

O primeiro a discursar na chegada de Carvalho Britto foi Waldemar de Oliveira que relatou:

Não encontrareis aqui a vos receber nem o officialismo, nem a cidade engalanada. O elemento que vos espera é o povo, é esta multidão immensa que ahi vêdes, representada por todas as suas classes sociaes, lavradores e commerciantes na sua maior parte, operarios conscientes das suas responsabilidades momento actual, a maioria das classes liberaes do município.<sup>263</sup>

De acordo com o discurso, a ausência do “officialismo” demonstra que os representantes legais no município - o grupo político liderado por Pacheco de Medeiros - não participaram do evento. O apoio da facção de Silveira Brum à candidatura de Júlio Prestes, na eleição em 1930, fica claro na seguinte passagem do discurso de Waldemar de Oliveira:

Teremos assim mais um relevante serviço prestado às classes conservadoras pelo governo federal, cuja orientação economica-financieira e de defesa do café, têm merecido os aplausos unanimes da Nação inteira até dos seus proprios adversarios.<sup>264</sup>

---

<sup>260</sup> SOUZA, Alves. O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*, Rio de Janeiro-RJ, 14 Nov. 1929, p.09.

<sup>261</sup> SOUZA, Alves. O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*. Rio de Janeiro-RJ, 14 Nov. 1929, p. 01.

<sup>262</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz...* p. 01.

<sup>263</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz...* p. 01.

<sup>264</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz...* p. 01.

Os discursos vangloriavam e exaltavam as relações entre Minas Gerais e São Paulo, como descrito abaixo:

A iniciativa da Concentração Conservadora, procurando reatar as relações de Minas com o governo federal, com a maioria dos Estados e sobretudo com o seu aliado de todos os tempos, o Estado de São Paulo, merece da maioria dos mineiros os mais francos applausos. O governo dos illustres candidatos Drs. Júlio Prestes e Vital Soares nos seus respectivos Estados, pela sua probidade administrativa, pela segura e boa applicação dos dinheiros públicos e sobretudo pelo surto de progresso economico do seus governados, são o penhor seguro de que nelles teremos continuadores experimentados da sábia política economico-financeira e de valorização do café do actual presidente.<sup>265</sup>

O próximo a discursar foi Silveira Brum que demonstrou eloquência, conhecimento e exaltou o presidente do país na época Washington Luís, na seguinte passagem:

E, como aos eleitos do Senhor nas primeiras idades do mundo, as multidões vos hão de urgir e sagrar, como agora, para os mais belos triumphos, como verdadeiro heroe, grande benemerito, nos combates em prol do futuro da nossa nacionalidade, revivendo e remoçando nas paragens do bem, como uma paschoa de flores nas eternas aleluias da primavera humana! ... Que Minas possa repetir sempre a ardente apostrophe de Shakespenre: Liberdade! Tu és a minha divindade suprema! é a ti que empenhei os meus serviços!<sup>266</sup>

Carvalho Britto discursou após Brum e esclareceu que o Congresso do Café tinha os seguintes objetivos:

Quer indicando a via das reivindicações judiarias, quer pondo as mãos da administração local a chave da solução dos problemas economicos, quer pleiteando e obtendo da União medidas acertadas em prol dos productores, quer mobilizando as proprias forças conservadoras para revelar-lhes o poderio e a capacidade auto-creadora, os congressos economicos demonstram seus intuitos pragmaticos, a sua efficiente immediata e concreta.<sup>267</sup>

Além dos citados objetivos acima, o autor faz fortes críticas ao liberalismo econômico:

---

<sup>265</sup> SOUZA, Alves. O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*. Rio de Janeiro-RJ, 14 Nov. 1929, p. 01.

<sup>266</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*... p. 05.

<sup>267</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*... p. 04.

Vivemos na éra nova do realismo jurídico e economico, na idade da eletricidade perante a qual a economia não é mais o equilibrio dos productos detidos pelo individuo mas o equilibrio das forças detidas pela collectividade. [...] Nesse terreno é que devem operar as vontades mineiras e actuar a sua opinião, não illudida por miragens insensatas do verbalismo liberal decadente, ao serviço de uma política hostile as realidades.<sup>268</sup>

Britto utiliza o exemplo da Crise de 1929 para defender uma política econômica intervencionista, segundo ele, “a concorrência foi a base do liberalismo economico. Todos viram o que dessa formula resultou e a defesa do café, entre nós, é a mais cabal refutação daquelle erro enganosso”.<sup>269</sup> Atuando nessa linha, os representantes da Concentração Conservadora defendiam a proteção do café, sendo criada as seguintes propostas durante o evento:

Cumpra outorgar ao governo federal no Rio o controle do “exercício” de medidas atinentes a defesa do café, por agentes “executores” de uma obra essencialmente federativa e que uma política estreita pode transmudar em razões separatistas e enfraquecedoras dos vínculos naciones. Urge protestar contra a sujeição de tributos especialmente destinados a defesa do café, a empréstimos para outras finalidades.<sup>270</sup>

A questão relativa a empréstimo seria resolvida com a criação de uma instituição bancária, o Banco da Zona da Mata Mineira e sua especialidade seria a concessão de crédito para os cafeicultores. Na seguinte passagem do discurso fica expresso o caráter elitista: “O exemplo mostra a ousadia e a inveracidade de arvorar-se um pequeno grupo de individuos, meramente políticos, em mentores de uma collectividade, patrões de um povo, em tutores de um Estado, consciente e responsável.”<sup>271</sup>

Em seu discurso, Olavo Toste, presidente do Congresso do Café, exaltava o Instituto do Café de São Paulo e atacava o governo mineiro:

Não é pois constituido por agentes ou emissários do governo federal, como, certamente mal informado, deixou entrever o ilustre e honrado secretario do interior do Estado Dr. Francisco Campos, no discurso que recentemente proferiu nesta cidade, largamente divulgado na imprensa. Problema de interesse dos mineiros, está sendo ventilado e discutido por mineiros, sob a inspiração e patrocínio de um partido político formado e dirigido por um ínculto mineiro, Dr. Carvalho de Britto, cujas tradições, como homem publico,

---

<sup>268</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz...* p. 05.

<sup>269</sup> SOUZA, Alves. O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*. Rio de Janeiro-RJ, 14 Nov. 1929, p. 05.

<sup>270</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz...* p. 05.

<sup>271</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz...* p. 09.

se fixam através dos mais relevantes serviços prestados ao Estado e República.<sup>272</sup>

No discurso acima, fica claro que a Concentração Conservadora foi um partido político que, em 1929, rompeu com o monopólio de partido único, exercido pelo Partido Republicano Mineiro. Em seus discursos, Olavo Toste criticava o liberalismo, as valorizações do café e a política estadual. Toste relatava que o município de Muriaé contribuía em 1929 com 4.500:00\$ para o erário estadual, porém não recebia em serviços e obras nem 10% dessa quantia.

O delegado de Teófilo Otoni, Olbiano de Mello, deixou claro que o objetivo era: “Quizeramos todos que desta campanha, dos entrechoques de principios e de idéias nella agitadas, surgissem no paiz partidos políticos nacionais, à sombra de cujas as bandeiras se aninhassem progammas.”<sup>273</sup> Em outra parte do seu discurso, Olbiano de Mello faz uma crítica a corrupção da política brasileira e deixa transparecer sua visão otimista, caso a Concentração Conservadora vencesse as eleições:

Quizeramos também que da refrega da lucta e do embate das paixões, das idéas e dos principios que nos levaram a esta lucta – surja um Brasil melhor, um Brasil em que não se vissem mais – como sempre acontece – após empossado o vencedor – os conchavos, os arranjos, as accomodações em torno do novo governo constituído.<sup>274</sup>

Dentre as principais conclusões e ações propostas a partir do Congresso do Café, destacamos as seguintes pautas: armazéns reguladores, impostos e taxas no mercado do Rio de Janeiro, impostos e taxas sobre o café consumido na capital federal, financiamento ao produtor mineiro, preferência na liberação dos cafés tipos finos, exportação dos cafés a baixo do tipo oito, ação do governo federal quanto aos transportes, aparelhamento fiscal para liberação do café mineiro, limitação da produção e salários, e braços a serviço da lavoura.

Os congressistas defendiam a manutenção do Instituto de Defesa do Café, porém, sob o controle do governo federal, com representação dos estados interessados. Esses pleiteavam as seguintes diretrizes para o órgão:

... b) Estender sua acção aos portos de Santos, Rio de Janeiro e Espírito Santo; c) A taxa de 1\$ ouro deve ser entregue ao referido instituto, para a devida applicação; d) Como defesa do café deve-se considerar também propaganda o financiamento ao producer, o que poderá ser auxiliado pelo instituto, com a

---

<sup>272</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz...* p. 09.

<sup>273</sup> SOUZA, Alves. O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*. Rio de Janeiro-RJ, 14 Nov. 1929, p.09.

<sup>274</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz...* p. 09.

garantia da taxa ouro para obter empréstimos, que seriam entregues ao banco que se encarregasse do financiamento.<sup>275</sup>

Sobre o armazenamento do café os congressistas defendiam a criação de armazéns no interior e no entorno das linhas férreas, buscando aumentar a capacidade dos já existentes, dando garantias de *Warrant*.<sup>276</sup> Sobre os impostos e taxas de mercadorias do Rio de Janeiro, pediam a exigência de cobrar do exportador o imposto *ad valorem*<sup>277</sup> e uma taxa ouro de três francos para o mercado estrangeiro, o que aliviaria os produtores. A Concentração Conservadora defendia a criação de um acordo entre Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo com a União para a criação de uma repartição que ficaria responsável pela arrecadação de taxas e impostos. Sobre os tributos, os congressistas defendiam a manutenção da arrecadação no regime realizado no porto de Santos para os cafés paulistas, devendo-se estender para os mineiros, e que essas cobranças fossem realizadas sobre o peso líquido.

Sobre as taxas e impostos para os cafés destinados ao consumo interno, os membros do congresso decidiram que não deveriam ser taxados. Os cafés de tipo 9 teriam prioridade para exportação, enquanto os de tipo 8 seriam destinados ao mercado interno. Para a potencialização do escoamento do café, as seguintes medidas foram construídas:

a) O intercambio de carros em todas as estradas de ferro da mesma bitola, no sentido de evitar as baldeações; b) Ligação das linhas ferreas nos pontos que mais se aproximarem e que seja conveniente aos interesses da lavoura; c) Proseguimento da Oeste de Minas de Angra dos Reis, afim de que seus carros cheguem ao porto do Rio pela Linha Auxiliar; d) Proseguimento do ramal de Mercês até Pitanga, na Estrada de Ferro Central do Brasil; e) Proseguimento dos ramaes de Petropolis e Cassia e de Biguatinga e Jacuhy, ambos a cargo da Estrada de Ferro Mogyana; f) Apparelhamento das linhas da Leopoldina Railway, afim de que o seu material rodante possa trafegar livremente em todas as linhas; g) Construção de estradas de rodagem ligando o Sul de Minas a São Paulo; h) Ligação da zona da Matta à União Industria, por uma estrada de rodagem pelo valle do rio Parahyba.<sup>278</sup>

E as últimas demandas apresentadas davam conta de que os congressistas não concordavam com a limitação da produção. Esses defendiam a difusão das propagandas no exterior, além do aperfeiçoamento dos tipos de café que perpassavam, segundo eles, pela

---

<sup>275</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz...* p. 05.

<sup>276</sup> Título, vendível e negociável, emitido por um estabelecimento encarregue do depósito e manutenção de mercadorias, no qual se menciona o valor destas. In: *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*. Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/Warrant> >. Acesso em: 07 jul. 2019.

<sup>277</sup> De acordo com o valor, proporcionalmente ao valor, segundo o valor. In: *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*. Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/Warrant> >. Acesso em: 07 jul. 2019.

<sup>278</sup> SOUZA, Alves. O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*. Rio de Janeiro-RJ, 14 Nov. 1929, p.05.

intensificação do ensino agrário. Defendiam, também, a entrada de imigrantes e a fixação dos trabalhadores nas fazendas.

Essas políticas específicas do setor cafeeiro são definidas por Lafer como *política-programa*, existindo também a cambial ou de segurança nacional - essas são formas de definir um setor e planejar as suas regras e metas. Uma outra forma é a *política-domínio*, essa diz respeito a momentos de escassez, na qual escolhas são necessárias para definir em que investir, em meio às diversas alternativas, sendo uma forma de intervenção do poder político na sociedade.<sup>279</sup> A *política-domínio* é uma transformação da *política-programa*, realizada na feitura das Constituições, regras que projetam modelos de agendas, pauta de discussões e seleção de suas opções políticas frente aos problemas a serem resolvidos. Quando a *política-programa* deixa de responder aos anseios políticos das classes sociais, ou se mostram incapazes de corresponderem aos problemas sociais, vemos indícios que levam às rupturas.<sup>280</sup>

De acordo com o redator do *O Paiz*, os membros do situacionismo local, a facção do Pacheco de Medeiros, comportaram-se de maneira democrática. Inclusive, foi enviado um telegrama no dia 07 de janeiro de 1930 ao então presidente do Brasil, Washington Luís, pelo presidente da Câmara Municipal, Edmundo Rodrigues Germano, referindo-se ao apoio que a sua facção daria ao candidato paulista Júlio Prestes nas eleições de março de 1930. O telegrama relata o seguinte:

Cumpre-me comunicar vossa excelência muito grave situação deste município. Autoridades policiais acordo instituições do governo do estado, continuam exercendo violência, e arbitrariedades contra pessoas alto conceito social, inclusive vereadores e juizes de paz, sujeitando-os vexame busca repetidas, sob pesadas ameaças, plena praça publica, as quaes são intimadas abandonarem luta e a se afastarem pleitos março maio. Diante taes factos alarmante estarem impossibilitados propagandas candidaturas presidente da Republica, Estado, e comparecimento pleitos, caso vossa excelência não nos priva das urgentes garantias indispensáveis livre exercício nosso direito voto. “Respeitaveis Saudações.”<sup>281</sup>

A partir do telegrama analisado acima, podemos comprovar o apoio dado ao candidato Júlio Prestes pela facção política que estava na liderança da Câmara municipal em 1930. No

---

<sup>279</sup> LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo. Editora: Perspectiva, 1975, p. 22

<sup>280</sup> LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo. Editora: Perspectiva, 1975, p. 23.

<sup>281</sup> GERMANO, Edmundo Rodrigues. [Telegrama]. Muriaé [para] LUIZ, Washinton., Rio de Janeiro. 1f. Solicita apoio judicial e político para as realizações das eleições presidências no Brasil em 1930. Muriaé. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. 07 jan. 1930.

periódico *O Operário*, a facção do Cel. Pacheco de Medeiros relata que antes, durante e após as eleições em 1930, a oposição aliada à polícia municipal se comportou da seguinte forma:

E' assim que vimos, desde dezembro passado, o delegado regional, os suplentes de delegado, os sub-delegados dos districtos, e os inspectores de quarteirões, exercendo um serie de violências não só contra aqueles que desejavam alistar-se, pertencendo ao partido em opposição à chapa do governo estadual, como um crescido numero de correligionários e de elementos fortes desse mesmo partido. E nas proximidades do pleito, constatamos a attitude assumida de surpresa pelo delegado militar, que, sob ameaças de grandes violências, intimou nos districtos, aos chefes do nosso partido, como ao cel. Edmundo Germano, presidente da Camara, responsabilizando-o pela derrota da Alliança Liberal. E enquanto assim agia, soldados da policia, e investigadores eram mandados para as sedes dos districtos, afim de, no momento oportuno, darem execução ás ordens transmittidas pelos delegados, no municipio.<sup>282</sup>

Em meio à violência e ao acirramento das disputas políticas no município, os correligionários da facção do Cel. Pacheco de Medeiros não compareceram à votação. Com o intuito de se justificar, após as eleições essa facção enviou o seguinte telegrama à Concentração Conservadora:

Em telegrammas que os srs. Cel. Pacheco de Medeiros e Dr. Olavo Tostes dirigiram aos drs. Melo Vianna e Carvalho Brito, está explicada a causa que determinou o afastamento das urnas, em 1º de março, do partido político que prestigia a Camara Municipal. Nesses despachos telegraphicos, publicados em o "O Paiz", por mais de uma vez, está claramente dito, que somente devido ás violências e á compressão exercida pelas autoridades policias, contra os que pretendiam suffragar as chapas recommendadas pela Concentração Conservadora, deixavam estes de comparecer ás urnas. Os nossos adversários sabem, tão bem quanto nós, que essa razão existiu, mas, porque precisam intrigar e desviar a atenção publica dos attentados que commetteram contra o direito do voto, fazem circular outra versão que não alcançará o fim que desejar.<sup>283</sup>

No telegrama acima fica evidente a tentativa de se aproximar dos vitoriosos, Júlio Prestes e Vital Soares. O motivo era claro: representar no município o grupo político que estava governando o país. E essa tentativa de aproximação não significou que em nível estadual a

---

<sup>282</sup> MEDEIROS, José Pacheco. O pleito de 1º em Muriaé. *O Operário*. Muriaé-MG, 16 Mar. 1930, p. 01.

<sup>283</sup> MEDEIROS, O pleito de 1º em Muriaé. *O Operário*... p.01.

facção ficasse contrária ao presidente do estado, Olegário Maciel, que apoiou a Aliança Liberal. Pelo contrário, em 7 de setembro de 1930 foi publicada a seguinte matéria no jornal *O Operário*:

Desde o dia 7 do corrente, está o Estado de Minas sob a direcção governamental do Sr. dr. Olegario Dias Marciel. A sua posse se verificou dentro de um ambiente de serenidade e de calma, que bem refletiu a expectativa geral, de que as rédeas do governo mineiro iriam passar ás mãos de um homem capaz e digno, portador dos mais alevantados predicados que exalçar possam a figura de um homem de Estado, norteado por superiores directrizes, em jogo como os melhores propositos de bem servir á collectividade, á cuja frente se põe.[...] Dado o profundo abalo que sacudiu o territorio mineiro em consequencia do choque da campanha presidencial da Republica, terá o novo presidente de Minas de enfrentar serios e graves problemas de ordem geral, que, examinados com prudencia e reflexão pelo seu experimentado espirito de estadista, hão de ser resolvidos de modo que consultem reaes interesses do povo mineiro. O presidente Olegario Maciel, sendo, como é, uma figura de raras virtudes publicas e particulares, [...] irá, estamos certos, assegurar o equilíbrio de todos os direitos, a quantos em qualquer esphera de acção, desenvolvam a sua actividade, dentro dos limites de Minas Geraes.<sup>284</sup>

Como percebemos acima, há uma clara tentativa de aproximação com Olegário Maciel, fruto da dependência que o município tinha em relação ao Estado, seja em nível estadual ou federal. Além da busca de apaziguamento, essa facção atacava através da imprensa a facção dos Canêdos, com as seguintes acusações:

Deante dessa attitude, que lhes reiterava a oportunidade para se vingarem de um eleitorado que os repelle, os chefes dessa política que o governo do Estado não conseguirá implantar aqui, lançaram mão da fraude. E como não dispõe o partido de cujo directorio é chefe o cel. Pacheco de Medeiros, a unanimidade das mesas eleitorais, a fraude, onde pode apparecer, existiu, sob suas varias modalidades, manejada com melhor arma eleitoral. Mas a despeito disso, puderam colher de novo mais uma desillusão, porque não conseguiram trazer, rigorosamente, ás urnas, escoimadas as eleições dos seus vícios e defeitos, nem ao menos vinte por cento de um corpo de 11.306 eleitores. E dessa forma foram obrigados a confessar aquillo que muito pouca gente ignora, isto é: a sua falta de prestigio, o seu nenhum valor eleitoral no município.<sup>285</sup>

Porém, de acordo com o periódico, o governo estadual se comportou da seguinte forma: “Não podemos deixar de protestar contra a attitude do governo estadual, enviando forte

---

<sup>284</sup> MAGALHÃES, J. de. O novo governo de Minas Gerais. *O Operário*. Muriaé-MG, 21 set. 1930, p. 01.

<sup>285</sup> MEDEIROS, José Pacheco. O pleito de 1º em Muriaé. *O Operário*. Muriaé-MG, 16 Mar. 1930, p. 01.

contingente de forças, com armas embaladas, e agentes de polícia, com o unico intuito de perturbarem a ordem.”<sup>286</sup> Durante as eleições de 1930 a facção dos Canêdos estava mais próxima da situação estadual, o que fica claro no tratamento dado pela polícia, que era controlada por essa facção, aos participantes do Congresso do Café:

Impossibilitados, porém, de qualquer atitude declaradamente hostil contra os congressistas, a polícia de Muriaé, sem qualquer motivo ponderável, resolveu prender o jornalista Sr. Laudemiro Menezes, que como representante do vespertino carioca ‘O Globo’, acompanhara a caravana, julgando tratar-se de um investigador da policia carioca. Depois de permanecer algumas horas nas prisões de Muriahé, o jornalista Laudemiro Menezes foi conduzido, de automovel, para a estação de Palma, onde forçaram-no a tomar um trem para o Rio de Janeiro.<sup>287</sup>

Como relatado acima, a violência e a perseguição estiveram presentes na campanha eleitoral de 1930, principalmente, por conta da polarização política e partidária entre a Concentração Conservadora e o Partido Republicano Mineiro, sendo o primeiro o principal opositorista em Minas Gerais à Aliança Liberal. A realidade que vemos em Muriaé condiz com a teoria de uma cisão intraoligárquica em 1930. Primeiro pela participação ativa das facções locais, seja nas elites pró-movimento, ou nas contra-elites. Segundo porque as características oligárquicas tipicamente coronelísticas foram reproduzidas na composição e atuação da Interventoria. Isso fica claro nas várias nomeações feitas para os cargos públicos, permitindo aos interventores atenderem a vontade do grupo político ao qual eram filiados, proporcionando um controle das instituições do município aos amigos e parentes da facção dos Canêdos.

O primeiro ato da Interventoria foi realizar a destituição dos vereadores ligados aos grupos do coronel José Pacheco de Medeiros e o do Cel. Antônio da Silveira Brum, opositores aos Canêdos durante 1905 a 1930. O ato de destituição dos vereadores foi narrado no boletim da seguinte forma:

Acto desta Interventoria, e pelos mesmos motivos da deposição do Presidente da Camara, foram destituídos de seus cargos os vereadores geraes, Coroneis Edmundo Rodrigues Germano e Izalino Romualdo da Silva, e os vereadores districtaes Dr. Olavo Tostes, Luiz da Silva Couto, Theodoro Pereira do Valle,

---

<sup>286</sup> SOUZA, Alves. O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*. Rio de Janeiro-RJ, 14 Nov. 1929, p. 09.

<sup>287</sup> SOUZA, O congresso do café de Muriaé. *O Paiz* ... p. 09.

Essas relações entre as facções podem ser definidas da seguinte forma:

Quando grupos dotados de um poder menos divergente ou aproximadamente igual numa sociedade constituem os pólos principais dos eixos de tensão, a situação é diferente. Nesse caso, é bem possível que dependa da determinação e da estatura de algumas pessoas que, num momento oportuno, o centro de gravidade se desloque decisivamente para um lado ou para o outro. Nesse tipo de constelação reticular, pode ser muito ampla a margem de decisão acessível às pessoas que ocupam funções de liderança. Mas, seja maior ou menor a margem de decisão do indivíduo, o que quer que ele decida o alia a alguns e o afasta de outros. Tanto nas grandes questões quanto nas pequenas, ele está preso à distribuição do poder, à estrutura da dependência e das tensões no interior de seu grupo. Os possíveis cursos de ação entre os quais ele decide são predeterminados pela estrutura de sua esfera de atividade e pela trama desta. E, dependendo de sua decisão, o peso autônomo dessa trama trabalhará a seu favor ou contra ele.<sup>289</sup>

Desta maneira, as distribuições de poder entre os grupos políticos nos permitem perceber as alianças e tensões no município. Nas ocupações das instituições públicas, notamos como as redes de relações ditaram quem seriam os destituídos e os nomeados, como no exemplo a seguir:

Dr. Agripino Gomes Veado para a Secretaria Geral da Interventoria; Sr. Miguel Augusto de Castro para Administrador do Município; Sr. Americo Appolonio de Magalhães Portilho para Administrador da Collectoria Federal; Sr. Nelson G. da Silva para Administrador dos Telegraphos.<sup>290</sup>

Foram nomeados novos vereadores, como no caso da nomeação de Miguel Augusto de Castro para Administrador do Município, que permaneceu no cargo do dia dez ao dia vinte de outubro de 1930, quando foi substituído por Francisco Alves de Assis Pereira. A publicação da troca de comando da Câmara Municipal relatava que “as forças revolucionárias do Estado deliberam que o coronel Francisco Alves de Assis Pereira, vereador da Câmara Municipal de Muriaé, assumisse a sua presidência”.<sup>291</sup>

---

<sup>288</sup> VEADO, A. G. Destituição de vereadores à Camara Municipal. *As Armas*. Muriaé-MG, 09 Nov. 1930, p. 03.

<sup>289</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Zahar, 1994, p. 50.

<sup>290</sup> VEADO, A. G. Actos da Interventoria Militar. *Revolução*. Muriaé-MG, 11 Out. 1930, p. 1D.

<sup>291</sup> VEADO, A. G. Presidencia da Camara Municipal de Muriaé. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 20 out. 1930.

Há uma diferença entre as nomeações de Miguel Augusto de Castro, nomeado pela Interventoria Militar Revolucionaria Muriahé-Mirahy e a do Cel. Francisco Alves de Assis Pereira, nomeado pelas forças revolucionárias estaduais. Tal diferença se dá pelo fato de que na época que eclodiu a Revolução, Miguel Augusto de Castro não era vereador, enquanto que Francisco Alves de Assis Pereira era um dos vereadores eleitos da Câmara Municipal.

Para a posse do novo presidente da Câmara Municipal foi realizada uma solenidade que, após “terminado o acto da posse do Coronel Francisco Pereira, enorme multidão grandemente entusiasmada, percorreu, em passeata, as ruas da cidade, vivendo os próceres da revolução, triunfante e sobretudo o Senador Arthur Bernardes”.<sup>292</sup> Além de presidente da câmara, o Cel. Francisco Alves de Assis Pereira foi prefeito de Muriaé no período de 1936 a 1939, o que indica que o apoio dado à causa revolucionária acarretou um prestígio político no cenário do governo do Presidente Getúlio Vargas.

Uma segunda nomeação foi realizada tendo as seguintes características:

Por acto de 13, do Sr. Interventor, foram nomeados: Dr. Gastão Torres, superintendente geral do serviço da gasolina e automoveis; Dr. Domingos Henrique Carlos da Silva, superintendente geral da alimentação e socorros públicos; Dr. Francisco Annibal de Souza, delegado geral de aquisições; José Canêdo, director do gabinete da Interventoria, Francisco Moreira Gomes, sub-director do gabinete da Interventoria; Agripino Gomes Veado Filho e Agenor Chaves, officiaes do gabinete da Interventoria e Ascendino Cardoso, porteiro do gabinete da Interventoria.<sup>293</sup>

Essas nomeações configuram uma relação entre protetor e protegido que, de acordo com Heymann, é caracterizada por *relações assimétricas*<sup>294</sup>, cujo objetivo do dependente é conseguir acesso aos serviços públicos e vantagens privadas, já para o provedor, significa ter uma dívida que nunca será completamente paga, podendo se renovar constantemente. Isso ocorre em decorrência dos seguintes fatores:

A troca entre desiguais é desigual e coloca em jogo uma afirmação de “gratidão eterna” que reforça a desigualdade, confirmando a relação protegido/protetor, além de servir para manter o vínculo entre as pessoas a partir do momento em que uma relação de troca se estabeleceu.<sup>295</sup>

---

<sup>292</sup> VEADO, Presidencia da Camara Municipal de Muriahé. *As Armas...*

<sup>293</sup> VEADO, A. G. Interventoria Militar. *As Armas*. Muriaé-MG, 14 out. 1930, p. 01.

<sup>294</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Quem tem padrinho não morre pagão: fragmentos de um discurso sobre o poder. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, v. 24, 1999, p. 328.

<sup>295</sup> HEYMANN, Luciana Quillet. Quem tem padrinho não morre pagão: fragmentos de um discurso sobre o poder. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, v. 24, 1999, p. 328-329

O protegido, ao ficar vinculado, cria um laço de lealdade e gratidão que quase sempre é pago na forma de orações e apoio nas urnas. Aos olhos dos pedintes as autoridades, ao exercerem uma posição de mando, merecem respeito e admiração. Esse tipo de relação era comum na Primeira República em decorrência das relações horizontais das classes sociais e por ocorrerem, quase sempre, no interior das parentelas - como relatado no primeiro capítulo dessa dissertação.

Essas relações entre protetores e protegidos se insere na execução prática do conceito de poder, pois o

... que chamamos 'poder' não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressões designativas de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a auto-regulamentação e o destino de outras pessoas.<sup>296</sup>

Em meio às relações de poder a imprensa é o espaço no qual as propostas e os embates acontecem e são passados para a opinião pública, que julga e apura os fatos, dando aos vencedores seu apoio. Desta maneira, a imprensa é a responsável por tornar os fatos um ato político, pois segundo Julliard, nenhum acontecimento é político, ele se torna político, em decorrência da mídia e das suas conseqüentes repercussões públicas.<sup>297</sup>

No dia onze de outubro de mil novecentos e trinta, oito dias após o início da revolução, começa a circular o informativo *Revolução - Boletim de Informações da Interventoria Militar Revolucionaria Muriahé-Mirahy*. A imprensa, com a representatividade que possuía, tinha como objetivo: “A divulgação máxima dos factos revolucionários e outros que no momento possam interessar o público, resolveu editar, diariamente, o presente boletim de informações.”<sup>298</sup>

O boletim<sup>299</sup> teve como particularidade a ausência do nome dos seus redatores, diretores e do local de impressão, mas de acordo com Maria Auxiliadora de Faria, o diretor e redator era o secretário da Interventoria Militar - o advogado Agripino Gomes Veado, que exerceu a função

---

<sup>296</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Editora: Zahar, 1994, p. 50.

<sup>297</sup> JULLIARD, Jacques. A política. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 181-193, 1976, p. 185.

<sup>298</sup> VEADO, A. G. Memorandum. *Revolução*. Muriaé-MG, 11 out. 1930, p. 1.

<sup>299</sup> O conceito de boletim segundo Raphael Bluteau (1728) é um “recado militar por eferito”. SILVA, Antônio de Morais, 1755-1824; BLUTEAU, Rafael, *Diccionario da lingua portugueza 1638-1734*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Tomo II. 1789, p. 144.

de advogado e de escrivão do 1º Ofício do Cartório, além de ter sido redator da Folha de Muriaé que circulou em 1930.<sup>300</sup>

O título *Revolução* permaneceu apenas no primeiro número do boletim. A partir do segundo exemplar, passou a ser intitulado *Ás Armas- Boletim de Informações da Interventoria Militar Revolucionaria Muriaé-Mirahy* (não foi esclarecido publicamente os motivos da mudança do nome). As únicas propagandas que constam no boletim do último exemplar eram do redator da folha, na qual constava suas atribuições profissionais, com número do seu telefone e enfoque que ele advoga em Muriaé e nas comarcas vizinhas; e da *Typographia Hastenreiter*, responsável pela impressão do boletim.<sup>301</sup>

A publicação do periódico não seguia uma ordem diária, pois sua circulação ocorreu do dia onze de outubro a nove de novembro de 1930, tendo um total de dez edições que circularam nos dias: onze, treze, quatorze, dezessete, vinte, vinte dois, vinte e quatro e vinte cinco de outubro, e a última edição que foi publicada no dia nove de novembro. A única edição que não foi encontrada foi a quarta que, possivelmente, circulou nos dias quinze ou dezesseis de outubro.

Através dos editoriais do *Ás Armas*, os chefes das facções políticas faziam uma comunicação direta com o povo, fazendo elogios aos muriaeenses com palavras como: amigo, laborioso, inteligente, patriótico. Entretanto, as matérias editoriais também expressavam as ações, comunicados que procuravam sanar problemas de ordem prática da Interventoria e ameaças aos inimigos políticos da revolução. Em meio a uma série de relações paternalistas, no dia quatorze de outubro, o boletim trouxe no seu cabeçalho um aviso que relatava:

A ‘Interventoria Militar de Muriaé e Mirahy’ traz ao conhecimento do publico em geral que recommendará com calor ao Governo do Estado e ao futuro Governo da Republica os nomes das pessoas civis ou militares, que prestarem serviços valiosos à causa da Revolução triumphante.<sup>302</sup>

A suposta promessa citada acima feita pela Interventoria é uma tentativa de controle da opinião pública, pois, segundo Jean-Jacques Becker, “a manipulação da opinião pública, é quando se procura de maneira artificial provocar uma reação”.<sup>303</sup> Uma outra tentativa ocorreu no último número do boletim, no qual se publicou um relatório que foi enviado para o governo

---

<sup>300</sup> FARIA, Maria Auxiliadora de. *O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé*. 1ª ed., Muriaé-MG, 1995, p. 65.

<sup>301</sup> ALVES, Belmira Hastenreiter. A tipografia e a casa comercial de meu pai. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter, nº 1º, p. 83-90, dez, 1977, p. 89.

<sup>302</sup> VEADO, A. G. AVISO. *Ás Armas*. Muriaé-MG. AVISO, 14 de out. 1930, p. 01.

<sup>303</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora: UFRJ/FGV, 1996, p. 192.

de Minas Gerais com os nomes das pessoas que ajudaram na causa revolucionária, com o título de *A contribuição de outros civis de Muriahé para a Revolução*.<sup>304</sup>

Para Wilhelm Bauer, citado por Becker, a opinião pública<sup>305</sup> pode ser conceituada de duas formas: a estática e a dinâmica. A primeira está ligada aos costumes, hábitos e as tradições que formam a estrutura de uma sociedade em uma determinada época. Já a segunda era a “reação da opinião diante do acontecimento. A confrontação, por exemplo, com uma guerra, com uma revolução. A primeira se inscreve no tempo longo, a segunda no tempo curto”.<sup>306</sup>

A manipulação da opinião pública não ocorreu somente através da imprensa, ela também foi praticada no evento público realizado para a inauguração das placas da Rua Arthur Bernardes, no dia doze de outubro de mil novecentos e trinta, um dia após a Interventoria ter ocupado a Câmara municipal e outras instituições. Partindo das constatações teóricas de Becker, percebemos que a busca dessa solenidade era legitimar as ações e a posição da família Canêdo como condutora política do movimento, isso fica claro no discurso proferido pelo secretário da interventoria, que se expressou da seguinte forma: “Bem como acção dos chefes da política municipal, salientando os nomes do deputado Agenor Canêdo, do Dr. Affonso Canêdo, do cel. Telemaco Pompei.”<sup>307</sup>

A aprovação do projeto para a troca do nome da rua ocorreu no dia vinte e dois de novembro de 1924, através da Resolução número 18. Ficou acordado no artigo primeiro: “Passará a denominar-se Rua Dr. Arthur Bernardes a actual Rua Municipal desta cidade. No artigo segundo, fica autorizada a Câmara municipal a providenciar as placas e providenciar uma festa para a solenidade de inauguração.”<sup>308</sup> Porém, passaram-se seis anos após o projeto ter sido aceito pela Câmara Municipal de Muriahé e as placas não foram colocadas. Em seu primeiro ato a Interventoria Militar Revolucionaria Muriahé-Mirahy mandou fazer as placas e preparar a solenidade de inauguração.

O fato de homenagear Arthur Bernardes ocorreu pelos laços políticos entre ele e a família Canêdo, além do fato de ele ter apoiado a Revolução de 1930, não sendo o único ex-

---

<sup>304</sup> VEADO, A. G. AVISO. A contribuição de outros civis de Muriahé para a Revolução. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 14 out. 1930, p. 01.

<sup>305</sup> Para maiores informações ver: Cf. BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro. Editora: UFRJ/ Editora: FGV, 1996, Cap. 6, p. 185-212.

<sup>306</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro. Editora: UFRJ/ Editora: FGV, 1996, Cap. 6, p. 188.

<sup>307</sup> VEADO, A. G. Rua Arthur Bernardes. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 13 out. 1930, p. 02

<sup>308</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAHÉ. Aprova a troca de nomes da Rua Municipal para Rua Arthur Bernardes. Resolução n. 18, de 22 de novembro de 1924. Lex: *Leis e Resoluções- Período 08/11/1923 a 26/10/1930*. Muriaé-MG, p. 42-43, nov., 2. Trim. de 1930. Legislação Municipal. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. nov., 2. Trim. de 1930.

presidente, pois, segundo Aspásia Camargo, “três ex-presidentes da República Epitáfio Pessoa, Arthur Bernardes e Venceslau Brás, apoiaram o movimento em nível nacional”.<sup>309</sup>

Segundo o redator da *Revolução*, o senhor Agripino Gomes Veado, a mudança de nome da rua, proposta na época pelo vereador Cel. Francisco Alves de Assis Pereira, não foi aceita em decorrência de que

... a maioria da alludida Camara se collocado ao lado do cattete, contra o nosso Estado, acendeu-se o ódio contra Arthur Bernardes, um dos maiores brasileiros, do que decoreu não ter sido, até hoje, realizada a mudança de placas e inauguração do novo nome.<sup>310</sup>

Vemos uma preocupação latente com a opinião pública nos discursos feitos pelos atores da política municipal, dentre eles temos Miguel Augusto de Castro (Administrador Municipal), Agripino Gomes Veado (Secretário da Interventoria), Abílio Lima (Farmacêutico), Domingos Henriques, Affonso Canêdo (chefe político municipal) e Francisco Moreira Gomes. Essas preocupações com a opinião pública ocorrem pelo poder de decisão desse campo, porque ela não atua diretamente nos acontecimentos, essa apenas torna possível a política dos representantes que buscam manipular a opinião do público, fazendo-o evoluir no sentido desejado. Para isso, as elites usam da manipulação, pela qual buscam provocar de maneira artificial uma reação, seja através de uma notícia falsa, organizando um atentado ou com ameaças. Todavia, essas ações são imprecisas, podendo gerar um efeito indesejado.

O administrador municipal, Miguel Augusto de Castro, deu início à solenidade lendo o decreto da lei, em seguida, Agripino Gomes Veado, secretário e orador oficial da Interventoria, “salientou que a inauguração daquellhas placas, embora realizada em período revolucionário, era, entretanto, o cumprimento da própria lei e que revolucionário havia sido o gesto da antiga Camara que deixou de cumpri-la”.<sup>311</sup> As palavras de Agripino Gomes Veado demonstram como o conceito de revolução era visto pelas elites locais, para esses homens, durante períodos de convulsões sociais, a lei fica em segundo plano. Por ser advogado e conhecedor das letras da lei, Agripino Veado pode ter percebido que de certa forma durante a fase revolucionária, havia uma ausência do cumprimento da ordem pública. Essa falta do cumprimento da lei poderia estar acontecendo em Muriaé, como nos atos de destituição de vereadores eleitos ou através das nomeações feitas pela interventoria militar.

---

<sup>309</sup> CAMARGO, Aspásia. "A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política". In.: *A Revolução de 30: Textos e Documentos*. Brasília. Editora: UNB, tomo I, 1981, 7-45.

<sup>310</sup> VEADO, A. G. Rua Dr. Arthur Bernardes. *Revolução*. Muriaé-MG. (11 Out. 1930, p.02).

<sup>311</sup> VEADO, Rua Dr. Arthur Bernardes. *Revolução*... p. 02.

De acordo com Reinhart Koselleck,<sup>312</sup> o conceito de revolução varia de acordo com o tempo histórico, com isso, será que a visão sobre a Revolução Russa de 1917 não influenciou o posicionamento negativo de Agripino Veado? De posse das fontes que analisamos, não conseguimos responder a essa questão, entretanto, percebemos que a palavra revolução representava um futuro a ser construído. Vemos que, com o advento da Revolução Francesa em 1789, esse conceito ganha uma nova perspectiva, sendo a partir de então indicativo de algo que estaria por vir com a vitória dos movimentos revolucionários que passam a romper com o *status quo*. Se no Antigo Regime o conceito de revolução era indicativo de retorno ao passado, nos tempos modernos este significa romper com o passado para construir um futuro diferente, significado claramente perceptível na elite muriaeense.

Percebemos que o conceito de revolução é contemporâneo ao fato em trinta, mas para poder caracterizar este fato como uma revolução é necessário, segundo Gianfranco Pasquino, “o uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica”.<sup>313</sup> A derrubada das autoridades políticas e o uso da violência se fez presente no movimento armado, como expresso no relato abaixo:

Em Carlos Euler, próximo de Turvo, foi cercado pela polícia mineira um trem que conduzia 100 soldados do Sr. Washington. Posta a funcionar, a metralhadora mineira matou o maquinista e toda força em viagem, escapando apenas 4 soldados.<sup>314</sup>

A violência e destituição das forças políticas oficiais, porém, não são suficientes para caracterizar esse período como uma revolução, pois o que de fato ocorreu em trinta foi uma *mudança de comando*<sup>315</sup> entre as facções das elites que estavam alijadas do poder, que ao chegar ao poder não realizaram de imediato profundas transformações. Contudo, uma possibilidade de todo motim, golpe ou revolução é ocasionar uma desagregação da unidade interna de poder,

---

<sup>312</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

<sup>313</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 9ª ed. Brasília: UNB – Universidade de Brasília, 1997, p. 1121.

<sup>314</sup> VEADO, A. G. Notícias da Revolução. *As Armas*. Muriaé-MG, 17 out. 1930, p. 02.

<sup>315</sup> VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Mudança de comando. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 6, nº 61, p.48-51, out, 2006.

causando uma reconstrução ou uma desagregação irremediável dos sistemas políticos englobantes, o que de fato se inicia em outubro de 1930.

O segundo a discursar no evento de colocação das placas da Rua Arthur Bernardes foi o senhor Abílio Lima residente em Patrocínio do Muriaé, onde exercia a profissão de Farmacêutico, em seu discurso exaltou a revolução e o senhor Arthur Bernardes. O senhor Abílio Lima trouxe consigo um comboio de 300 pessoas residentes em Patrocínio do Muriaé.<sup>316</sup> Em outra passagem o redator Agripino Gomes Veado, relatou que o evento contou com uma “colossal multidão que, hontem, formando columnas, marchava para cumprir um dispositivo municipal ha muito existente, deixava transparecer, nas suas aclamações, a sympathia e o inteiro apoio dos muriahenses á causa da revolução.”<sup>317</sup>

O número de pessoas relatado na manifestação pode ser que não seja o expresso no boletim, podendo ser um exagero do redator ou até mesmo uma impressão dos próprios participantes. Essas impressões remetem aos fenômenos e características da memória que, segundo Le Goff:

... conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o Homem pode atualizar impressões passadas, ou que ele representa como passadas. [...] Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, mais não são do que os resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui.<sup>318</sup>

Seguindo os discursos, Domingos Henriques procurou agradecer as palavras proferidas pelo redator do boletim. Em seguida, Affonso Canêdo,

renovou, perante o povo, o proposito de ser sempre o incançavel amigo que tem sido, o batalhador de todas as pelejas, exaltando o movimento revolucionário encabeçado por Minas e agradecendo as referencias que ao seu nome houvera feito dr. Agripino Veado. Referiu-se ainda o orador com entusiasticas palavras a Arthur Bernades.<sup>319</sup>

Affonso Canêdo se colocou como chefe político municipal, descreveu-se como um homem “batalhador” e “amigo” do povo. Tais palavras buscavam reforçar a posição da família

---

<sup>316</sup>VEADO, A. G. Rua Dr. Arthur Bernardes. *Revolução*. Muriaé-MG, 14 out. 1930, p. 01.

<sup>317</sup> VEADO, Rua Dr. Arthur Bernardes. *Revolução*...

<sup>318</sup> LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas. Ed.: UNICAMP, 1994, p. 423-424.

<sup>319</sup> VEADO, A. G. Rua Arthur Bernardes. *As Armas*. Muriaé-MG, 13 out. 1930, p. 02.

Canêdo como líder do movimento em nível municipal. Findando os discursos, o senhor Francisco Moreira Gomes falou em nome das forças policiais, e procurou agradecer os elogios feitos pelos oradores do evento.

A relação da facção dos Canêdos com as forças policiais remete à década de 1920, onde houve uma cisão entre o poder executivo e legislativo com as forças policiais, quadro que se modificou no período revolucionário, pois segundo a publicação no boletim,

esse serviço que o Dr. Dermeval Lyrio, delegado regional, fazia apenas com seus excelentes e devotados auxiliares, em numero insuficiente, retirada que foi a Força Publica, passou a ter a colaboração desta Interventoria. Preencheu-se os lugares criados pelo benemérito Governo do Estado para a Milícia Republicana Revolucionaria; Forneceu-se a dita Milícia tudo quanto era necessário para sua patriótica ação.<sup>320</sup>

Além do discurso referido acima às forças policiais, os dois primeiros números do boletim traziam uma matéria intitulada “Polícia-Serviço de Guarda”, na qual eram descritos os nomes dos guardas e os horários que estariam trabalhando. A entrada das forças policiais para a *Milícia Republicana Revolucionaria* demonstra a necessidade da elite de se resguardar caso fosse necessário o uso da força contra os possíveis opositores do movimento, o ato não foi necessário, pois “a ordem no município foi absoluta, não se registrando mesmo os simples casos de polícia”.<sup>321</sup>

Em um telegrama do Secretário da Segurança Pública, Cristiano Machado, incumbiu os Presidentes das Câmaras e o delegado de polícia de arrumar vinte homens para fazer parte da Força Pública do município que foi formada após o término do movimento. No texto cita as vestimentas adequadas dos homens recrutados: “Esse grupo ficará sob o regimento militar, usando armas que requisitaremos, e uma fita verde no chapéu, com as letras M.R.R vermelhas, de tres centímetros de altura.”<sup>322</sup>

A tentativa dos discursos na inauguração das placas da rua Dr. Arthur Bernardes foi de valorizar a causa revolucionária, tanto que a cerimônia ocorreu um dia após a fundação da interventoria. O intuito era legitimar, perante o povo, as ações do grupo político além, é claro, de jogar em esquecimento as facções de oposição. A solenidade demonstrou como a luta pela memória oficial se fez presente na colocação das placas da rua Dr. Arthur Bernardes, pois o ato de colocar as placas indica uma forma do grupo político dos Canêdos se posicionar a favor da

---

<sup>320</sup> VEADO, A. G. Policiamento do Município. *As Armas*. Muriaé-MG, 09 nov. 1930, p. 04.

<sup>321</sup> VEADO, Policiamento do Município. *As Armas*...

<sup>322</sup> VEADO, A. G. Força Pública. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 20 out. 1930.

revolução. A homenagem a um dos líderes do movimento ressaltava a importância das alianças e dos pactos políticos realizados pelas elites.

Publicamente, a solenidade demarcou qual facção apoiava o movimento armado e relegou as facções lideradas pelo Cel. Pacheco de Medeiros e pelo Cel. Antônio da Silveira Brum a posição de inimigos da revolução. O ato de organizar uma festividade para se colocar as placas era uma forma da recém-inaugurada Interventoria Militar ter um contato com o povo e poder materializar para as pessoas seus objetivos, buscando o apoio da população para a Revolução de 1930.

A imprensa na década de trinta e em meio aos conflitos políticos, é o espaço pelo qual as propostas e os embates aconteciam, contendo nos editoriais uma das principais ferramentas de transmissão de informação para a opinião pública que julgava e apurava os fatos, dando aos vencedores seu apoio. No primeiro número do boletim que ainda era intitulado de *Revolução*, o editorial intitulado de *Proclamação ao Povo de Muriaé*, assinado pelo Interventor Adherbal Moreira Ramos, pedia o “apoio” dos muriaeenses ao movimento, responsável segundo ele, pela “obra de libertação, de regeneração política, salvando-se o Regime Republicano”.<sup>323</sup>

Já na *Segunda Proclamação* do interventor percebemos que o inimigo comum de todos os que participavam do movimento era o Presidente da República Washington Luís, responsável, segundo Ramos, “pelos males que nos afflinge, entre quaes a queda do Café e do Cambio, está prestes a cair! Ide e dizei a toda gente que a sua política truculenta, a sua administração fora da lei, não terá continuador”.<sup>324</sup> As crises da cafeicultura agravaram as acusações à política financeira do presidente Washington Luís, fazendo-se presentes no *As Armas*. Seus fundamentos eram pautados no fato dos paulistas, através do Instituto do Café de São Paulo, definirem as políticas do setor até 1930. O setor do café entrando em crise, logo as acusações seriam direcionadas aos paulistas, tendo como alvo das acusações o Presidente da República.

De acordo com Maria Celina D' Araújo, a queda do preço do café e do cambio encontrou na crise de 1929 um dos seus principais fatores, uma vez que durante a Primeira República a economia brasileira girava em torno das exportações do café, que eram o principal produto, chegando a alcançar em 1930 um total de 69% das exportações nacionais. Além do mais, no contexto internacional o Brasil era responsável por 60% da produção mundial do café. Assim, durante o período da crise mundial 1929, o café não sendo um produto de primeira necessidade,

---

<sup>323</sup> RAMOS, A. M. Proclamação ao Povo de Muriaé. *Revolução*. Muriaé-MG, 11 out. 1930, p. 01.

<sup>324</sup> RAMOS, A. M. Segunda proclamação ao Povo de Muriaé. *As Armas*. Muriaé-MG, 13 out. 1930, p. 01.

fez com que as exportações brasileiras sofressem uma queda significativa no contexto internacional, o que levou nossa economia a sofrer com a crise.<sup>325</sup> Diferente de Maria Celina D' Araujo, para Viscardi<sup>326</sup> a crise de 1929 não afetou imediatamente a economia brasileira e, principalmente a economia cafeeira, que segundo ela já vinha sofrendo durante a Primeira República com crises no setor, o que acarretou algumas tentativas de valorização do café entorno de convênios, como o de Taubaté.

Em meio às crises do café, vemos que durante a década de vinte o município de Muriaé passava por uma situação financeira negativa. Entre esses problemas, temos o não cumprimento de um pagamento de empréstimo da Câmara Municipal de Muriaé ao Estado de Minas Gerais, a falta de verbas para a compra de biombos, cédulas e outros produtos utilizados nas eleições de março de 1930. Contexto que fica evidente no documento abaixo, enviado pelo Secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais a Câmara Municipal:

Havendo essa Camara assignado a 3-8-1927 o termo de novação de contractos de empréstimos, o Estado de Minas, de conformidade com a clausula segunda daquelle pacto, transferiu a Ella, que ficou obrigada a pagar adeantadamente e nos dias 1º de Janeiro de 1º Julho de cada ano a quota destinada ao serviço de juros, amortização, ½%, etc., o serviço de arrecadação das rendas do município. Não tendo essa Camara em cumprimento dessa obrigação recolhido á Collectoria Estadual, ahi, em 1º de Janeiro deste anno a quota deste semestre, venho pedir as vossas providencias no sentido de ser satisfeita pela Camara aquella clausula contractual, lembrando-vos que falta de pagamento implica na rescisão do citado termo, voltando, consequentemente, o serviço de arrecadação a ser executado pelo Estado, por intermédio de seu preposto nessa cidade, independentemente de qualquer aviso ou comunicação a essa Camara (clausula terceira do termo citado). Reitero-vos os protestos de estima e consideração.<sup>327</sup>

Além da cobrança da parcela de empréstimo citada acima, em um telegrama enviado ao governo de Minas Gerais, o presidente da Câmara Municipal de Muriaé, senhor Edmundo Germano, deixa transparecer a difícil situação econômica pela qual estava passando a Câmara Municipal, através do seguinte documento:

---

<sup>325</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. *A era Vargas*. 2ª ed. Reformulada. São Paulo. Editora: Moderna, 2004.

<sup>326</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. C/Arte, 2001.

<sup>327</sup> Secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais (nome do secretario ilegível). [Telegrama] 24 de maio, 1930, Belo Horizonte [para] GERMANO, Edmundo Rodrigues. Muriaé-MG. 1f. Solicita que a Câmara Municipal de Muriaé, pague uma parcela referente ao empréstimo feito junto à Secretaria das Finanças do Estado de Minas Gerais.

Tendo, de proceder-se a eleição de Presidente do Estado no proximo mes de maio, mandei fazer os Biombos, indispensáveis para os trabalhos eleitorais do voto secreto, para 34 secções em que eleitoralmente se divide este municipio. Contractei esse trabalho por R\$ 4.000\$000 quatro contos de reis. Estando esta Camara atravessando um momento de escassos recursos pecuniarios, venho solicitar-lhe, a bondade de ordenar que nos seja enviada essa quantia para ocorrer áquella despeza, pelo que seremos muito gratas.<sup>328</sup>

A situação financeira ruim não era exclusividade da Câmara Municipal. Observamos por meio da imprensa que os preços dos produtos subiam rapidamente, chegando até a faltar produtos no município no período revolucionário. Buscando evitar as oscilações e exercendo a *política-domínio* os interventores tabelaram os preços dos produtos, como demonstra a tabela abaixo:

**Tabela Nº 4 – Preço da carne por quilograma<sup>329</sup>**

Carne de porco	Kº.	2\$200
Toucinho	Kº.	3\$000
Carne de vacca c] osso	Kº.	1\$500
Carne de vacca s] osso	Kº.	2\$400

VEADO, A. G. Commissariado de Alimentação e Soccorros Publicos. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 20 Out. 1930.

Logo abaixo da tabela tinha a seguinte mensagem: “Caso o criador não queira submeter-se a este preço, será feita a requisição dos seus productos pela Interventoria Militar. Multa para os infractores: - de 20\$000 a 200\$000 a critério do commissariado.”<sup>330</sup> Inclusive foi realizada uma reunião que ocorreu às 16 horas do dia 22 outubro de 1930, com a presença dos açougueiros que, junto com a Interventoria, estipularam os preços das carnes e determinaram que nenhum comerciante poderia adquirir gado de corte.<sup>331</sup>

<sup>328</sup> GERMANO, Edmundo Rodrigues. [Telegrama] 13 de mar, 1930, Muriaé-MG [para] CAMPOS, Francisco Luis da Silva. Belo Horizonte-MG. 1f. Solicita que o Secretario do Interior do Estado de Minas Gerais, envia uma quantia de 4.000\$000, para Câmara Municipal pague os Biombos.

<sup>329</sup> VEADO, A. G. Commissariado de Alimentação e Soccorros Publicos. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 20 Out. 1930.

<sup>330</sup> RAMOS, A. M. Segunda proclamação ao Povo de Muriaé. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 20 out. 1930, p. 01.

<sup>331</sup> VEADO, A. G. Commissariado da Alimentação e Soccorros Publicos - Aviso aos Padeiros. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 22 out. 7.

Segundo o telegrama enviado pelo Coronel Otto Feio, Comandante-Chefe do 1º sector revolucionário de Itaperuna, havia falta de farinha de trigo e sal em Muriaé. Para solucionar essa carestia, o comandante se encarregaria de mandar de Porciúncula-RJ o sal; já a farinha de trigo ordenou que o Interventor de Muriaé pedisse, em seu nome, a cidade vizinha de Carangola que enviasse.<sup>332</sup>

No texto *Commissariado da Alimentação e Socorros Publicos - Aviso aos Padeiros*, ficou

... estabelecido que de 18 do carente em diante, até ordem em contrario, só é permitida a fabricação de pão para o consumo da cidade uma vez por dia, e pela manhã, medida de economia adoptada em vista do pequeno stock de farinha de trigo existente no mercado. O peso do pão e a quantidade devem ser conservados rigorosamente.<sup>333</sup>

Por meio da tabela abaixo podemos perceber os principais gêneros alimentícios e produtos que circulavam no mercado de Muriaé em 1930, além de entendermos as formas que a Interventoria Militar procurou no período revolucionário controlar e estipular os preços:

**Tabela Nº 5 - Preço de alimentos a varejo na praça comercial de muriaé<sup>334</sup>**

Arroz Agulha 1ª	Até 1\$000 Lº
Arroz Piemonte 1ª	Até 1\$000 Lº
Arroz Piemonte 2ª	Até \$800 Lº
Açúcar Crystal	Até \$700 Kº.
Açúcar Refinado	Até \$800 Kº.
Bacalhau	Até 3\$000 Kº.
Batatinha	Até \$800 Kº.
Carne de Porco	Até 2\$200 Kº.
Carne de Vaca Com osso	Até 1\$500 Kº.
Carne de Vaca Sem osso	Até 2\$400 Kº.
Farinha de mandioca	Até \$400 Lº.

<sup>332</sup> VEADO, A. G. *Commissariado da Alimentação e Socorros Publicos - Aviso aos Padeiros. Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 22 out. 7.

<sup>333</sup> VEADO, A. G. *Commissariado de Alimentação e Socorros Publicos. Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 27 out. 1930.

<sup>334</sup> VEADO, A. G. *Commissariado de Alimentação e Socorros Publicos. Ás Armas*. Muriaé-MG, 20 out. 1930.

Feijão	Até 2\$000 10 Lts.
Fubá	Até 1\$800 10L°.
Querozene, garrafa	Até 1\$000 K°.
Leite, garrafa	Até \$300 K°.
Leite, litro	Até \$500 K°.
Macarrão	Até 1\$500 K°.
Meio arroz	Até \$600 L°
Rapadura	Até \$300 K°.
Sal, bruaca 2ks.	Até 1\$000 L°.
Sanga	Até \$400 L°
Toucinho	Até 2\$800 K°.

VEADO, A. G. Commissariado de Alimentação e Socorros Publicos. *As Armas*. Muriaé-MG, 20 out. 1930.

No texto intitulado *Aos Srs. Lavradores* o administrador local no período, Miguel Augusto de Castro, dirigiu-se a população de lavradores pedindo que estes não parassem de produzir. Para isso, buscou valorizar os lavradores dizendo que eles têm o mesmo valor de um soldado que estava na frente de batalha. Para reforçar a autoridade do seu pedido, o texto traz um telegrama do Secretário da agricultura do estado, Alao Prata, que reforça que os Presidentes das Câmaras não deixem os lavradores descuidarem da produção.<sup>335</sup>

Outra forma de controle exercida pelos revolucionários expressa no boletim foram as requisições feitas em nome da Interventoria que geraram uma grande polêmica:

Medida anormal, inopinada, desconhecida da nossa gente, vocou certo alarme no município, deu lugar a mal entendido, explorações de boatos tendenciosos que o proprio commando deste sector houve por bem logo desfazer em portaria que nos dirigiu, quando escreveu: “Como representante da Junta Revolucionaria, que tem sede em Bello Horizonte, podeis levar ao commercio a tranquilidade necessária, declarando aos commerciantes que as requisições feitas em vosso nome são garantidas pelo Governo Revolucionário que as reconhece verdadeiras e legaes.”<sup>336</sup>

O telegrama citado acima foi enviado pelo Coronel Otto Feio da Silveira, comandante do primeiro setor revolucionário, e foi publicado no editorial do dia vinte de novembro de mil novecentos e trinta, com o claro intuito de tentar “controlar” a opinião pública que, pelos

<sup>335</sup> VEADO, A. G. Commissariado da Alimentação e Socorros Publicos - Aviso aos Padeiros. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 22 out. 7.

<sup>336</sup> VEADO, A. G. Requisições. *As Armas*. Muriaé-MG, p. 2D, 09 nov. 1930.

indícios, não concordou plenamente com as requisições. De acordo com os representantes da Interventoria, os motivos das requisições foram:

Estabelecida aqui a Interventoria Militar Revolucionária, sem numerario algum para attender as multiplas, urgentes e imprescindíveis despezas que deviam ser feitas, não podendo obter recursos da Camara Municipal, achando-se esta em poder dos adversarios e aos quaes foi tomada sem que em seus cofres fosse encontrado dinheiro algum foi mister recorrer ás requisições militares afim de conseguir os elementos de que carecia para levar por diante sua tarefa, requisições para quaes estava autorizada.<sup>337</sup>

Os inimigos da Interventoria citados acima, eram as pessoas do grupo político liderado pelo Cel. Pacheco de Medeiros que, segundo o redator, seriam os responsáveis pelo esvaziamento dos cofres municipais. As requisições feitas pela Interventoria seriam sanadas pelo Comando revolucionário de Minas, pois, segundo Agripino Veado, “entre os seus credores se acham pessoas pobres que necessitam rechaver o que é seu”.<sup>338</sup> As requisições foram um dos principais problemas enfrentados pela Interventoria Militar, isto ocorreu em face da importância da propriedade privada, sendo que a máxima lembrada no primeiro número do *As Armas* pelo interventor foi: “respeitadas estarão a Vida e a Propriedade do nosso communicipes”<sup>339</sup>

As ameaças aos inimigos da Interventoria estiveram presentes no discurso do interventor Adherbal Moreira Ramos, nos dias vinte e vinte e dois de outubro, proferido da seguinte forma:

Devo trazer ao conhecimento dos homens que nesta terra são considerados inimigos da Revolução que minha tolerancia a seu respeito vae sendo mal comprehendida, pois abusando della – ora proferem ameaças contra os representantes do poder revolucionarios, ora criam versões, inventam factos deprimentes para os nossos brios, ora fazem circular boatos que alarmam a nossa população. Para se por termo a este estado de coisa declaro que cumprindo instrucções superiores serei severo contra aquelles que, imprudentemente, inintelligentemente, num momento de perigos como o actual, agem em desaccordo com seus próprios interesses. Ahi fica o aviso.<sup>340</sup>

Em uma parte introdutória do texto o Interventor Adherbal Moreira Ramos destaca que o Coronel Otto Feio:

---

<sup>337</sup> VEADO, Requisições. *As Armas*...

<sup>338</sup> VEADO, Requisições. *As Armas*...

<sup>339</sup> RAMOS, A. M. Proclamação ao Povo de Muriaé. *Revolução*. Muriaé-MG, 11 out. 1930, p. 03.

<sup>340</sup> RAMOS, A. M. Aos inimigos da Revolução em Muriaé. *As Armas*. Muriaé-MG, 20 out. 1930, p. 03.

... em portaria de 19 do corrente, depois de confirmar expressamente os PODERES MILITARES AMPLOS e a autorização que recebi para fazer requisições, confiscação de armas, munições etc., e FAZER O MAIS QUE ENTENDA NECESSARIO em beneficio da causa revolucionaria.<sup>341</sup>

Embora a interventoria tenha um lado político definido no município, em seus discursos nunca se dirigiu diretamente à facção política do Cel. Pacheco de Medeiros como sendo seus inimigos. Isto ocorreu porque o interventor, em seu discurso, procurou homogeneizar o papel e as funções da interventoria como se fossem para todos os muriaeenses. Ele procurou se expressar de forma a demonstrar convicção, solidez e segurança.

A perseguição aos inimigos da facção dos Canêdos se dava por meio das maneiras mais sutis, como no “município fez-se mudar os telephones publicos installados em casas de reaccionarios, excepção do que se mudou na séde do districto de Santa Rita, por conveniência exclusiva das necessidades locaes”.<sup>342</sup> Contudo, houve embates físicos, principalmente nos campos de batalha, sendo localizado o mais próximo de Muriaé na cidade Itaperuna-RJ. No informativo do *As Armas*, intitulado de *Voluntarios*, estava exposto a seguinte informação: “Partiram hoje para Itaperuna, afim de servirem nas fileiras revolucionarias, treze cidadãos residentes no districto da cidade.”<sup>343</sup>

As ações regionais das forças revolucionárias estavam muito bem interligadas umas com as outras, existindo uma junção estratégica bem definida na divisa dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, como visto no seguinte relato: “Nossas forças depois tomarem Miracema, Padua e Itaperuna, avançam sobre Campos que já foi evacuada pelas tropas flumineses.”<sup>344</sup> Participaram das ocupações dos municípios citados acima os muriaeenses Francisco Moreira Gomes e Agripino Gomes Veado Filho, filho do Secretário Geral da Interventoria.

Em outra parte do periódico, com o título *Noticias da Revolução*, havia o relato sobre os acontecimentos da revolução tanto em nível nacional como em nível regional, o que nos permitiu perceber os focos de combate e as cidades já ocupadas pelas forças revolucionárias, como exemplo: “Em Barbacena estabelece-se um quartel general das nossas forças. 4000 homens ahi se acham. O egrégio ex-presidente Antônio Carlos ahi chefia movimentos revolucionario.”<sup>345</sup>

---

<sup>341</sup> RAMOS, A. M. Ao publico e especialmente ao commercio de Muriahé. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 20 out. 1930.

<sup>342</sup> VEADO, A. G. Noticias da Revolução. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 09 out. de 1930.

<sup>343</sup> VEADO, A. G. Voluntarios. *Revolução*. Muriaé-MG, p.1D, 11 de out 1930.

<sup>344</sup> VEADO, A. G. Voluntarios. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 11 de out 1930.

<sup>345</sup> VEADO, A. G. Noticias da Revolução. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 13 de out 1930.

No período do movimento a interventoria militar acumulou diretamente os poderes do Executivo, Legislativo e detinha uma influência sobre o poder Judiciário em nível municipal. Entretanto, não foi somente nos espaços tradicionais da política que vemos os reflexos da Revolução de 1930 em Muriaé. No dia dezessete de outubro de 1930, foi fundada em Patrocínio do Muriaé a Liga Feminina Pró-Revolução, sua fundadora, a professora Maria de Lourdes Pompei Xavier, residente em Patrocínio do Muriaé, publicou um texto no boletim *As Armas* no mesmo dia da fundação da Liga, intitulado de *A Liga Feminina Pró-Revolução – Pela Pátria a Mulher tudo pode quando quer*.

As características das associações são a busca de definir seu lugar na sociedade, seja por ideia geradora, pelo respeito dos seus fundadores ou por conta do sonho de um futuro melhor, seja de esquerda ou de direita. As análises sobre as associações buscam sanar alguns problemas respondendo a indagações como:

Serão as formas de associativismo uma aspiração autonomista da sociedade civil ou uma mera extensão do Estado, visando reforçar o controle social? Ou será que elas ocupam um vazio do controle social? Será que são apenas um desejo de financiamento público e de posse do poder do Estado? Um espaço de emergência de novas elites? Uma renovação do sistema democrático, por via das suas origens? Um espaço de conservação da sociabilidade? Ou um objeto de disputa para poderes em busca de reforços e legitimação?<sup>346</sup>

Em busca de responder a essas questões analisaremos as características da Liga Feminina Pró-Revolução, com o objetivo de relacionar as problemáticas das associações com a questões de participação na cultura política local. No seu primeiro discurso Maria de Lourdes Pompei Xavier relatava o papel que a mulher deveria ter naquele momento de convulsões políticas e militares do país. No seu comunicado ela destaca as seguintes qualidades da mulher brasileira:

Considerando que a Mulher, pela propria natureza do sexo e pela sua situação social, é uma consubstanciação de energias moraes, uma synthese de forças activas, conscientes e efficientes; Considerando que a Mulher, fonte inexgotavel e perenne de carinho, ternura e amor, é como esposa, mãe, irmã ou noiva, a divindade protectora do lar, o anjo tutelar do homem, e que, como companheira e collaboradora, como conselheira prudente ou amiga sincera, dedicada até o sacrificio da propria vida, TUDO PODE QUANDO QUER; Considerando que a Mulher, formando na vida ao lado do homem e integrando a humanidade, assumiu implicitamente, para comsigo mesma, responsabilidades de consciencia e de coração, devendo formar com o homem, synergicamente, um systema ou conjugado de forças cuja resultante muitas

---

<sup>346</sup> RÍOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, p. 99-139, 1996, p. 126.

vezes Ella propria orientará; Considerando que a mulher Brasileira, depositaria digna e legitima das mais gloriosas tradições de heroísmo feminino, não pode e não deve neste momento historico, nesta hora suprema e decisiva dos nossos destinos, forçar um recuo covarde e aviltante ou cruzar os braços num gesto de fria indiferença;<sup>347</sup>

O discurso acima deixa transparecer a representação do papel social da mulher na sociedade muriaeense, na qual ela era a responsável por cuidar do lar onde deveria educar os filhos e orientar o marido, daí resulta a importância do discurso do *As armas* ser dirigido à mulher, pois o papel de educar os filhos demonstra a responsabilidade delas como instrutora das futuras gerações, sendo a mulher uma formadora de opinião tanto para os filhos como para o marido.

É justamente nesses espaços entre o instituído e o informal que atuam as associações, ficando entre os partidos e as eleições. Mesmo atuando entre os poderes organizados, essas instituições fazem parte do sistema político, atuando nas fronteiras do social, econômico e religioso, transformando-se em um espaço de sociabilização política. A principal função das associações é agitar ideias, sendo suas posições um indicador das transformações sociais em curso. Seus discursos geralmente se caracterizam por estarem ligados a paz ou a uma religião, representando-se como avalista das suas ações. As ambições são dispersas e disparatadas, não almejando concorrer nas eleições e muito menos exercer o poder.<sup>348</sup>

Em uma outra passagem, Xavier relata a mulheres:

Sois o symbolo da Família e do Lar; e a communhão brasileira é uma ampliação dessa Família; e a Patria, uma projecção desse lar! Lembrai-vos de que a Revolução de hoje é a semente bem dita que nos dará a paz de amanhã! Nem só com armas na mão, no campo de batalha, se orienta a sorte de um povo. A linguagem muda de vosso olhar, nos recessos do lar, vale muitas vezes por uma ordem. O milagre do vosso amor, junto ao catre de hospital, no peso de uma ferida, opera uma ressurreição. E qual o homem bastante covarde, que recua no caminho do dever e da honra, quando a mulher avança, nimbada pela fé e santificada pela virtude? Quantas virgens, no delírio sublime do Christianismo, escreveram com o proprio sangue as paginas impereciveis do martyrologio romano? Mulher Brasileira, a Patria vos solicita, a Patria vos chama nesta hora decisiva! Prestai os vossos serviços á causa de nossa regeneração política! Propagai pela tribuna e pela imprensa os altos propositos da Revolução!<sup>349</sup>

---

<sup>347</sup> XAVIER, M. de L. P. Liga Feminina Pró-Revolução. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 17 out. 1930.

<sup>348</sup> RÍOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996, p. 99-139.

<sup>349</sup> XAVIER, M. de L. P. Liga Feminina Pró-Revolução. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 17 out. 1930.

A mulher era lembrada e tinha dentro do lar e da igreja seu espaço de atuação que não pode ser pormenorizado. Os mandamentos da Liga Feminina colocam a mulher em uma posição de associação com a figura masculina, pois esta é a irmã, mãe, amante e a noiva ou a esposa do homem. Desta forma, o “pátrio poder era portanto, a pedra angular da família e emanava do matrimônio”.<sup>350</sup> Assim, o papel da mulher era cuidar do lar e dar assistência moral e educacional à família, essa era reconhecida no seu papel enquanto esposa e mulher digna, no que ser digna significava seguir os preceitos cristãos colocados pela Igreja Católica.

Acerca da importância de estudar o universo feminino, de acordo com Nathalie Davis, citado por Scott:

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre sexo oprimido, da mesma forma que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social.<sup>351</sup>

Assim estudar as mulheres, para Davis, seria observar seus vários significados e conceitos em diferentes sociedades e épocas de forma a perceber os simbolismos e os papéis sexuais, buscando esclarecer como ocorria a interação entre os gêneros e como essa relação possibilitou a manutenção da ordem social. Assim, estudar o universo feminino significa estudar o universo masculino, pois “gênero como substituto de “mulheres” é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informações sobre os homens que um implica no outro”.<sup>352</sup>

Em um momento de crise política e militar, como o da Revolução de 1930, percebemos que o papel das mulheres não era somente de sujeição completa à figura masculina, como habitualmente é colocado na historiografia tradicional, que costumava ver a mulher ausente de

---

<sup>350</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Revista Psicologia USP*, São Paulo: USP, vol.13, nº 2, p. 27-48, 2002, p. 32.

<sup>351</sup> DAVIS, Nathalie. Apud SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. In: LOPES, E. T. L.; LOURO, G. L. *Educação e realidade*. Número especial mulher e educação. Porto Alegre, vol. 15, nº 2, jul/dez, 1990.

<sup>352</sup> SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. In: LOPES, E. T. L.; LOURO, G. L. *Educação e realidade*. Número especial mulher e educação. Porto Alegre, vol. 15, nº 2, jul/dez, 1990, p. 03.

momentos e conjunturas políticas, econômicas e sociais, sendo apenas o homem responsável por “dirigir” a história.

Ao analisarmos a Liga Feminina, através das publicações feitas por esse órgão no boletim *As Armas*, pretendemos lançar luz sobre as possíveis variáveis e contingências dessa associação, além de perceber seus conflitos com o *status quo* e as heranças culturais e simbólicas que propaga, através de formulações prontas. Segundo Ríoux, as associações são grupos sociais organizados, detentores de normas definidas por seus membros, atuando como um complicador social, sendo agente e sinal de possíveis rupturas. As principais diferenças entre as associações e as instituições dizem respeito às elaborações e constituições das regras; para a primeira é uma construção das associadas, já nas instituições, sua gênese é anterior a sua regulamentação, e nos movimentos associativos os seus destinos escapam a seus fundadores.<sup>353</sup>

A Liga Feminina criou dez mandamentos que são:

1-Cultuar a Patria e venerar seus heroes./2-Ver na Cammunhão Brasileira uma ampliação da Família, e na Patria, uma projecção do Lar./3-Ver na Revolução Brasileira uma aurora de redempção política e social./4-Propagar pela imprensa e pela tribuna, no lar, na officina, nas praças e nos campos, os altos objectivos da Revolução./5-Prestar assistencia moral e possivel conforto material aos que vão pelejar pela victoria dos ideaes revolucionarios./6-Confortar, amparar e proteger familias necessitadas cujos chefes, cumprem a esta hora nos campos da luta, os seus deveres civicos./7-Servir a LIGA com inteira abnegação, na instituição da Cruz Vermelha./8-Substituir sempre que for preciso, nos misteres communs, o homem valido que offereceu á Patria o seu tributo de sangue./9-Não esquecer jamais que é tão soldado o homem que vae como a mulher que fica cada qual em seu campo de acção, servindo á causa commum./10-Não esquecer jamais que, pela Patria, a mulher tudo pode quando quer.<sup>354</sup>

O número de mandamentos é uma clara alusão aos dez mandamentos da igreja Católica, o conceito de família é o modelo cristão, no qual a mulher é sinônima de amor, por ser capaz de gerar e dar à luz a uma vida, de carinho por ser a responsável por cuidar do lar e de educar os filhos enquanto o marido permanece durante o dia na labuta, assim a figura da mulher perfeita é aquela que se enquadra nos moldes patriarcais. Os mandamentos trazem um teor ideológico nacionalista que é expresso no mandamento de número um que diz que *1-Cultuar a Patria e venerar seus heroes*. Assim o mais importante para a Liga Feminina era justamente o ato de cultivar a pátria e este culto deveria ser feito através das figuras de supostos heróis nacionais,

---

<sup>353</sup> RÍOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, p. 99-139, 1996, p. 108.

<sup>354</sup> VEADO, A. G. Mandamentos da Liga Feminina Pró-Revolução. *As Armas*. Muriaé-MG, p.2D, 22 out. 1930.

que são colocados no masculino e não no feminino, o que nos permite concluir que os heróis são homens - cultivar tais heróis era cultivar a figura masculina, mesmo que indiretamente.

Fora do lar a mulher deveria substituir o marido nos misteres, caso este fosse para o campo de batalha, mas sua principal função na Liga seria prestar serviços na instituição da Cruz Vermelha. A Cruz Vermelha citada pela Liga era a Cruz Vermelha Juarez Távora criada em Patrocínio do Muriaé, tendo sido criada outra em Muriaé no mesmo período de deflagração do movimento de 1930, com o nome de Cruz Vermelha Arthur Bernardes, sobre a utilização destes serviços a última edição do boletim relata que “se bem não houvesse oportunidade para os referentes aos seus principaes fins”.<sup>355</sup>

Uma das metas das associações, como a analisada, é clara: influenciar a opinião pública, utilizando-se dos meios de comunicação a altura dos seus propósitos que são pressionar as instituições. Essas associações podem ser divididas entre as instituições-alvos e instituições-apoio, alguns grupos nascem para agir sobre uma instituição já estabelecida e outras são criadas para cooperar com uma instituição que tenha os mesmos objetivos, metas e propósitos.<sup>356</sup> A Liga Feminina se enquadra como um instituição-apoio, que avalizada pela igreja católica e pelas facções coronelísticas, busca cooperar com a Interventoria.

O boletim *Ás Armas*, no dia dezessete de outubro de 1930, publica uma matéria intitulada de “Um bello gesto de Patriotismo” que vinha relatar e vangloriar a criação da Liga Feminina. A posição social dos membros da Liga fica exposta na passagem a seguir: “Cargos da directoria foram preenchidos com os nomes de senhoras da alta e patriótica sociedade patrocínense, cujos nomes daremos no proximo numero.”<sup>357</sup> A composição social das senhoras da Liga Feminina demonstra o teor elitista em torno dos membros tanto da associação como da Interventoria Militar, as mulheres pertencentes eram esposas dos senhores influentes na elite municipal, entre estas mulheres temos na diretoria:

Presidente: sua intemerata fundadora D. Maria de Lourdes Pompei Xavier.  
Vice-Presidente: D. Albertina Sampaio Pinto. Thesoureira: D. Antonia de Castro Araujo. Secretarias: D. D. Adelina Guimarães e Corbella Antunes Pereira. Procuradoras: d. d. Maria Chiarelli, Antonietta Rovize e Luzia de

---

<sup>355</sup> VEADO, A. G. Cruz Vermelha “Arthur Bernardes” e Cruz Vermelha “Juarez Távora”. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p. 2D, 09 nov. 1930.

<sup>356</sup> RÍOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, p. 99-139, 1996, p. 129.

<sup>357</sup> VEADO, A. G. Um bello gesto de Patriotismo. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 17 out. 1930.

Castro, Da “Cruz Vermelha”, secção da Liga, foi aclamada presidente d. Adelina Tavares.<sup>358</sup>

As imposições sociais logram durante a história da humanidade sobre o gênero feminino uma carga de inferioridade, na qual a sociedade se construiu sobre a ótica masculina, patriarcal. Ao analisarmos a Liga Feminina como a autêntica representante das mulheres na Revolução de 1930 em Muriaé, buscamos relacionar com o universo masculino e observar as relações culturais em torno da relação entre os gêneros no campo de poder local. Percebemos que a mulher tinha seu espaço tanto no discurso proferido pelo boletim quanto no campo político. Compreendemos assim, que uma análise do papel do gênero,<sup>359</sup> seja ele qual for, deve levar em conta a história entrelaçada de lutas, desigualdades entre os gêneros existentes.

No dia 24 de outubro de 1930, às 18 horas, ocorreu uma manifestação em Muriaé em comemoração a deposição de Washington Luiz e a conseqüente vitória do movimento revolucionário. De acordo com o *As Armas*:

... O povo da cidade num entusiasmo indescritível alvoroçou-se e, às 18 horas, num aglomerado que orçava por umas cinco mil pessoas, postava-se em frente á Camara Municipal, onde se acha installada esta Interventoria, disposto para uma grande passeata civica. A’quella hora, o dr. Affonso Canedo, sagrado chefe político do município, emocionado diante do entusiasmo popular, chegou á escadaria do Paço Municipal e convidou o povo a que partisse, logo, a percorrer as ruas da cidade, concitando-o, paternalmente, á ordem, á disciplina, salientando ser este o seu dever de povo educado, tudo de modo a serem evitados incidentes desagradáveis.<sup>360</sup>

Segundo o jornal, a passeata percorreu várias ruas chegando à Praça João Pinheiro, onde o Affonso Canedo fez um discurso no qual destacou: “[...] Todos quantos lá fora e aqui em Muriaé collaboram na obra da Revolução que redimiu os nossos costumes políticos, salvando da bancarrôta a Republica de Benjamim Constant.”<sup>361</sup> No rodapé da reportagem *Pormenores da Renuncia do Presidente Washington Luiz*, a reportagem dá ênfase ao fato de um dos maiores

---

<sup>358</sup> VEADO, A. G. Liga Feminina Pró-Revolução. *As Armas*. Muriaé-MG, p. 2D, 22 out. 1930.

<sup>359</sup> O gênero como categoria de estudo é conceituado segundo Aurélio B. de Holanda Ferreira: “6.gram.Categoria que classifica os nomes em masculino, feminino e neutro” (Ferreira, 2001: 345).

<sup>360</sup> VEADO, A. G. Grande Passeata Cívica. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 25 de out 1930.

<sup>361</sup> VEADO, Grande Passeata Cívica. *As Armas*...

inimigos locais da facção dos Canêdos, Olavo Tostes, estar preso junto com o presidente deposto, como sugere o relato:

Noticia recebida hoje pelo Dr. Delegado Regional, transmitida de Cataguazes, informa que se acham presos na Fortaleza Santa Cruz os srs. Washington Luis, Melo Vianna, Vianna do Castello, Sezefredo Passos, vários Senadores e Deputados, constando que entre elles os drs. Olavo Tostes e Sandoval de Azevedo. Foram dissolvidos o Senado, a Camara dos Deputados, o Supremo Tribunal Militar e o Tribunal de Contas.<sup>362</sup>

No texto *Normalização da Vida em Muriahé* o redator do *As Armas* relata:

Terminada a revolução patriótica com a subida ao poder supremo da Republica desse gigantesco vulto nacional que se chama Getulio Vargas, que constituiu, afinal, a bandeira da reacção contra o aviltamento do regime, a vida muriahense vae se normalizando. A rajada passou. O trabalho honesto recomeça. Dias de bonança se aproximam e todos nós, unidos, firmes como um bloco de granito, juramos trabalhar pelo reerguimento da Patria, da nossa nacionalidade.<sup>363</sup>

A Revolução de 1930 em Muriaé apresenta aspectos peculiares da luta política local, sendo que durante a fase revolucionária, o *tempo da política* estava aberto, percebemos que as ações, discursos e embates foram típicos dos períodos eleitorais, como expresso na citação acima. Passado esse fato histórico, a vida se normalizaria. A coexistência de três elites políticas na cidade, fez com que a elite promotora das ideias revolucionárias subjugasse seus adversários, criando no município um contexto de conflitos e de *letras negras* entre as partes.

A criação da Interventoria Militar Revolucionaria Muriahé-Mirahy, no dia dez de outubro de mil novecentos e trinta, criou no município uma instituição que, em meio ao movimento, veio defender os interesses dos supostos revolucionários. Contudo, a ligação desta com a facção política da família Canêdo fez com que defendessem os interesses desse grupo político, alijando as facções rivais do poder municipal. Desta maneira, em nível municipal a

---

<sup>362</sup> VEADO, A. G. Grande Passeata Civica. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 25 de out 1930.

<sup>363</sup> VEADO, A. G. Normalização da Vida em Muriahé. *As Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 09 de nov. 1930.

Revolução de 1930 exprime os interesses de uma elite política que buscava maior representatividade e participação no poder.

O boletim *As Armas* foi o principal porta-voz dos interventores, divulgando seus ideais para o público com a intenção de conquistar seu apoio para a causa do revolucionária. Essa ferramenta foi fundamental para os interesses dos interventores de controlarem as instituições do Legislativo, Executivo e influírem no poder Judiciário na busca de controlar o município de acordo com os interesses da facção política dos Canêdos. E a importância da opinião pública é que “não existe política que possa se desenvolver por muito tempo - pelo menos num Estado democrático e provavelmente também um pouco nos outros - sem vínculos estreitos com tendências dominantes da opinião pública”.<sup>364</sup>

Ao caracterizarmos as tentativas dos jornais de manipulação, controle e resposta da opinião pública, tivemos que analisar os traços das estruturas mentais desses atores, percebendo a força das características individuais e coletivas que, em contato, formam a personalidade. Contudo, não podemos nos enganar, sabemos que sempre haverá coisas inatingíveis quando se trata de estudar o passado de seres humanos em suas vidas reais. Desse modo, a Revolução de 1930 em Muriaé se faz sobre o jogo político das elites municipais que ditavam as regras da política no meio local da forma mais conveniente aos mesmos. A população mais carente, apesar de ser maioria, não conduziu as discussões, essas são *massas de manobra* nas mãos das elites políticas dirigentes.

A Revolução de 1930 deu início a formação de uma nova comunidade política, que conserva, ao mesmo tempo que destrói determinadas tradições políticas. É interessante perceber que as redes de relação, como retratado por Elis, demonstram que não existe uma racionalidade ou grupo que exerce de forma teleológica planos que levem a um determinado destino, seja ele de renovação ou desagregação. O que de fato ocorre são intensas e por vezes violentas relações de poder em meio às classes sociais, resultando em futuros não imaginados.<sup>365</sup> Como exemplo, vemos que a motivação inicial revolucionária em 1930 era de reestruturação do sistema político, tanto que a ruptura nasce do seio da própria oligarquia que, não conseguindo restabelecer a ordem e a lógica de poder prevalecente na Primeira República, levou o país, em meio a contingências nacionais e internacionais, para uma transformação.

---

<sup>364</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora: UFRJ/FGV, 1996, p. 192, p. 205.

<sup>365</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Editora: Zahar, 1994.

## Conclusão

A narrativa dessa dissertação foi construída com o objetivo de fazer os leitores perceberem as reduções de escalas que foram elaboradas, partindo de uma escala macro e se desenvolvendo para uma escala micro-histórica. Ao trabalharmos dessa forma, conseguimos comparar percebendo semelhanças e divergências entre as análises gerais e a realidade local. Pensando essas diferenças em espelhos, trabalhamos com três realidades de forma tridimensional: o contexto da Primeira República, a composição das elites muriaeenses e a atuação das elites na Revolução de 1930.

No primeiro capítulo tratamos do contexto historiográfico nacional do período da Primeira República, que nem sempre teve essa nomenclatura - por um longo período na historiografia, e ainda persistindo em alguns livros didáticos, ela foi nomeada como República Velha. A denominação foi dada por intelectuais e políticos que, a partir da década de 1920, começaram a apontar as falhas do sistema republicano brasileiro. Essa conceituação pejorativa saiu vitoriosa após a Revolução de 1930 e, principalmente, pelos ideólogos do Estado Novo.<sup>366</sup>

Sobre o conceito de República Velha, as autoras Gomes e Abreu descrevem da seguinte forma o ato de nomear determinado tempo:

Na operação nada é ingênuo, sendo necessário pensar que sentidos uma determinada nomenclatura deseja atribuir a um “espaço de tempo”, o que necessariamente implica considerar quem e quando se constrói tal designação. No caso, a de República “Velha”, uma autêntica “fórmula mental”, que certamente exige questionamentos, a começar pela indicação de que, não casualmente, foi imaginada e adotada pelos ideólogos autoritários das décadas de 1920/30.<sup>367</sup>

O fato de conceituar a primeira fase republicana como “velha” teve como objetivo caracterizá-la como sinônimo de arcaico, atrasada e ultrapassada. Percebe-se que os intelectuais procuravam atacar o liberalismo e suas práticas, o responsabilizando pelo fracasso da república. Nas décadas de 1920 e 1930 o liberalismo estava em crise, havendo mundialmente um aumento do autoritarismo, desta forma, o conceito de República Velha fez

---

<sup>366</sup> GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, v. 13, n. 26, 2009.

<sup>367</sup> GOMES; ABREU, A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia...

parte de um projeto político-cultural de vícios autoritário, que teve início com a chegada de Vargas ao poder em 1930 e se concluiu com o golpe de 1937.<sup>368</sup>

No segundo capítulo reduzimos a escala para as composições das elites muriaeenses, amparando-nos na concepção teórica da sociedade como um emaranhado de redes de sociabilidades. Percebemos a atuação de três facções das elites políticas locais que lutavam pelo poder no município, o qual significava conquistar a Câmara de Vereadores e o direito de ser representante do Partido Republicano Mineiro na cidade.

O primeiro grupo analisado era liderado pelo Cel. Antônio da Silveira Brum, advogado e promotor público de Muriaé-MG com início em 1904. A partir de 1905, aproveitando de uma renovação dos quadros políticos locais, Brum foi eleito Presidente da Câmara, acumulando com os cargos de deputado estadual e federal até 1921. O período de hegemonia política de Brum condiz com as mudanças em nível nacional do projeto sanitário brasileiro, havendo realizado investimentos na cidade nas áreas de saneamento básico, educação, energia elétrica e comunicação. Esses investimentos criaram no imaginário local e nas historiografias tradicionais locais uma imagem de um governo modernizador. Entretanto, uma outra imagem que também é atribuída a Brum e a sua facção é da violência simbólica e física com que tratavam seus inimigos - essas ações se comprovam na análise das fontes.

A outra facção era liderada pelo Cel. Pacheco de Medeiros, que a partir da derrocada política de Brum, exerceu o poder no município rivalizando com os Canêdos na década de 1930. Durante o período eleitoral em 1930, vemos um claro apoio dessa facção aos paulistas, essa posição colocou esse grupo como contrarrevolucionário durante o movimento armado. Estes em nível estadual tinham o apoio de Olegário Maciel, o que fez com que, passado a Revolução de 1930, voltassem a figurar com forte poder no município.

Todavia, em 1930 o senhor Pacheco de Medeiros foi acometido por uma doença que, paulatinamente, o retira por longos períodos da cidade, como expresso abaixo:

No texto intitulado de “Aos amigos do município”: “Em tratamento de minha saúde, sou forçado a ausentar-me desta cidade por algum tempo. Para isso acabo de obter do Governo do Estado a necessária licença de um ano, durante a qual serei substituído no meu cartório pelo primeiro escrevente juramentado, o meu filho Paulo Pacheco de Medeiros, funcionário competente e com grande prática do serviço do judicial e notas e do registro de imóveis. A direção do “O Operário”, enquanto me achar ausente, ficará a cargo do seu editor e meu particular amigo dr. Julio Brandão de Magalhães,

---

<sup>368</sup> GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, v. 13, n. 26, 2009.

que lhe dará, com plena liberdade, a orientação que entender mais conveniente. Logo que me julgar restabelecido, voltarei ao serviço do meu officio de serventuario e ao posto que, sem realce, bem sei, vinha ocupando nesta folha por indicação de meus prezados amigos e leaes companheiros políticos.<sup>369</sup>

Os anos posteriores a 1930 marcaram uma renovação dos quadros políticos locais, com a substituição lenta dos líderes Pacheco de Medeiros, Silveira Brum e Afonso Augusto da Silva Canêdo por uma questão de idade e saúde. A família Canêdo exerceu a liderança no município através da atuação dos dois irmãos Cel. Afonso Augusto da Silva Canêdo e Cel. Agenor Augusto da Silva Canêdo - o primeiro atuava mais no município e o segundo com as ligações estaduais e federais. A ligação pessoal dessa facção com Arthur Bernardes propiciou a eles uma posição de liderança durante a Revolução de 1930 no município. Esse fato perdurou até 1932 pela atuação de Bernardes na Revolução Constitucionalista de 1932, que o colocou na oposição a Vargas, sendo posteriormente ao levante mandado para o exílio. Concluimos que essas elites tinham fortes laços com as oligarquias nacionais e estaduais, chegando a realizarem negociações e acordos.

Períodos de curta duração, como o da Revolução de 1930, exacerbam os ânimos políticos, tornando perceptível o *modus operandi* desses homens em contexto real. Os problemas eram enfrentados a partir dos sistemas de orientação cognitivo, afetivo e avaliativo da cultura política dessas elites. No plano cognitivo, vemos que a segunda geração republicana, da qual esses líderes faziam parte, tinha um aparato educacional que incluía estudar nas melhores escola do estado e cursar o ensino superior, na grande maioria cursos de direito. No campo afetivo, percebemos que as ligações familiares, tipicamente interioranas, ou seja, as parentelas, ditavam as regras afetivas e a forma com que esses grupos lidavam com a política, e isso tornava os conflitos e alianças em acordos pessoais. O sistema avaliativo dessas facções incluía sempre a defesa dos interesses privados sobre os interesses públicos, isso fica evidente nos objetivos dessas elites na Revolução de 1930, que era o restabelecimento da ordem política perdida, conseguindo para si próprio benefícios privados.

A ausência de um sistema partidário nacional manteve, durante toda primeira fase republicana, os coronéis filiados ao PRM. Contudo, essa filiação não era por questões ideológicas, o interesse era conseguir se manter no poder o maior tempo possível. Entretanto, a

---

<sup>369</sup> “*OPERARIO* - Orgam dos interesses do povo.” Editor: J. de Magalhães. Diretor: Não traz referência. Anno XI / Muriahé, Minas Gerais, 26 de Junho de 1930 / Num.506.

predominância do PRM fez com que durante um tempo se acreditasse, na historiografia, que não era possível vencer uma eleição sem o apoio do partido, entretanto, vemos que por dois mandatos Silveira Brum conseguiu ser eleito sem o apoio do PRM.

As racionalidades políticas e sociais das elites muriaeenses eram fruto do sistema patriarcal e da cultura das parentelas. A cultura e os sentimentos desses grupos demonstram a falta de uma cultura democrática e republicana - essas facções perpetuavam as fraudes, corrupções e violências. Os sistemas públicos eram vistos como uma forma de conseguir acesso a bens, e com eles, fazer fortunas e exercer poder. Fica claro que o período revolucionário é tratado e vivido como um *tempo da política*<sup>370</sup>, como ocorre em períodos eleitorais. Passados os momentos de convulsões, a tranquilidade voltava a reinar, sempre balanceada pelas negociações, acordos e conflitos das elites.

As decisões e ações tomadas durante o movimento revolucionário demonstram um viés autoritário, uma vez que os inimigos da família Canêdo foram duramente perseguidos, principalmente porque a polícia era partidária desse grupo. O futuro projetado pelas elites muriaeenses de ambos os lados passava pela manutenção da cultura coronelística. As discordâncias que ocorreram eram fruto de interesses pessoais e não por conta de um viés ideológico, partidário ou de classe. As motivações das facções políticas, que os levaram a aderir a concentração conservadora ou a aliança liberal, se deram por laços de amizade, como da família Canêdo com Arthur Bernardes; por lealdade política, como a neutralidade parcial da facção do Cel. Pacheco de Medeiros ou por revanchismo, como no apoio dado pelo grupo do Cel. Silveira Brum à Concentração Conservadora.

Percebemos que o significado de revolução para os apoiadores era negativo pois percebiam a revolução como um mal necessário. Para ambas as elites a manutenção das regras políticas da primeira fase republicana era o mais acertado, a busca era por encontrar um novo ponto de equilíbrio, destruído pela escalada hegemônica paulista. Constatamos que a ruptura pós-1930 é fruto das ações, alianças, conflitos e contextos nacionais e internacionais que, ao intercruzarem, geraram um futuro não previamente planejado.

A busca por um novo ponto de equilíbrio mostra como a cultura política do império influenciou e influencia a maneira de ver e fazer política no Brasil. O ponto de equilíbrio que

---

<sup>370</sup> PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz, M. A. "Le temps de la, politique": Etudes Rurales. 131·132, juillet-décembre, p. 73·87. Apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, p. 227-250, 1999, p. 236.

vai ser encontrado, posteriormente a 1930, é a centralização entorno da figura de Vargas; isso faz dele um equivalente ao imperador que regia o poder moderador? A centralização foi equivalente a realizada pela política dos governadores com Campos Sales? Perguntas geradas que não cabem a essa pesquisa responder. Com isso, percebemos que as rupturas iniciadas pela Revolução de 1930 a transformaram em um marco histórico.

Todavia, é importante que as transformações não escondam as permanências que as revoluções das elites logram para o país até os dias de hoje. Entre essas, destacamos a perpetuações da cultura das parentelas e do sistema patriarcal, que se evidencia na atuação do mandonismo e do clientelismo, ainda vivos no interior do Brasil. Fatos que fazem com que a classe oprimida não se perceba enquanto classe, não conseguindo uma autonomia que os leve a uma organização e atuação em busca de uma libertação da exploração.

## Fontes Históricas

### Jornais:

*Revolução*, Muriaé-MG, 11 Out. 1930.

*Ás Armas*, Muriaé-MG, 13 Out. 1930.

*Ás Armas*, Muriaé-MG, 14 Out. 1930.

*Ás Armas*, Muriaé-MG, 17 Out. 1930.

*Ás Armas*, Muriaé-MG, 20 Out. 1930.

*Ás Armas*, Muriaé-MG, 22 Out. 1930.

*Ás Armas*, Muriaé-MG, 24 Out. 1930.

*Ás Armas*, Muriaé-MG, 25 Out. 1930.

*Ás Armas*, Muriaé-MG, 09 Nov. 1930.

### Telegramas e resoluções:

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAHÉ. Aprova a troca de nomes da Rua Municipal para Rua Arthur Bernardes. Resolução n. 18, de 22 de novembro de 1924. **Lex:** Leis e Resoluções-Período 08/11/1923 a 26/10/1930, Muriaé-MG, p.42-43, nov., 2. Trim. de 1930. Legislação Municipal. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. nov., 2. Trim. de 1930.

GERMANO, Edmundo Rodrigues. [Telegrama]. Muriahé [para] LUIZ, Washinton., Rio de Janeiro. 1f. Solicita apoio judicial e político para as realizações das eleições presidências no Brasil em 1930. Muriaé. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. 07 jan. 1930.

Secretário de Finanças do Estado de Minas Gerais (nome do secretario ilegível). [Telegrama], Belo Horizonte [para] GERMANO, Edmundo Rodrigues. Muriahé-MG. 1f. Solicita que a Câmara Municipal de Muriahé, pague uma parcela referente ao empréstimo feito junto a Secretaria das Finanças do Estado de Minas Gerais. Muriaé. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. 24 de maio, 1930.

GERMANO, Edmundo Rodrigues. [Telegrama] Muriahé-MG [para] CAMPOS, Francisco Luis da Silva. Belo Horizonte-MG. 1f. Solicita que o Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais, envie uma quantia de 4.000\$000, para Câmara Municipal pague os Biombos. Muriaé. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. 13 de mar, 1930.

GERMANO, Edmundo Rodrigues. [Telegrama] Muriahé [para] LUIZ, Washinton., Rio de Janeiro. 1f. Solicita apoio judicial e político para a realizações das eleições presidências no Brasil em 1930. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. 07 jan. 1930.



## Referências

- ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. The civic culture. Princeton: Princeton University Press, 1963, p. 30-31 apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, p. 227-250, 1999, p. 227 -243.
- ARINOS, Afonso. Apud CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro (PRM). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015, p. 08.
- ALVES, Belmira Hastenreiter. A tipografia e a casa comercial de meu pai. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter, nº 1º, p. 83-90, dez, 1977, p. 89.
- ARENDET apud SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. Considerações sobre a História Política e suas intersecções ao longo do tempo. *Ciência & Desenvolvimento - Revista Eletrônica da FAINOR*, Bahia, v. 3, nº 1, p. 54-67, jan./dez., 2010, p. 62
- ARISTÓTELES. Política. [texto, tr.]. Lisboa, Vega, 1998 (Ed. A.C. Amaral & C.C.Gomes) Apud ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 41.
- AZAR, Cláudia Gabriela Curi. *François Guerra e a reavaliação da história política*. Tempo e espaço, Local, nº 20, 2008, p.02.
- BARROS, José d'Assunção. *Sobre a feitura da Micro-História*. OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007, p. 167- 185. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br>>. Acessado em: 04 dez. 2014, p. 168.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora: UFRJ/FGV, 1996, p. 192 / 205.
- BLONDEL, Jean. 1957 apud QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira: Tomo III. O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 76-99, p. 157.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 9º ed. Brasília: UNB – Universidade de Brasília. 1997, p. 385/1121.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- BRASIL, Constituição. *Projeto de Constituição para os Estados Unidos do Brasil elaborado pela Comissão Nomeada pelo Governo Provisório*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890, p. 17.

- BRASIL. IBGE. *Recenseamento Geral do Brasil de 1920*. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>>. Acesso em: 09 jul. 2018.
- BURKER, PETER apud FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. In: TAVARES, Célia Cristina da Silva (Orgs.). *Anais do X Encontro Regional de História - ANPUH-RJ*, 2002, Rio de Janeiro. História e Biografias. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p.31.
- CALICCHIO, Vera. Partido Republicano Mineiro (PRM). In: ABREU, Alzira Alves de et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015, p. 02-09.
- CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ. Aprova a troca de nomes da Rua Municipal para Rua Arthur Bernardes. Resolução n. 18, de 22 de novembro de 1924. *Lex: Leis e Resoluções-Período 08/11/1923 a 26/10/1930*. Muriaé-MG, p. 42-43, nov., 2. Trim. de 1930. Legislação Municipal. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. nov., 2. Trim. de 1930.
- CAMARGO, Aspásia. "A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política". In.: *A Revolução de 30: Textos e Documentos*. Brasília. Editora: UNB, tomo I, 1981, 7-45.
- CANÊDO, Leticia Bicalho. Desembargador Antonio Augusto da Silva Canêdo. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 5º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 05, Nov., p. 19-44, 1983, p. 22-44.
- CAPELATO, Maria Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 1ª ed., São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 33.
- CARVALHO, Daniela Corrêa e Castro de. *Ordem e Progresso: A imprensa da Zona da Mata Mineira na década de 1920*. 2007.170f. (Dissertação Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo/Faculdade de História, p. 11-88.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista DADOS*, Rio de Janeiro, Vol. 40, n 2, 1997, p. 03-230.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66 – 108.
- CERRONI, Umberto. "Para uma teoria del partido político". In: CERRONI, Umberto; MAGRI, Lucio; JOHNSTONE, Monty. *Teoria marxista del partido político*. 14ª Ed., Barcelona: Ediciones Passado y Presente, 1995, p. 01.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Editora: UnB, 1998, p. 05-104.
- CLASTRE, Pierre. Arqueologia da violência. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 108-109 Apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política:

- cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, 1999, p. 227-250.
- COSTA, Luiz Domingos; GOUVÊA, Julio Cesar. Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 28, jun., 2007. p. 251-254.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro. Editora: Rocco.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *A era Vargas*. 2ª ed. Reformulada. São Paulo. Editora: Moderna, 2004.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. C/Arte, 2001.
- DAVIS, Nathalie. Apud SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. In: LOPES, E. T. L; LOURO, G. L. *Educação e realidade*. Número especial mulher e educação. Porto Alegre, vol. 15, nº 2, jul/dez, 1990.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Apresentação e introdução, 1970, p. 32-33.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Zahar, 1994, p. 21-50.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local*. (Comentários a Núncia Constantino, Regina Weber e Sandra Pesavento). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, 2004, p. 198-201.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre. Ed: Globo. 1976, p. 387.
- \_\_\_\_\_. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2013, p. 99-100.
- FARIA, Maria Auxiliadora de. *O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé*. 1ª ed., Muriaé-MG, 1995, p. 65.
- \_\_\_\_\_. Representantes de Muriaé no Legislativo Federal e Estadual. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 7º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 07, Nov., p. 39-66, 1987, p. 44.
- FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira: Tomo III. O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I, 1985, p.76-242.
- \_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira: Tomo III. O Brasil Republicano. VII*. Rio de Janeiro: Difel, 1985.
- FERREIRA, Marieta Moraes. “A nova “velha história”: o retorno da história política”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, nº 10, p. 265-271, 1992. p. 270.
- FLEISCHER, David V. A cúpula política mineira na República Velha. *Revista de Ciência Política*, v. 20, n. 4, 1977, p. 22-29.

\_\_\_\_\_. A cúpula mineira na república velha, *In*: MONTEIRO, Norma de G. (org). V SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS. *A república estudos mineiros: A república Velha em Minas*. BH: UFMG, 1982, p. 26-27.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. *In*: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excluyente - da Proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, p. 55.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde de Sá. *A Crise dos anos vinte e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.26f.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. *In*: TAVARES, Célia Cristina da Silva (Orgs.). *Anais do X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH-RJ, 2002. História e Biografias*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

FOUCAULT, Michel. 1996. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

FRAGA, Edilane. *Um estudo sobre as condições sanitárias e saúde pública em muriaé, minas gerais – 1920-1929* (Dissertação de Mestrado (História do Brasil) – Universidade Salgado de Oliveira). Niterói - RJ, 2016, p. 126.

FRANCO, Gustavo H. B; LAGO, Luiz Aranha Corrêa. O processo econômico / A economia da Primeira República, 1889-1930. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012, 195-220.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. Editora: Alfa-Omega, 1980, p. 46.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*.

Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur\\_bernardes](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_bernardes)>. Acesso em: 25 jun. 2017 e 18 mai. 2011.

GERMANO, Edmundo Rodrigues. [**Telegrama**] 13 de mar, 1930, Muriaé-MG [para] CAMPOS, Francisco Luis da Silva. Belo Horizonte-MG. 1f. Solicita que o Secretario do Interior do Estado de Minas Gerais, envie uma quantia de 4.000\$000, para Câmara Municipal pague os Biombos.

\_\_\_\_\_. [**Telegrama**]. Muriaé [para] LUIZ, Washinton., Rio de Janeiro. 1f. Solicita apoio judicial e político para as realizações das eleições presidências no Brasil em 1930. Muriaé. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. 07 jan. 1930.

- GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações. In: \_\_\_\_\_. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa/ Rio de Janeiro: DIFEL/ Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 209.
- \_\_\_\_\_. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlos; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1991, p. 173.
- GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, v. 13, n. 26, 2009, p. 07.
- GUERRA, François apud AZAR, Claudia Gabriela Curi. François Guerra e a reavaliação da história política. *Tempo e espaço, Local*, nº 20, 2008, p. 04.
- HEINZ, Flávio Madureira. Apud COSTA, Luiz Domingos; GOUVÊA, Julio Cesar. Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 28, jun., 2007, p. 251-252.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Quem tem padrinho não morre pagão: fragmentos de um discurso sobre o poder. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, v. 24, 1999, p. 328-329.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 181-193, 1976, p. 182-185.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.
- KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, p. 227-250, 1999, p. 230-239.
- LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo; Editora: Perspectiva, 1975, p. 33-34.
- LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo. Editora: Perspectiva, 1975, p. 22-23.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora: Companhia das Letras, 2012, p. 224-289 / 107-391.
- LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas. Ed.: UNICAMP, 1994, p. 423-424.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 43-120.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Editora: UNESP, 1992, p. 133.

- LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VANIFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus. 1997, p. 170.
- LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. Fontes Históricas. Pinsky, Carla Bassanzi (org.). São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.
- MAGALHÃES, J. de. O novo governo de Minas Gerais. *O Operário*. Muriaé-MG, 21 set. 1930, p. 01.
- MAGALHÃES, Itamar. Através da Imprensa. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 1º. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 01, dez., p.71-78, 1977, p. 73-74.
- MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 56-134.
- MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930: História do Brasil nação*. Rio de Janeiro: Objetiva, vol. 3, 2012, p. 89-115.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 04 – 125.
- MEDEIROS, José Pacheco de. O pleito de 1º em Muriaé. *O Operário*. Muriaé-MG, 16 Mar. 1930, p. 01.
- \_\_\_\_\_. [Telegrama]. Muriaé [para] MOURA, Raul Soares. Belo Horizonte. 1f. Acordo político entre as facções do Cel. José Pacheco de Medeiros e a família Canêdo. Muriaé. Arquivo Municipal de Muriaé, coleção s/n, dossiê s/n. 1922. Apud MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 146-157.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, v. 13, n. 26, 2009, p. 15-31.
- MONTEIRO, L. M. *Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa?* - Pensamento Plural, Rio Grande do Sul, nº 14, jan./jun. 2014, p. 11-21.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. Do espírito das leis. S/n do tradutor. São Paulo: Victor Civita, 1973, (Os Pensadores, XXI) apud LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 39.
- MOSCA, Gaetano. Elementi di scienza política. Laterza, Bari, 1953. Apud BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 9º ed. Brasília: UNB – Universidade de Brasília, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Editora: UFMG, 2008, p. 10-57.

MURIAÉ, Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros. *Inventário Maço 136*. 12 fev. 1912.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, p. 13-44.

OLIVEIRA, Francisco. A emergência do modo de produção de mercadorias: Uma interpretação teórica da economia da República velha no Brasil. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira: Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. I*. Rio de Janeiro: Difel, 1985, p. 396-414.

OLIVEIRA, Waldemar W. de. Muriaé de Outrora. *Revista de Historiografia Muriaeense*. Número 3°. José Henrique Hastenreiter. Muriaé: Fundação Henrique Hastenreiter. Nº 03, Fev., 1980, p. 114-115.

OLIVEIRA, Itagyba de. O resultado da eleição. *O Operário*. Muriaé - MG, 16 de nov. 1918, p. 03. Apud MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 134-140.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei Cassação do Mandato do Dr. Antônio da Silveira Brum. Muriaé: Câmara Municipal. Out, 1921. apud MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 140.

“OPERARIO - Orgam dos interesses do povo.” Editor: J. de Magalhães. Diretor: Não traz referência. Anno XI / Muriahé, Minas Gerais, 26 de Junho de 1930 / Num.506.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz, M. A. "Le temps de la, politique": Etudes Rurales. 131·132, juillet-décembre, p. 73·87. Apud KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, p. 227-250, 1999, p. 236.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira: Tomo III. O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 160-186.

\_\_\_\_\_. O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976, p. 185-194. Apud FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. História e prosopografia. In: TAVARES, Célia Cristina da Silva (Orgs.). *Anais do X ENCONTRO REGIONAL DE*

*HISTÓRIA* - ANPUH-RJ, 2002, Rio de Janeiro. História e Biografias. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 32.

RAMOS, A. M. Segunda proclamação ao Povo de Muriaé. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 20 out. 1930, p. 01.

\_\_\_\_\_. Proclamação ao Povo de Muriaé. *Revolução*. Muriaé-MG, 11 out. 1930, p. 03.

\_\_\_\_\_. Aos inimigos da Revolução em Muriaé. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 20 out. 1930, p. 03.

\_\_\_\_\_. Ao publico e especialmente ao commercio de Muriaé. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 20 out. 1930.

\_\_\_\_\_. Proclamação ao Povo de Muriaé. *Revolução*. Muriaé-MG, 11 out. 1930, p. 01.

\_\_\_\_\_. Segunda proclamação ao Povo de Muriaé. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 13 out. 1930, p. 01.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996, p. 29-30.

\_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro; Editora: UFRJ/FGV, 1996, p.01.

\_\_\_\_\_. Por que a História política? *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 7, nº 13, 1994, p. 7-20.

RESENDE, Maria Efigênia de. Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional. In: FAUSTO, Boris (org). *História geral da civilização brasileira: Tomo III. O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Difel, Vol. I., 1985, p. 80.

\_\_\_\_\_. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2003, p. 89 -120.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 38.

\_\_\_\_\_. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 16.

\_\_\_\_\_. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista brasileira de educação*, v. 15, n. 45, 2010, p. 440.

RÍOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996, p. 99-139.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. Tradução de Christian Edward Cyrill Lynch. São Paulo: Alameda, 2010, p. 19 -41.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social ou princípios do direito político. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Victor Civita, 1973, (Os pensadores, XXIV) apud

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. Considerações sobre a História Política e suas intersecções ao longo do tempo. *Ciência & Desenvolvimento*-Revista Eletrônica da FAINOR, Bahia, v. 3, nº 1, p. 54-67, jan./dez., 2010. p. 62

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Revista Psicologia USP*, São Paulo: USP, vol.13, nº 2, p. 27-48, 2002. p. 01-32.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Editora: Companhia das Letras, 2015, p. 361.

\_\_\_\_\_. *Brasil: uma biografia*. Editora: Companhia das Letras, 2015. Posição 7662/7669/3018. Arquivo Kindle.

\_\_\_\_\_. *Brasil: uma biografia*. Editora: Companhia das Letras, 2015, posição 8620.

SILVA, Luiz Gonzaga da. Os pais da fraude. *O Radical*. Muriaé - MG, 06 jun.1901. Apud MANOEL, Joel Peixoto. *Tópicos da história de Muriaé*. Muriaé: Fundarte, Vol. I., 2011, p. 99.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. [atualizada], Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 324.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro. Considerações sobre a História Política e suas intersecções ao longo do tempo. *Ciência & Desenvolvimento* - Revista Eletrônica da FAINOR, Bahia, v. 3, nº 1, jan./dez., 2010, p. 54-67.

SOUZA, Alves. O congresso do café de Muriaé. *O Paiz*, Rio de Janeiro-RJ, 14 Nov. 1929, p. 01-09.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. Alfa-Ômega, 1983, p. 56.

TORRES, José. *Muriaé Migrante*. Muriaé: Sem Editora, Vol. I., 2013, p. 196-337.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Campos, 2002, p. 68.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Mudança de comando. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 6, nº 61, p.48-51, out, 2006.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. C/Arte, 2001, p. 22-61.

\_\_\_\_\_. O Republicanismo Mineiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. Anais. Natal: Associação Nacional de História, 2013, p. 1-12.

\_\_\_\_\_. *O teatro das oligarquias: Uma revisão da política do "café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 18-333.

\_\_\_\_\_. *Elites políticas mineiras na primeira república brasileira*. Anais do X ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH/MG, 1996, p. 231-235.

- \_\_\_\_\_. Elites Políticas Mineiras na Primeira República Brasileira: Um Levantamento Prosopográfico. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre. CD-RON das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada - Países do Mercosul, v. 1, 2000, p. 02-07.
- \_\_\_\_\_. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus - Revista de História*, v. 5, n. 2, 1999, p. 97.
- VEADO, A. G. Rua Arthur Bernardes. *Ás Armas* Muriaé-MG, 13 out. 1930, p. 02.
- \_\_\_\_\_. Rua Dr. Arthur Bernardes. *Revolução*. Muriaé-MG, 11 out. 1930, p.02.
- \_\_\_\_\_. Rua Dr. Arthur Bernardes. *Revolução*. Muriaé-MG, 14 out. 1930, p. 01.
- \_\_\_\_\_. Notícias da Revolução. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 17 out. 1930, p. 02.
- \_\_\_\_\_. Rua Arthur Bernardes. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 13 out. 1930, p. 02.
- \_\_\_\_\_. Policiamento do Município. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 09 nov. 1930, p. 04.
- \_\_\_\_\_. Força Pública. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 20 out. 1930.
- \_\_\_\_\_. Commissariado de Alimentação e Soccorros Publicos. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 20 Out. 1930.
- \_\_\_\_\_. Commissariado da Alimentação e Socorros Publicos - Aviso aos Padeiros. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 22 out. 7.
- \_\_\_\_\_. Commissariado de Alimentação e Soccorros Publicos. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 27 out. 1930.
- \_\_\_\_\_. Commissariado de Alimentação e Soccorros Publicos. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 20 out. 1930.
- \_\_\_\_\_. Noticias da Revolução. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 09 out. de 1930.
- \_\_\_\_\_. Voluntarios. *Revolução*. Muriaé-MG, p.1D, 11 de out 1930.
- \_\_\_\_\_. Voluntarios. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 11 de out 1930.
- \_\_\_\_\_. Noticias da Revolução. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 13 de out 1930.
- \_\_\_\_\_. Mandamentos da Liga Feminina Pró-Revolução. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.2D, 22 out. 1930.
- \_\_\_\_\_. Cruz Vermelha “Arthur Bernardes” e Cruz Vermelha “Juarez Tavora”. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p. 2D, 09 nov. 1930.
- \_\_\_\_\_. Um bello gesto de Patriotismo. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 17 out. 1930.
- \_\_\_\_\_. Liga Feminina Pró-Revolução. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p. 2D, 22 out. 1930.
- \_\_\_\_\_. Grande Passeata Civica. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 25 de out 1930.
- \_\_\_\_\_. Normalização da Vida em Muriahé. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 09 de nov. 1930.

\_\_\_\_\_. Destituição de vereadores à Camara Municipal. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 09 Nov. 1930, p. 03.

\_\_\_\_\_. Actos da Interventoria Militar. *Revolução*. Muriaé-MG, 11 Out. 1930, p. 1D.

\_\_\_\_\_. Presidencia da Camara Municipal de Muriahé. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 20 out. 1930, p. 01.

\_\_\_\_\_. Memorandum. *Revolução*. Muriaé-MG, 11 out. 1930, p. 1.

\_\_\_\_\_. AVISO. *Ás Armas*. Muriaé-MG. AVISO, 14 de out. 1930, p. 01.

\_\_\_\_\_. AVISO. A contribuição de outros civis de Muriahé para a Revolução. *Ás Armas*. Muriaé-MG, 14 out. 1930, p. 01.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

XAVIER, M. de L. P. Liga Feminina Pró-Revolução. *Ás Armas*. Muriaé-MG, p.1D, 17 out. 1930.